

Elizabeth do Nascimento Cavalcante
Arivaldo D'Avila de Oliveira
Reginâmio Bonifácio de Lima

(Orgs.)

Uma
GEOGRAFIA
do **ACRE**

para

ESTUDANTES



Uma geografia do Acre para estudantes

Elizabeth do Nascimento Cavalcante, Arivaldo D'Avila de Oliveira, Reginâmio Bonifácio de Lima (Orgs.)

ISBN: 978-65-88975-94-7 (físico)

ISBN: 978-65-88975-95-4 (digital)

Editora da Universidade Federal do Acre - Edufac
Rod. BR364, KM04 • Distrito Industrial
69920-900 • Rio Branco • Acre – E-mail: edufac@ufac.br



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Diretor da Edufac

Gilberto Mendes da Silveira Lobo

Coordenadora Geral da Edufac

Ângela Maria Poças

Conselho Editorial (Consedufac)

Adcleides Araújo da Silva, Adelice dos Santos Souza, André Ricardo Maia da Costa de Faro, Ângela Maria dos Santos Rufino, Ângela Maria Poças (vice-presidente), Alexsandra Pinheiro Cavalcante Costa, Carlos Eduardo Garção de Carvalho, Claudia Vanessa Bergamini, Délcio Dias Marques, Francisco Aquinei Timóteo Queirós, Francisco Naildo Cardoso Leitão, Gilberto Mendes da Silveira Lobo (presidente), Jáder Vanderlei Muniz de Souza, José Roberto de Lima Murad, Maria Cristina de Souza, Sheila Maria Palza Silva, Valtemir Evangelista de Souza, Vinícius Silva Lemos

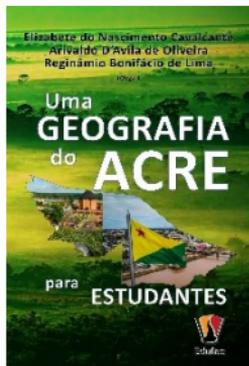
Coordenadora Comercial • Serviços de Editoração

Ormifran Pessoa Cavalcante

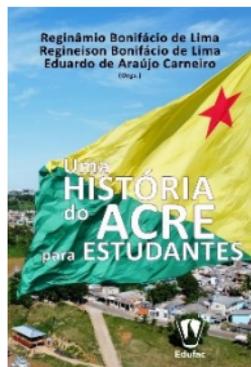
Coleção “O Acre em Recortes”



Volume I



Volume II



Volume III

Obras Publicadas:

- 1 – Uma história do Acre em retalhos (2014):
2ª impressão (2014); 3ª impressão (2016);
2ª edição (2022); 3ª edição (2025).
- 2 – Uma geografia do Acre para estudantes (2024);
2ª impressão (2025);
- 3 – Uma história do Acre para estudantes (2024);
2ª impressão (2025).



Projeto Gráfico e Capa

Reginâmio Bonifácio de Lima

Revisão de Texto:

Emily Vitória Vasconcelos da Silva

Revisão Técnica:

Elisandra Moreira de Lira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G345

Uma geografia do Acre para estudantes / Elizabete do Nascimento Cavalcante, Arivaldo DÁvila de Oliveira, Reginâmio Bonifácio de Lima (Org.). – Rio Branco: Edufac, 2025.

182 p. : il. – (Coleção O Acre em recortes; v.2).

Autores dos Textos e Recortes: (Alunos do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental II e 1º ano do Ensino Médio do Colégio de Aplicação / 2023-2024).

ISBN: 978-65-88975-94-7 (livro físico)

ISBN: 978-65-88975-95-4 (digital)

1. Acre. 2. Território. 3. Paisagem. IV. Título.

CDD 22. ed. 918.112

Bibliotecária Responsável: Tábata Nunes Tavares Bonin /
CRB 11-935

APOIO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL
DE RIO BRANCO, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO DE
CULTURA GARIBALDI BRASIL

APRESENTAÇÃO

Olá a todos!

É um prazer poder apresentar o resultado de um trabalho árduo e, sobretudo, criativo dos estudantes da Educação Básica do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre – CAp/Ufac. O livro “Uma Geografia do Acre para Estudantes” é fruto de um projeto de extensão aprovado pela Ufac, com apoio institucional do Fundo Municipal de Cultura, através da Fundação Cultural Garibaldi Brasil. As informações apresentadas neste livro são um compilado de conhecimentos e informações produzidas pelos estudantes do Ensino Fundamental II e Ensino Médio do CAp/Ufac, com base nas referências e fontes citadas na obra.

Este livro faz parte da Coleção “O Acre em Recortes”, sendo o segundo volume. A obra tem como objetivo basilar ofertar aos leitores em geral, interessados em uma obra compacta, os principais “retalhos” de acontecimentos e fenômenos geográficos da região mais ocidental da Amazônia brasileira.

Na obra, é possível proporcionar aos leitores uma visão abrangente e acessível da exuberante riqueza natural e cultural de um estado fascinante quando comparado as demais regiões do país. O conteúdo se inicia pela organização espacial do estado, trazendo uma compreensão do espaço geográfico com uma análise das categorias: Lugar, Território, Região e Paisagem. Seguindo o viés da Geografia Escolar, o leitor pode fazer uma viagem nos capítulos que apresentam as singularidades da região, por meio de imagens, organização espacial antrópica, não esquecendo da organização político-administrativa do estado, do século XIX ao XXI.

Ao nosso olhar, um livro paradidático de fácil acesso à comunidade e aos estudantes, construído de forma didática, com ilustrações, mapas, gráficos e organogramas que certamente também será de relevância utilidade para turistas e visitantes que chegam

cheios de curiosidades sobre essa região de tríplice fronteira.

Por fim, ressaltamos que no livro “Uma Geografia do Acre para Estudantes”, além de todas as informações geográficas, encontramos o reflexo do amor, curiosidade e especial comprometimento dos estudantes que buscaram compreender e valorizar o lugar onde vivem de forma sistematizada. Esperamos que esse trabalho seja fonte de inspiração para outros estudantes, professores e pesquisadores para aprender e se deleitar pela geografia e pela diversidade do nosso país.

Muito obrigada e aproveitem a leitura!

Rio Branco – Acre, 07 de maio de 2024.

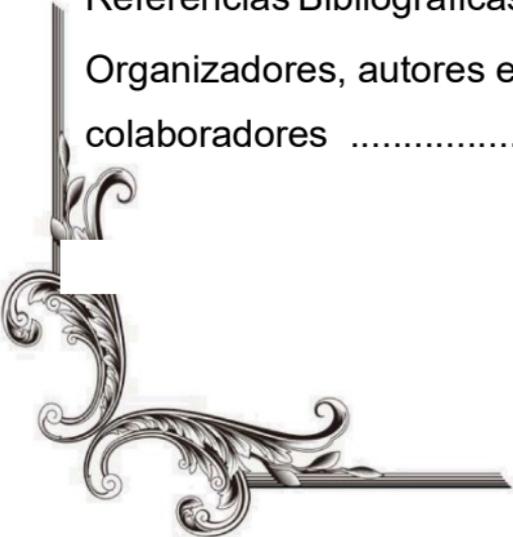
Prof.^a Dr.^a Elisandra Moreira de Lira

Docente dos Cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia – UFAC.



SUMÁRIO

Organização Espacial Físico/Natural ..	11
O Acre em Imagens	49
Organização Espacial Antrópica	65
Evolução da organização político- administrativa acreana	145
Referências Bibliográficas	167
Organizadores, autores e colaboradores	173



E-BOOKS

Coleção “O Acre em Recortes”

Todos os **E-books** da coleção serão disponibilizados **de graça** à sociedade.

As obras poderão ser acessadas gratuitamente nos sites da Edufac e da Academia.edu.

<http://www2.ufac.br/editora/menu/livros-digitais>

<https://ufac.academia.edu/Regin%C3%A2mioBonif%C3%A1ciodeLima>

- V.1** – Uma História do Acre em Retalhos
- V.2** – Uma Geografia do Acre para Estudantes
- V.3** – Uma História do Acre para Estudantes

Ainda existem duas outras obras no prelo que, esperamos, façam parte da mesma coleção.

É proibida a venda dos E-books, mesmo que de forma apostilada ou impressa a partir da internet.
O acesso às obras digitais é gratuito a todos.

O livro físico será vendido pelos organizadores a preço de fábrica para manter as pesquisas.

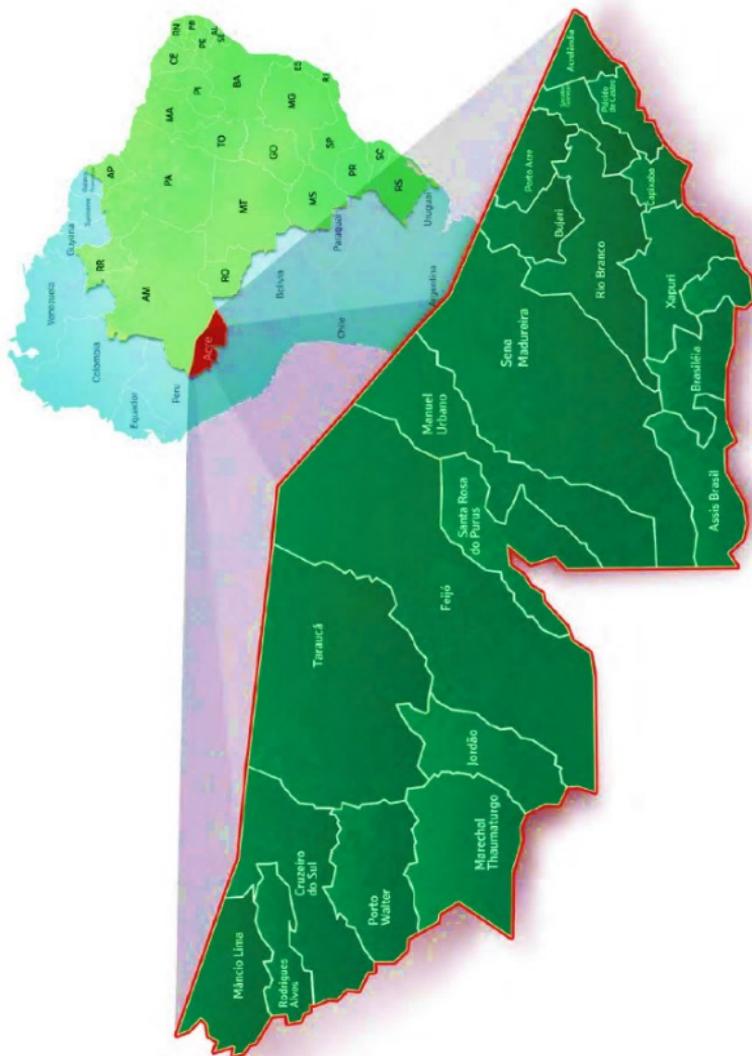


ORGANIZAÇÃO ESPACIAL FÍSICO/NATURAL

Lugar, Território, Região e Paisagem



Localização Geográfica do Acre



Fonte: Elaborado pelos organizadores, 2024 (adaptado).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

O Estado do Acre está localizado no sudoeste da região Norte do Brasil, com uma área territorial de 164.173,429 km², representando 1,92% do território brasileiro (décima sexta maior área territorial) e 4% da Amazônia Legal, conforme dados do IBGE (2021).

Composto por 22 municípios, faz limites com os estados do Amazonas, ao norte, e Rondônia, ao leste, além de fazer fronteira com dois países: Bolívia, ao sudeste, e Peru, ao sudoeste.

Suas coordenadas geográficas situam-se entre 11° 08' 41" de Latitude Sul da Linha do Equador e 68° 42' 59" de Longitude Oeste do Meridiano de Greenwich.

Encontra-se no 5º fuso horário mundial e no 4º fuso horário brasileiro (-2h de Brasília).

Horário do Acre em relação às demais unidades da Federação

Regiões, UF'S e outras localidades	Diferença do horário do Acre (em horas)
- 2 horas GMT <i>Greenwich Mean Time – Tempo médio de Greenwich</i>	
Região Nordeste: Arquipélago Fernando de Noronha (PE)	-3
Região Sudeste: ilha da Trindade(ES)	-3
- 3 horas GMT <i>Greenwich Mean Time – Tempo médio de Greenwich</i>	
Região Norte: Amapá, Pará e Tocantins	-2
Região Nordeste: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe	-2
Região Centro-Oeste: Goiás, Brasília	-2
Região Sudeste: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo	-2
Região Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	-2
- 4 horas GMT <i>Greenwich Mean Time – Tempo médio de Greenwich</i>	
Região Norte: Parte do Amazonas*, Rondônia e Roraima	-1
Região Centro-Oeste: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	-1
- 5 horas GMT <i>Greenwich Mean Time – Tempo médio de Greenwich</i>	
Região Norte: Acre e Parte do Amazonas	-
Lei Federal nº 12.876/13, de 10 de novembro de 2013; Decreto Federal Nº 8.112, de 30 de setembro de 2013; Decreto Nº 9.772, de 25 de abril de 2019.	

Fonte: Seplan Acre, 2024.

A GEOLOGIA ACREANA

Para entender melhor a geologia da região, as rochas foram agrupadas de acordo com características parecidas, como idade, tipo, forma como foram feitas e onde estão localizadas na crosta terrestre. Esses grupos de rochas são chamados de unidades geológicas.

No Acre, a unidade geológica mais importante é a Bacia do Acre. Ela é formada principalmente por rochas do período Cenozoico, mas também tem algumas rochas mais antigas, do período Mesozoico e até mesmo do Pré-Cambriano, especialmente na parte mais a oeste.

A história geológica da região começou com uma posição próxima à margem de um continente antigo, durante o período Paleozoico. Isso resultou na formação de sedimentos marinhos. Depois, houve movimentos na crosta terrestre, o que causou rachaduras e possíveis invasões do mar na área.

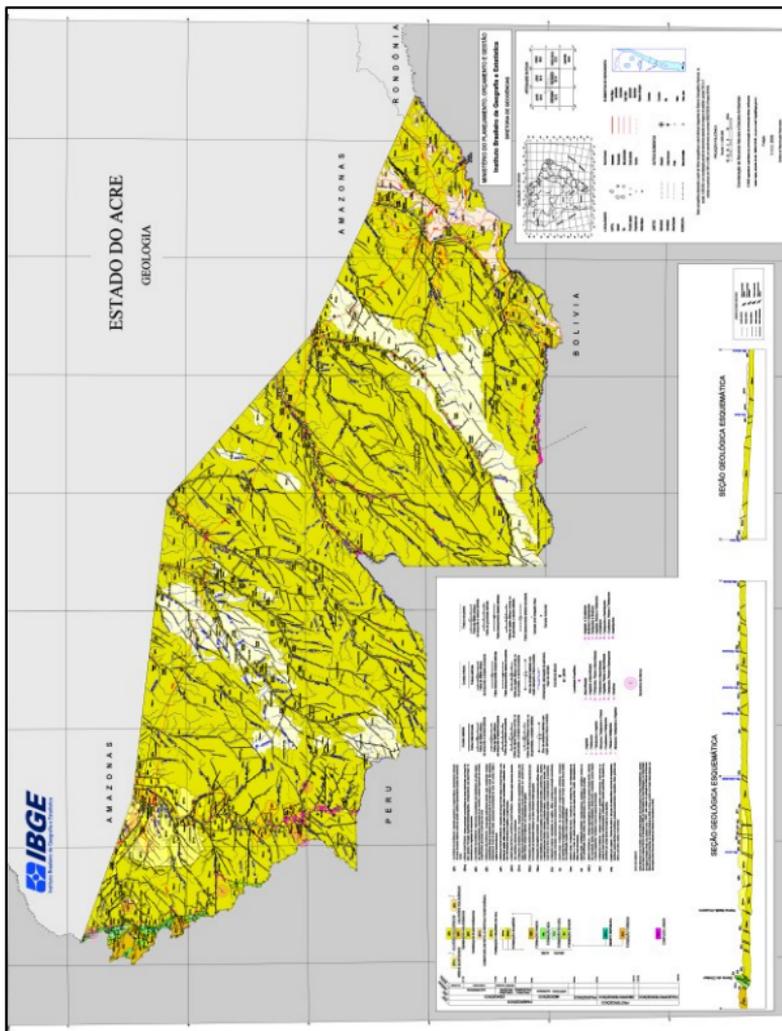
As estruturas geológicas mais importantes na região atualmente são chamadas de Arco de Purus, Lineamento Madeira, Arco de Iquitos e Lineamento Juruá.

Essas estruturas influenciam na forma como as rochas estão distribuídas na região.

O embasamento rochoso do Acre é representado pelo complexo Jamari, que é o conjunto de rochas mais antigo que se encontra nas áreas montanhosas próximas ao Rio São Francisco (em Rondônia). Esse complexo é formado por rochas como gnaisses, granulitos, anfíbolitos, quartzodioritos e xistos.

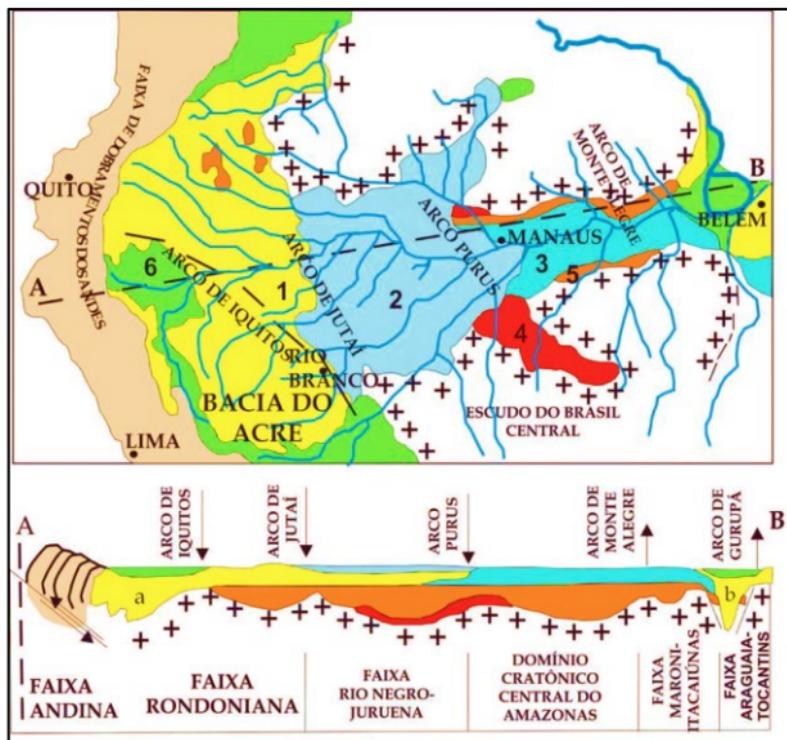
As unidades litoestratigráficas são como "pacotes" de rochas, que podem ser organizadas em camadas ou não, e são definidas e caracterizadas com base nas suas propriedades, como composição e estrutura.

Geologia Acreana



Fonte: IBGE, 2024.

Bacia do Acre, inserida no contexto geotectônico amazônico



Fonte: Embrapa [modificado] apud Bezerra, 2003.

RELEVO ACREANO

O relevo no estado não apresenta muitos contrastes na sua forma e é principalmente constituído de rochas sedimentares. O relevo do estado do Acre é caracterizado por nove unidades geomorfológicas (relevos) distintas, cada uma com suas características específicas:

Planície Amazônica: esta forma de relevo é composta por áreas planas, com altitudes variando de 110 metros a 270 metros, localizadas ao longo das margens dos principais rios.

Depressão do Endimari-Abunã: apresenta médias altimétricas entre 130 metros e 200 metros, com uma superfície suavemente dissecada, topos tabulares e algumas áreas planas, especialmente ao longo dos trechos do rio Abunã, nas áreas situadas nos limites ao leste do estado.

Depressão do Iaco-Acre: caracteriza-se por altitudes variando entre 160 metros e 290 metros, com uma superfície muito dissecada e declives expressivos.

Depressão de Rio Branco: com variação altimétrica de 140 metros a 270 metros, é definida por um relevo muito dissecado, com

topos convexos e alta densidade de drenagem, predominantemente encontrada na porção centro-norte do estado, diminuindo em direção ao sul.

Depressão do Juruá-laco: apresenta altitudes entre 150 metros e 440 metros, com modelados de topos convexos e declives que variam de medianos a fortes.

Depressão do Tarauacá-Itaquai: unidade de relevo com variação altimétrica entre 220 metros e 300 metros.

Depressão Marginal à Serra do Divisor: com altitudes variando de 230 metros a 300 metros, configurada por um tipo de relevo dissecado de topos convexos.

Superfície Tabular de Cruzeiro do Sul: com altitude média entre 150 metros e 270 metros, apresenta formatos tabulares com declives suaves, mais acentuados na porção oeste.

Planaltos Residuais da Serra do Divisor: com altitudes entre 270 metros e 750 metros, compreende serras como a do Jaquirana, do Moa, do Juruá-Mirim e do Rio Branco, representando as maiores altitudes da Amazônia Ocidental.

O estado do Acre, em sua maior parte, apresenta um relevo plano, predominantemente composto por rochas sedimentares, com elevações que gradualmente diminuem em direção às fronteiras com o Peru e o estado do Amazonas.

No município de Mâncio Lima, localizado no extremo oeste do estado, encontra-se o ponto mais alto do Acre, devido à presença da Serra do Divisor, parte do Parque Nacional da Serra do Divisor, com altitudes máximas de aproximadamente 600 metros.

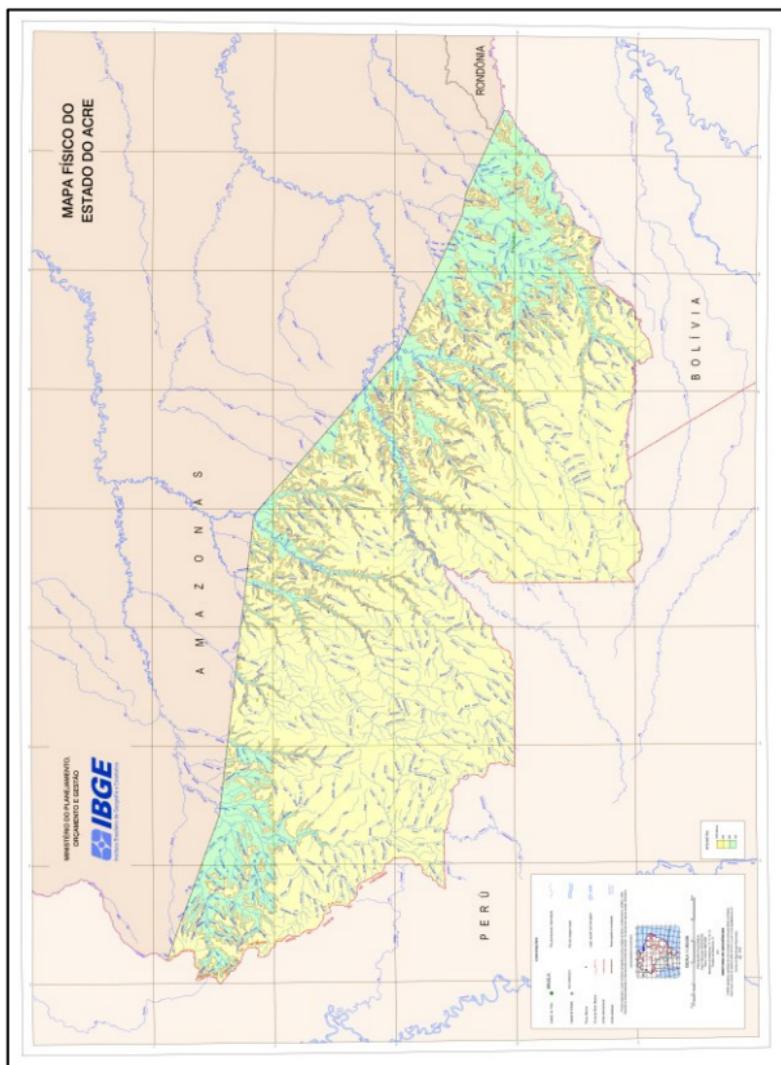
O relevo acreano é principalmente composto por rochas sedimentares de arenito, indicando uma ausência de rochas cristalinas na região.

As diferentes formas do terreno no Acre são representadas pela Depressão Amazônica, pelo Planalto Rebaixado da Amazônia Ocidental e pela Planície Amazônica, cada uma contribuindo para a diversidade geomorfológica do estado.

Assim, as nove unidades geomorfológicas (unidades de relevo) presentes no estado do Acre são: a Depressão do Juruá-laco (59,72%), a Depressão do laco-Acre (10,29%), a Planície Amazônica (9,15%),

a Depressão Marginal à Serra do Divisor (7,54%), a Depressão de Rio Branco (6,62%), a Depressão do Endimari-Abunã (3,29%), a Superfície Tabular de Cruzeiro do Sul (2,19%), a Depressão do Tarauacá-Itaquai (0,53%) e os Planaltos Residuais da Serra do Divisor (0,51%).

Mapa Físico do Estado do Acre



Fonte: IBGE, 2024.

SOLOS ACREANOS E SUAS UTILIZAÇÕES

Em virtude da sua formação geológica e estrutura geomorfológica, o Acre é composto por uma variedade de solos, conforme descritos abaixo.

Neossolos: são solos com pouca evolução, geralmente encontrados em áreas recentemente formadas.

Plintossolos: são solos com camadas endurecidas, conhecidas como plintitas, que dificultam a penetração de água.

Latosolos: são encontrados em áreas planas, com árvores grandes e associados a superfícies aplainadas. São indicados para plantações e cultivos em geral.

Vertissolos: são solos com alta plasticidade, que sofrem contração e expansão com a variação de umidade.

Gleissolos: são solos com horizontes glei, indicando saturação por água por períodos prolongados. A camada glei tem média 15 centímetros de espessura ou até mais. O que é importante saber sobre ela é que tem menos ferro e mais água parada. Por causa disso, pode ter cores neutras ou quase neutras, e às vezes pode ter manchas de cores mais vivas.

Argissolos: são solos em terrenos com mais movimento, mas ainda suportam plantas de tamanho médio. São bons para plantar

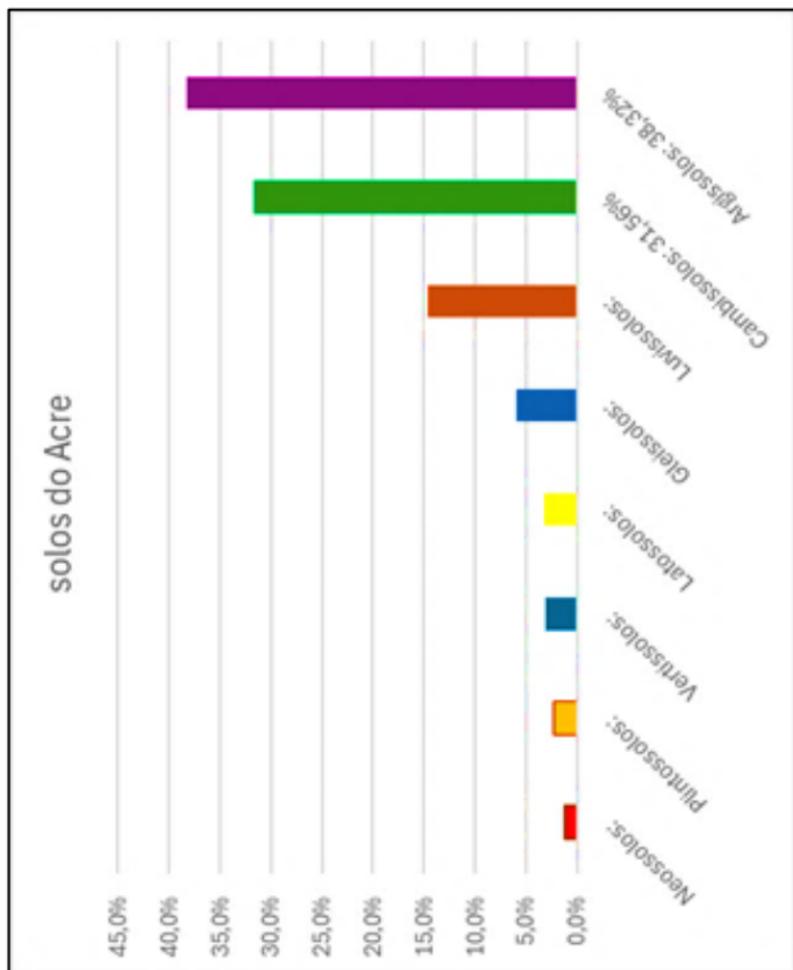
árvores frutíferas e cultivos que permanecem por muito tempo, como laranjas e bananas.

Luvisolos: são solos com alta fertilidade natural, caracterizados por horizontes bem desenvolvidos.

Cambissolos: são solos em lugares onde o terreno se movimenta bastante e têm algumas árvores menores. São adequados para “plantar culturas” que duram muito tempo, como “árvores de madeira de lei” e fruteiras, como abacaxis e mangas.

Outras áreas têm utilização específica. Algumas áreas não foram especificadas quanto ao uso agrícola, mas podem ser usadas para pastagens com árvores, atividades florestais com restrições ou preservação da natureza, sem alterações específicas.

Solos do Acre



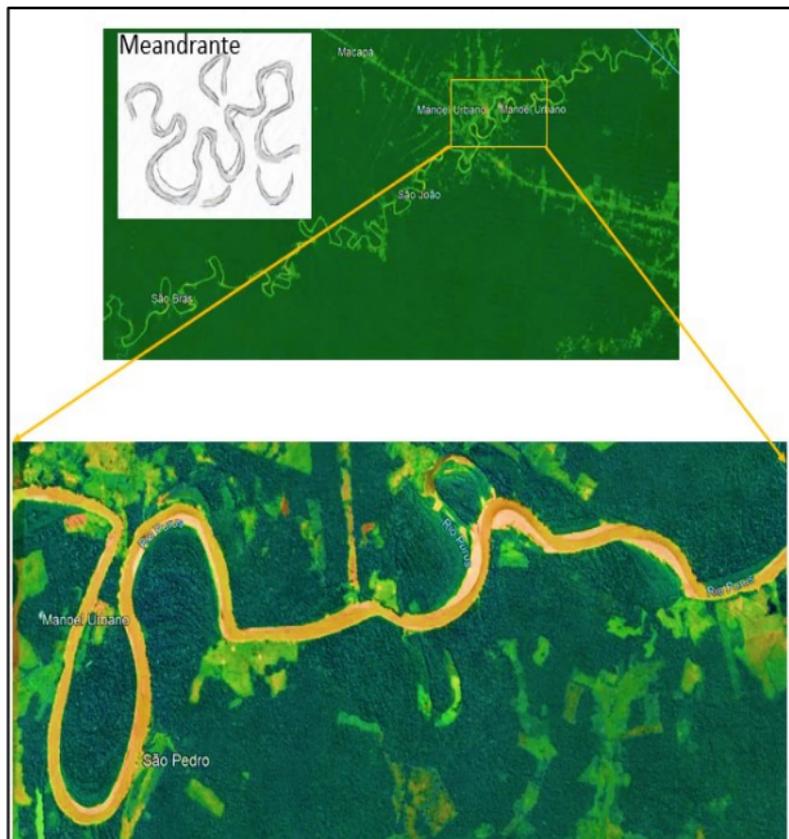
Fonte: Elaborados pelos organizadores [ZEE III], 2024.

BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ACRE

Os principais cursos d'água da rede hidrográfica do estado são afluentes da margem direita do rio Amazonas. A maior parte deles são configurados por curvas, chamadas de “meandros”, uma forma típica dos rios de planície amazônicos.

Os rios de meandros (formato meadrante) são aqueles que têm curvas em seu trajeto, formando voltas sinuosas (com curvas). Essas curvas, que muitas vezes lembram a letra "S", são chamadas de meandros e têm um papel importante na forma como o rio se move e molda a área ao seu redor.

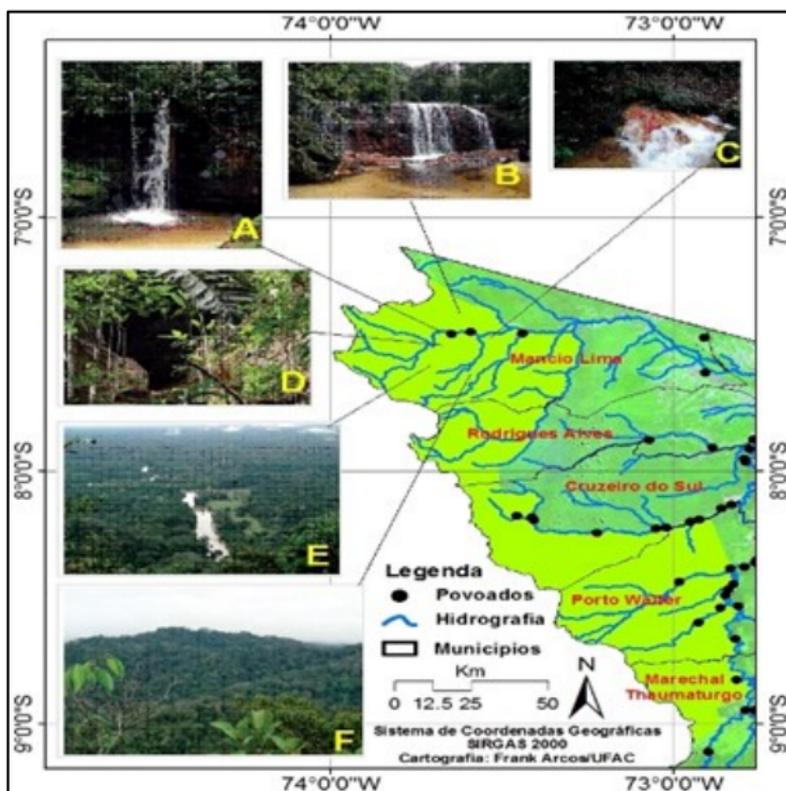
Canal fluvial meandrante no rio Purus, município de Manoel Urbano, Acre, Brasil



Fonte: Organizado por Cavalcante (2024) com base nos dados Land Sat.

No estado do Acre há ocorrências de cachoeiras, corredeiras e quedas d'água na região da Serra do Divisor – sendo o restante formado por relevos mais planos.

Cachoeiras na Serra do Divisor



Fonte: Lira et al., 2018.

REDES DE DRENAGEM

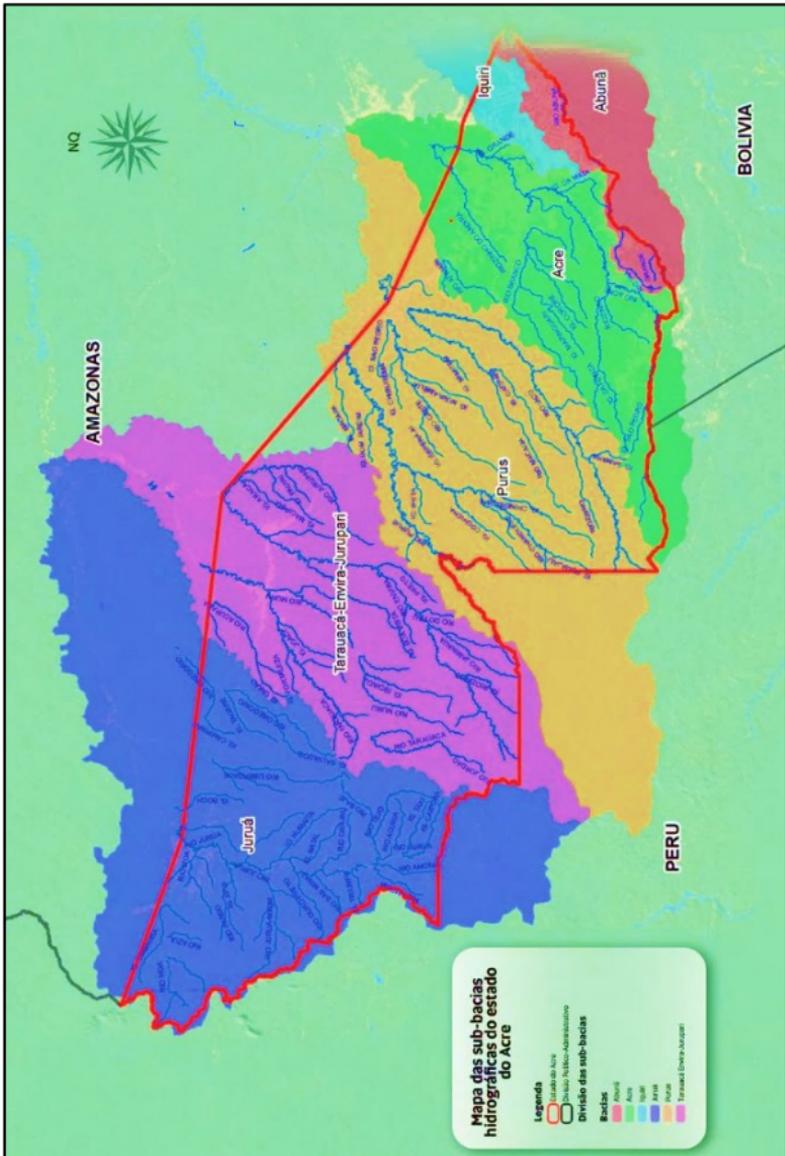
A rede hidrográfica estadual é dividida em duas grandes redes de drenagem: a Bacia do Acre-Purus e a Bacia do Juruá. Os principais cursos d'água que compõem a Bacia do Juruá são: o Juruá, o Tarauacá, o Muru, o Gregório e o Envira. Já a Bacia do Acre-Purus é formada pelos rios Purus, Iaco, Acre e Abunã.

No Acre existem algumas bacias hidrográficas dentre as quais duas se destacam: a primeira é a Bacia do Acre-Purus, que começa lá no Peru e entra no Brasil rumo sudeste-nordeste até desaguar no rio Amazonas; a segunda é a Bacia do Juruá, que passa pelo noroeste do Acre, entra no estado do Amazonas e acaba desaguando no rio Solimões.

A bacia do rio Madeira também se faz presente no Acre através do rio Abunã e seus afluentes.

Os principais rios acreanos são o Acre, Abunã, Envira, Iaco, Jordão, Juruá, Moa, Purus, Tarauacá e Xapuri. E sabe por que esses rios são todos cheios de curvas? Porque o terreno aqui não muda muito. As alturas vão de mais ou menos 200 metros a 600 metros acima do nível do mar, e estamos numa planície feita de rochas sedimentares.

Mapa das sub-bacias hidrográficas do Acre



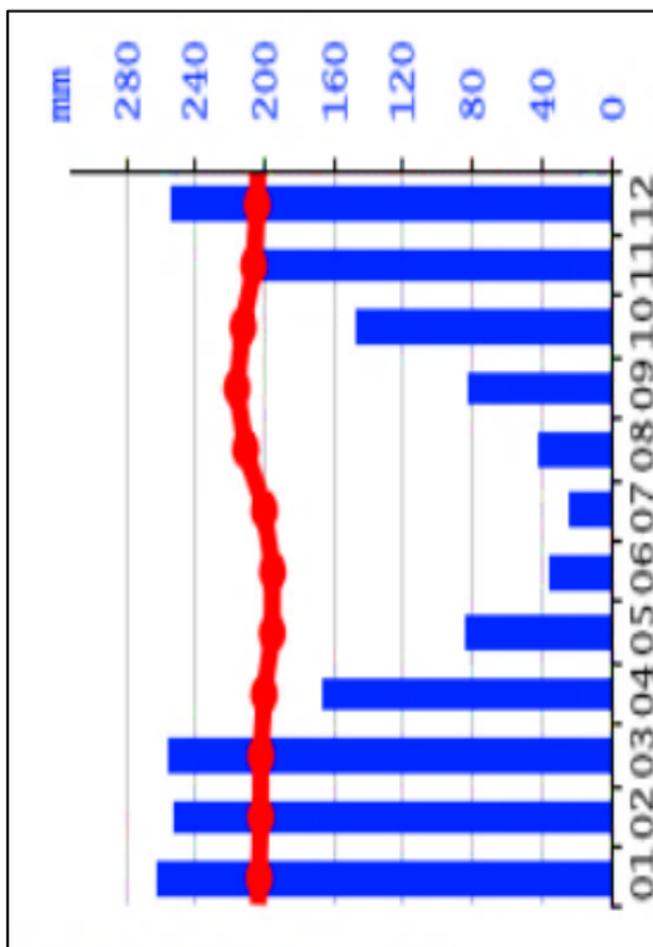
Fonte: Elaborado pelos organizadores, 2024 (adaptado).

O CLIMA ACREANO

O clima do estado do Acre está classificado como equatorial úmido, apresentando características quentes e úmidas ao longo de todo o ano. Essas condições climáticas são influenciadas pela Massa (de ar) Equatorial Continental (mEc). As temperaturas na região variam entre 24°C e 32°C, resultantes da elevada concentração de umidade.

O estado possui duas estações do ano bem definidas: a estação chuvosa e a estação seca. A estação chuvosa ocorre de novembro a abril, caracterizada por uma umidade relativa do ar, que varia entre 80% e 90%, com índices pluviométricos entre 1.600mm a 2.750mm anualmente. Já a estação seca ocorre de maio a outubro.

Distribuição das chuvas ao longo do ano de 2016

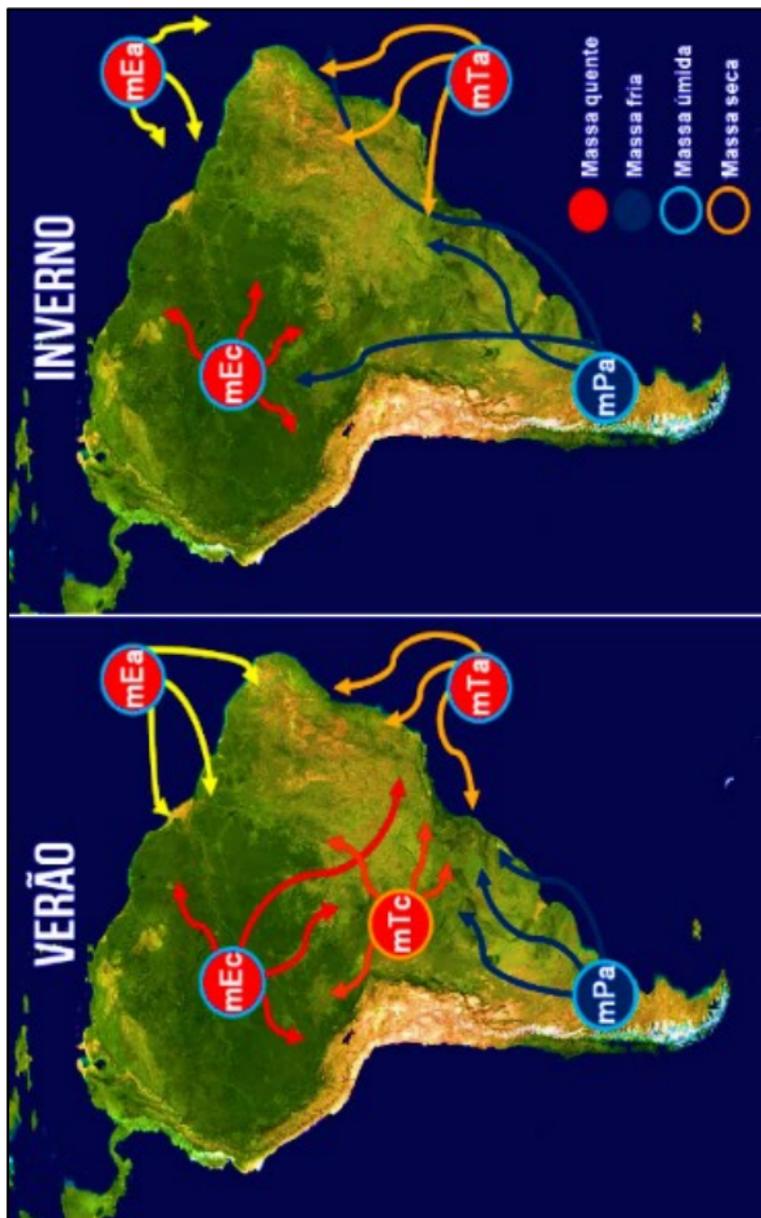


Fonte: climate-data.org, 2016.

Durante o inverno, entre os meses de abril e agosto, ocorre o fenômeno da friagem, influenciado pela Massa Polar Atlântica (mPa). Esse fenômeno resulta em uma queda significativa das temperaturas, que podem chegar a 10 °C, por um período médio de 2 a 3 dias.

A temperatura média anual no Acre fica em torno de 25 a 26 °C, enquanto a média pluviométrica é de aproximadamente 2100mm por ano. As chuvas apresentam uma variação sazonal, sendo mais intensas durante a estação chuvosa, que ocorre de outubro a abril, e menos frequentes durante a estação seca, que se estende de maio a setembro. Essas características climáticas contribuem para a diversidade e riqueza ambiental do estado do Acre.

Massas de ar que atuam no estado do Acre



Fonte: Soares, 2016.

A VEGETAÇÃO ACREANA

No Acre existe uma diversidade de espécies vegetacionais. Predominantemente, duas grandes regiões se destacam: a “floresta densa” e a “floresta aberta”, indicando uma rica variedade de espécies e de ambientes que permitem a continuidade da vida animal. Essas regiões, por sua vez, são subdivididas em 12 tipos distintos de vegetação, cada um com suas características particulares.

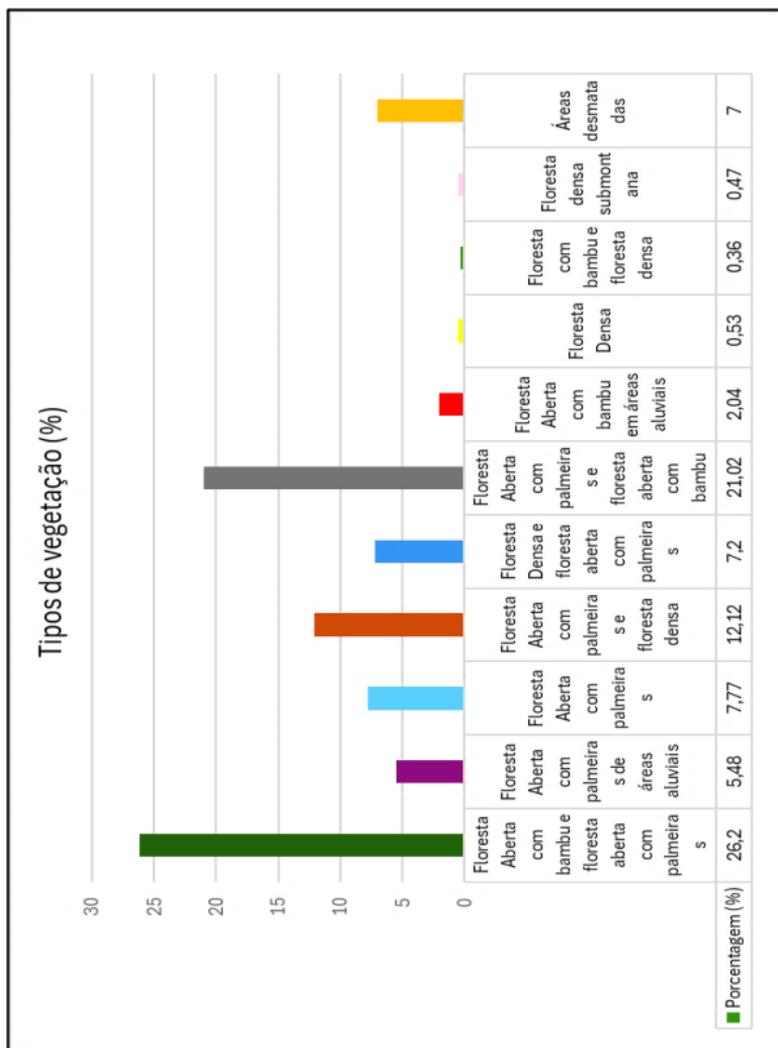
A “floresta aberta” com bambus, que ocupa 9,4% do território do Acre, destaca-se como um dos principais tipos de cobertura vegetal na região. Sua presença indica uma importante função na manutenção da biodiversidade local, oferecendo habitat para diversas espécies de fauna e flora.

Além disso, a presença significativa da “floresta aberta” com palmeiras e bambus, ocupando 26,2% do território, ressalta a relevância da vegetação de palmeiras e bambus na configuração do ambiente natural do Acre. Essa vegetação pode oferecer uma série de benefícios ambientais, desde a regulação do ciclo hidrológico até a proteção do solo contra a erosão.

Já “floresta aberta” com palmeiras em áreas alagadas representa 5,48% do estado. Isso mostra como as plantas se adaptam a diferentes ambientes, como locais que costumam ficar alagados. Esse tipo de vegetação vem desempenhando um papel muito importante na manutenção dos ribeirinhos.

Essa diversidade de cobertura vegetal reflete a complexidade dos ecossistemas do Acre e a importância da conservação dessas áreas para a manutenção da biodiversidade e dos serviços essenciais para o bem-estar humano e a sustentabilidade de todos.

Distribuição da Vegetação acreana



Fonte: elaborado pelos organizadores com base no IBGE, 2024.

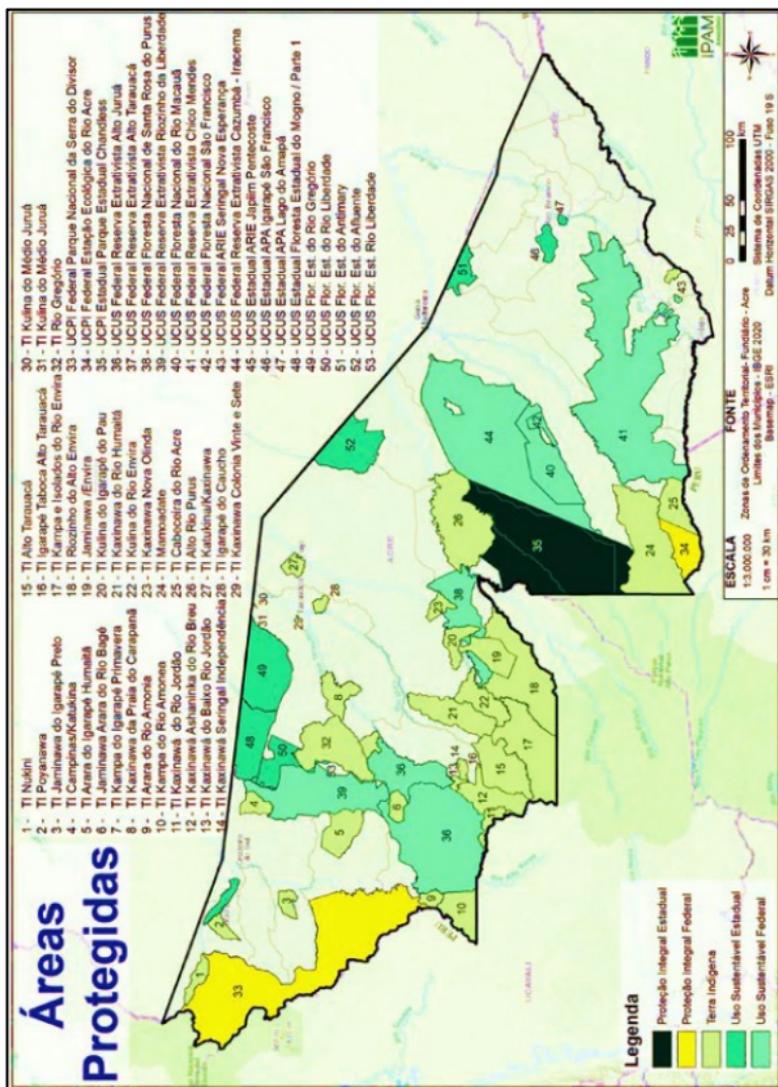
ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

As terras protegidas são áreas reservadas para que sejam protegidos os ecossistemas (vegetação, fauna, solos, relevo, etc.). Essas áreas são caracterizadas por conterem medidas específicas de proteção. Entre elas, podemos destacar: terras indígenas, área de preservação ambiental, áreas de preservação permanentes e etc.

Esses espaços representam oportunidades para o desenvolvimento de atividades sustentáveis (extrativismo, preservação da cultura, etc.), podendo gerar benefícios às comunidades sem comprometer os ecossistemas, permitindo que, no futuro, outras gerações tenham acesso a esses ambientes.

No nosso estado, parte significativa, 31% do território, é reservada à proteção ambiental. Além dessas, aproximadamente 14% são destinados às áreas indígenas. Essas áreas desempenham um papel importante na conservação do ecossistema e na proteção dos modos de vida tradicionais.

Áreas de Proteção no Estado do Acre



Fonte: IBGE, 2020.

ÁREAS DE TERRAS INDÍGENAS

As Terras Indígenas somam uma área aproximada de 14,56% da extensão territorial do estado, perfazendo um total de 2.390.112 hectares, sendo que, das mais de 580 terras indígenas do Brasil, 35 localizam-se no Acre.

O estado é a unidade da federação com maior diversidade biológica e étnica. 3% de toda a população indígena do Brasil vive em território acreano, correspondendo a 14 povos indígenas de 31 etnias, espalhados por 209 aldeias, totalizando 19.962 indígenas aldeados, sem contar os isolados e os que vivem nas cidades.

População Residente Total e Indígena

Unidade da Federação e Município	Pessoas indígenas	População residente	Percentual de pessoas indígenas no total da população residente (%)
Acre	31.699	830.026	3,82
Acrelândia	30	14.021	0,21
Assis Brasil	1.207	8.100	14,9
Brasiléia	282	26.000	1,08
Bujari	30	12.917	0,23
Capixaba	7	10.392	0,07
Cruzeiro do Sul	1.678	91.888	1,83
Epitaciolândia	26	18.757	0,14
Feijó	4.436	35.426	12,52
Jordão	4.115	9.222	44,62
Mâncio Lima	2.827	19.300	14,65
Manoel Urbano	962	11.996	8,02
Marechal Thaumaturgo	3.355	17.093	19,63
Plácido de Castro	52	16.560	0,31
Porto Acre	82	16.693	0,49
Porto Walter	868	10.735	8,09
Rio Branco	1.827	364.756	0,5
Rodrigues Alves	85	14.938	0,57
Santa Rosa do Purus	4.297	6.723	63,91
Senador Guiomard	34	21.453	0,16
Sena Madureira	1.681	41.349	4,07
Tarauacá	3.775	43.464	8,69
Xapuri	43	18.243	0,24

Fonte: IBGE, 2022.

ALDEAMENTOS INDÍGENAS NA ATUALIDADE

Dados do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) e da Fundação Nacional do Índio apontam que 11 dos 22 municípios acreanos contam atualmente com aldeamentos indígenas.

De acordo com a obra *O Acre em números 2017*, os municípios de Feijó, Santa Rosa do Purus, Manoel Urbano, Jordão e Tarauacá concentram 68% de todos os povos indígenas em terras acreanas. A população indígena no Acre é de 19.962 habitantes, o que equivale a 2,4% da população acreana.

São 209 aldeamentos indígenas espalhados principalmente pelos vales dos rios Iaco, Purus, Tarauacá e Juruá, sendo Assis Brasil, com 06 aldeamentos: povos Jaminawa e Machineri; Assis Brasil e Sena Madureira, com 16 aldeamentos: povos Machineri e Jaminawa; Cruzeiro do Sul, com 09 aldeamentos: povos Katukina, Jaminawa e Jaminawa-Arara; Feijó, com 32 aldeamentos: povos Ashaninka, Madijá (Kulina), Huni Kui (Kaxinawá) e Shanenawa; Jordão, com 32

aldeamentos: povos Huni Kui (Kaxinawá); Mâncio Lima, com 07 aldeamentos: povos Puyanawa, Nukini e Nawa; Manoel Urbano e Santa Rosa do Purus, com 53 aldeamentos: povos Huni Kui (Kaxinawá) e Madijá (Kulina); Marechal Thaumaturgo com 18 aldeamentos: povos Huni Kui (Kaxinawá), Ashaninka, Jaminawa-Arara, Kuntanawa e Apolima-Arara; Porto Walter com 03 aldeamentos: povo Shawãdawa; Sena Madureira, com 08 aldeamentos: povos Jaminawa e Machineri; e Tarauacá, com 25 aldeamentos: povos Huni Kui (Kaxinawá), Ashaninka, Yawanawá e Katukina. Vale destacar que os municípios de Feijó, Jordão e Santa Rosa do Purus possuem povos indígenas isolados que não foram contabilizados.



O ACRE EM IMAGENS

**Paisagens, Representações,
Simbolismos e Territorialidades**



População Acreana em 2022 – IBGE

Censo 2022: população do Acre dividida por cidade				
Unidade da Federação e Município	População em 2022	População em 2010	Variação absoluta	Taxa de crescimento
Acrelândia	14.021	12.538	1.483	11,83%
Assis Brasil	8.100	6.072	2.028	33,40%
Brasileia	26.000	21.398	4.602	21,51%
Bujari	12.917	8.471	4.446	52,48%
Capixaba	10.392	8.798	1.594	18,12%
Cruzeiro do Sul	91.888	78.507	13.381	17,04%
Epitaciolândia	18.757	15.100	3.657	24,22%
Feijó	35.426	32.412	3.014	9,30%
Jordão	9.222	6.577	2.645	40,22%
Mâncio Lima	19.300	15.206	4.094	26,92%
Manoel Urbano	11.996	7.981	4.015	50,31%
Marechal Thaumaturgo	17.093	14.227	2.866	20,14%
Plácido de Castro	16.560	17.209	-649	-3,77%
Porto Acre	16.693	14.880	1.813	12,18%
Porto Walter	10.735	9.176	1.559	16,99%
Rio Branco	364.756	336.038	28.718	8,55%
Rodrigues Alves	14.938	14.389	549	3,82%
Santa Rosa do Purus	6.723	4.691	2.032	43,32%
Sena Madureira	41.349	38.029	3.320	8,73%
Senador Guimarães	21.453	20.179	1.274	6,31%
Tarauacá	43.464	35.590	7.874	22,12%
Xapuri	18.243	16.091	2.152	13,37%

Fonte: IBGE

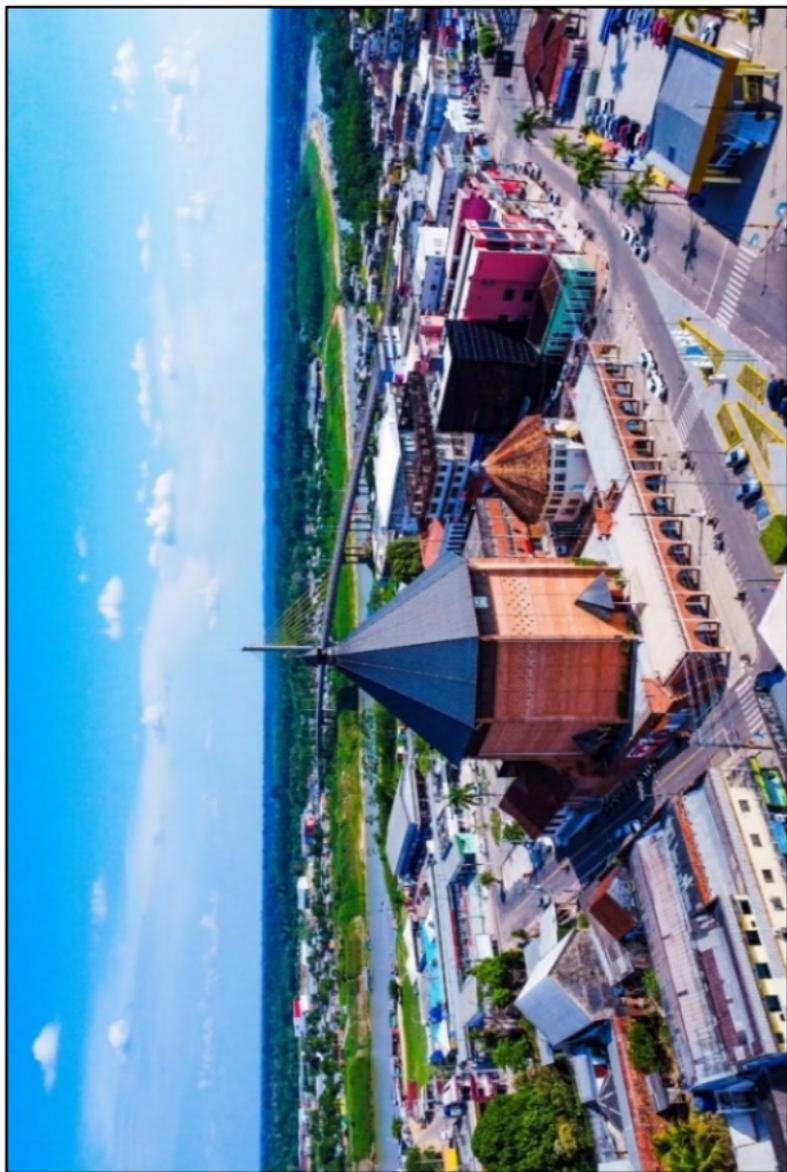
Fonte: IBGE, 2023.

Vista aérea do centro de Rio Branco – capital



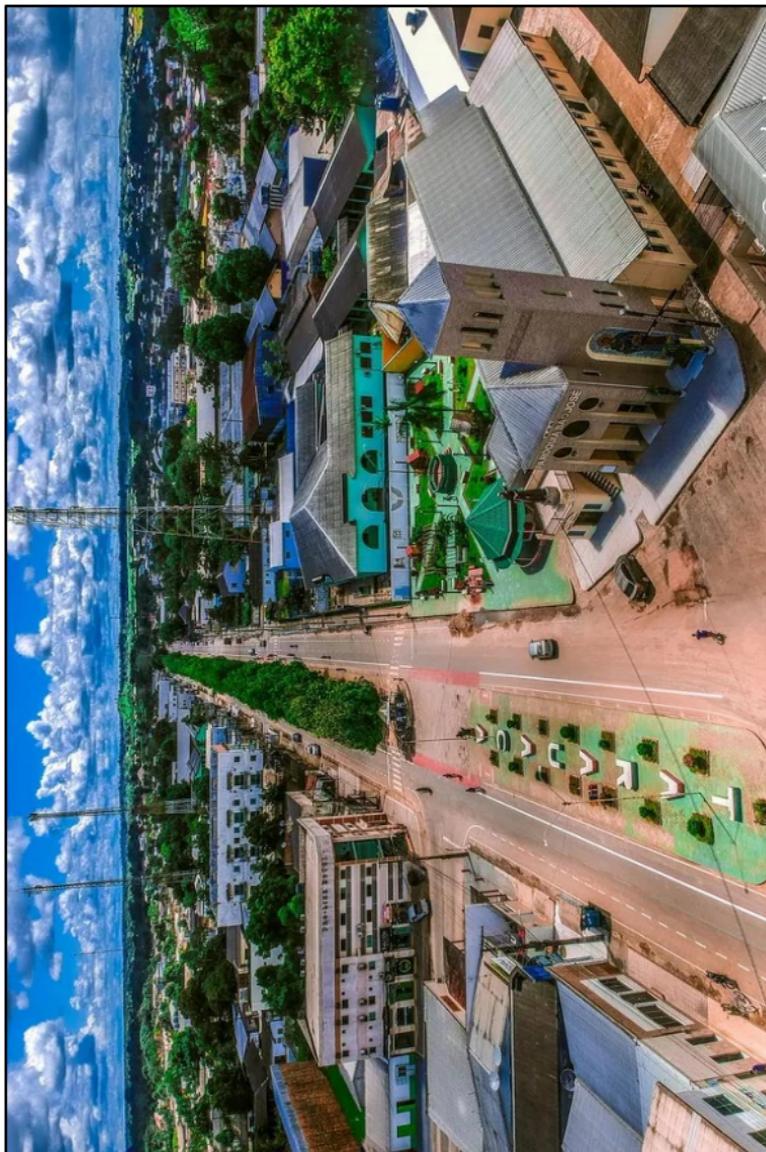
Fonte: Agência de Notícias do Acre, 2020.

Vista aérea do centro de Cruzeiro do Sul



Fonte: Agência de Notícias do Acre, 2023.

Vista aérea do centro de Tarauacá



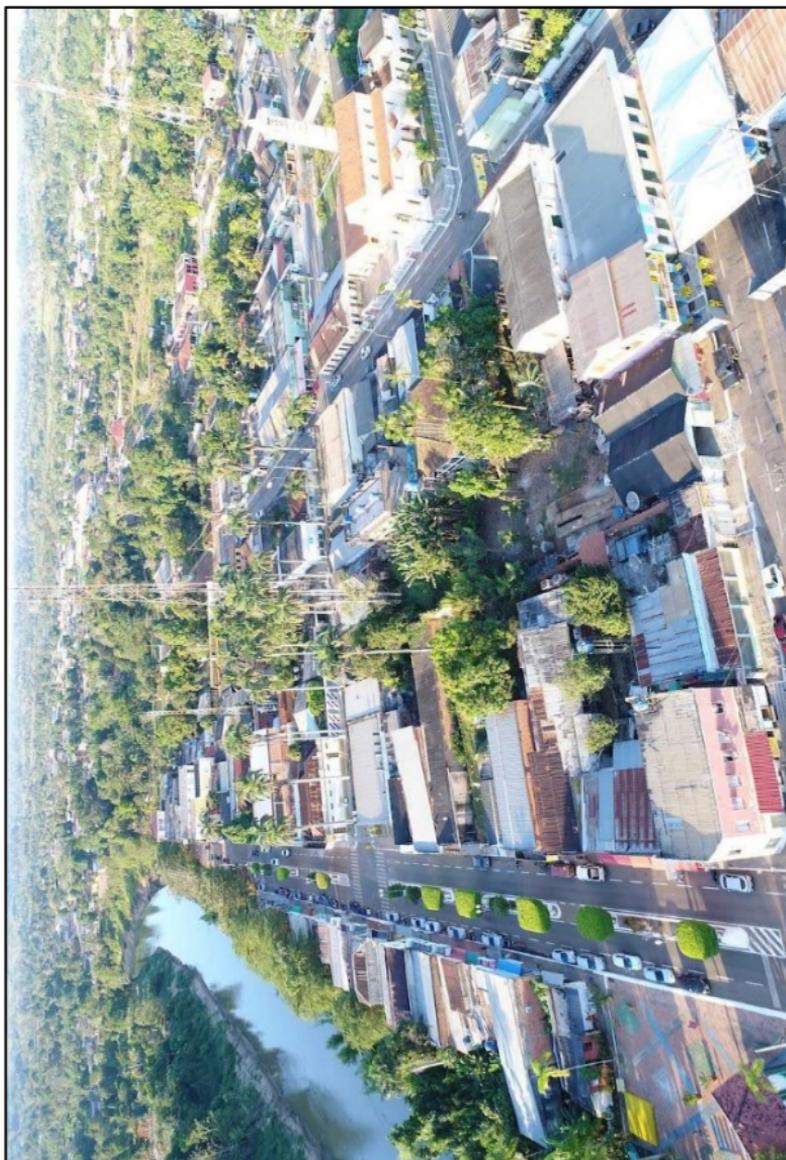
Fonte: Agência de Notícias do Acre/G1 Acre, 2022.

Vista aérea do centro de Sena Madureira



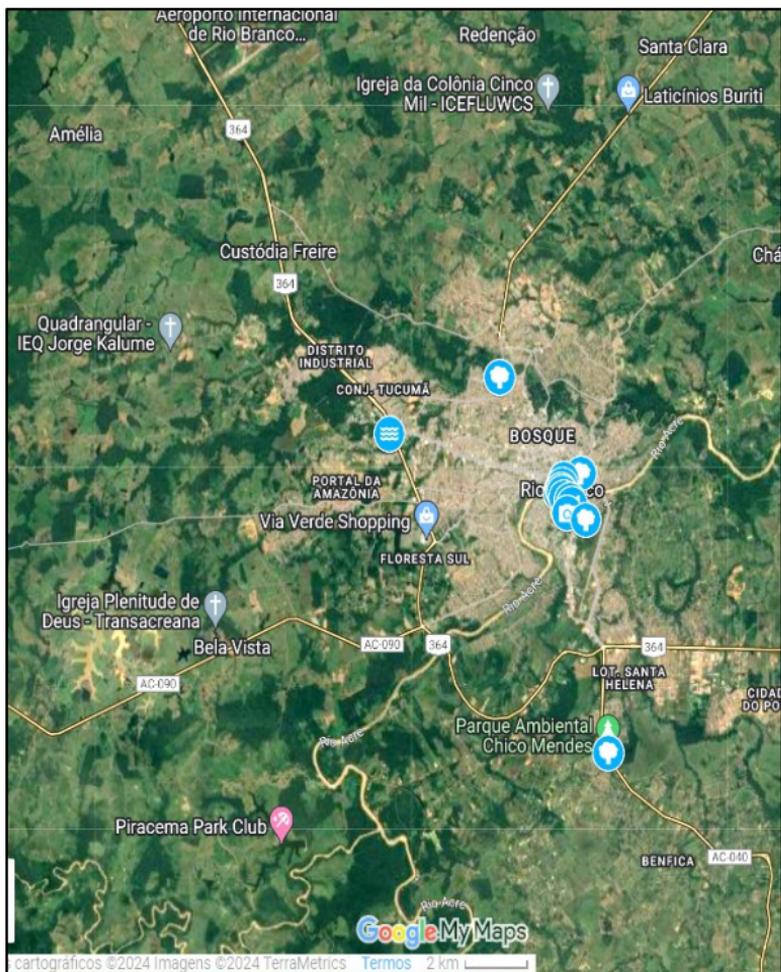
Fonte: Agência de Notícias do Acre/Contil Notícias, 2020.

Vista aérea do centro de Brasília



Fonte: Agência de Notícias do Acre, 2020.

Pontos Turísticos de Rio Branco Mapa com localidades no GoogleMyMaps



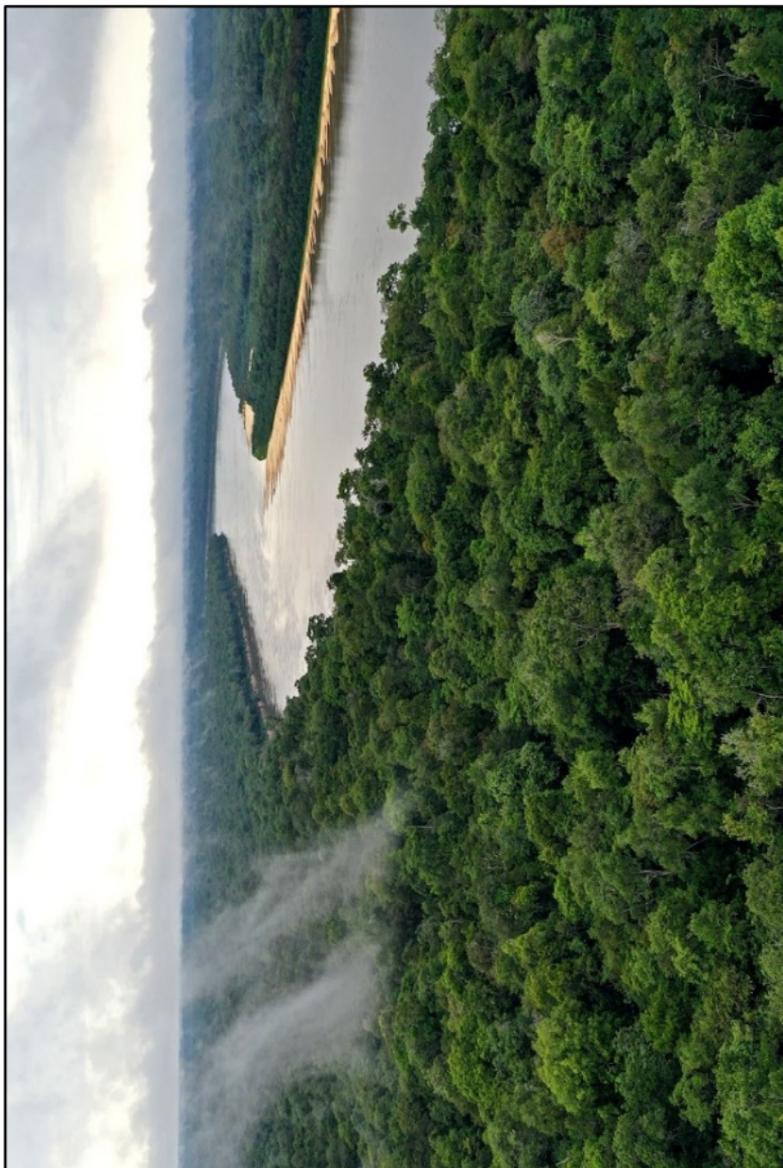
Fonte: Googlemymaps, 2024.

Biblioteca Pública Estadual Adonay Barbosa dos Santos – Rio Branco



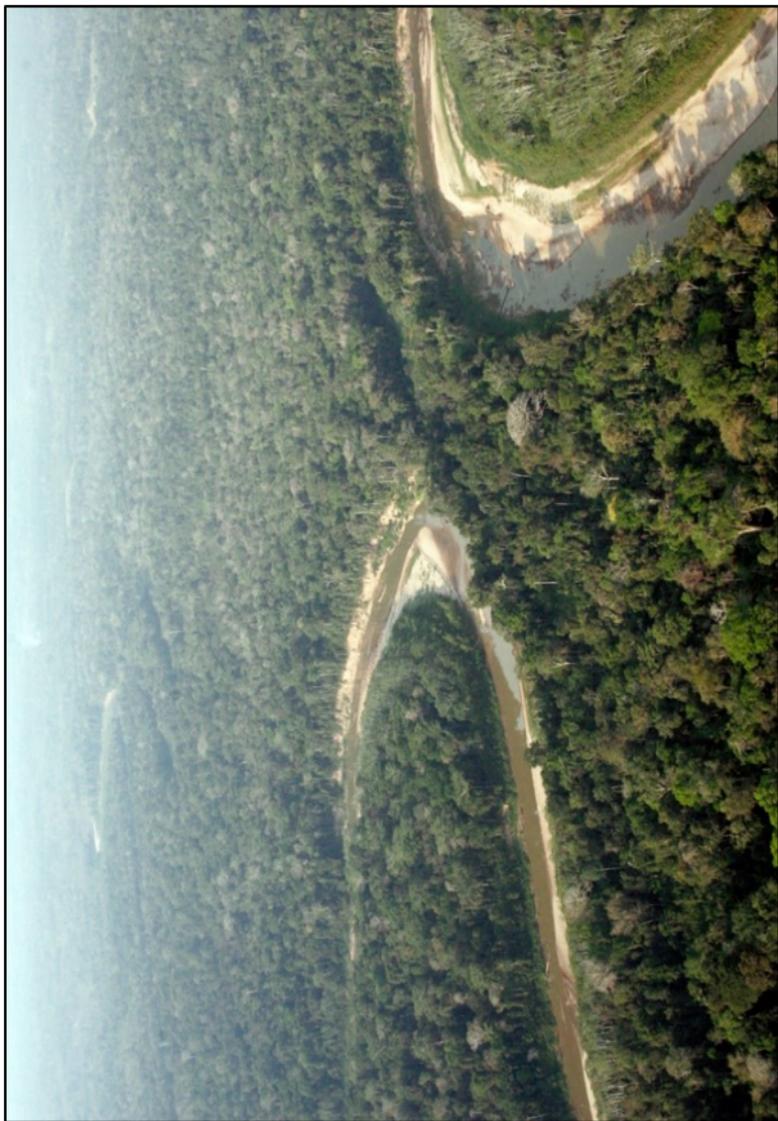
Fonte: Fundação Elias Mansour, 2024.

Rio Purus em meio à Floresta Amazônica



Fonte: Agência de Notícias do Acre, 2020.

Reserva Extrativista Chico Mendes – Xapuri



Fonte: Agência de Notícias do Acre, 2022.

Vista frontal da Casa de Chico Mendes – Xapuri



Fonte: Agência de Notícias do Acre, 2020.

Festival Yawanawá – Tarauacá



Fonte: Ac24horas, 2020.

Vista aérea de Geoglifos no Acre



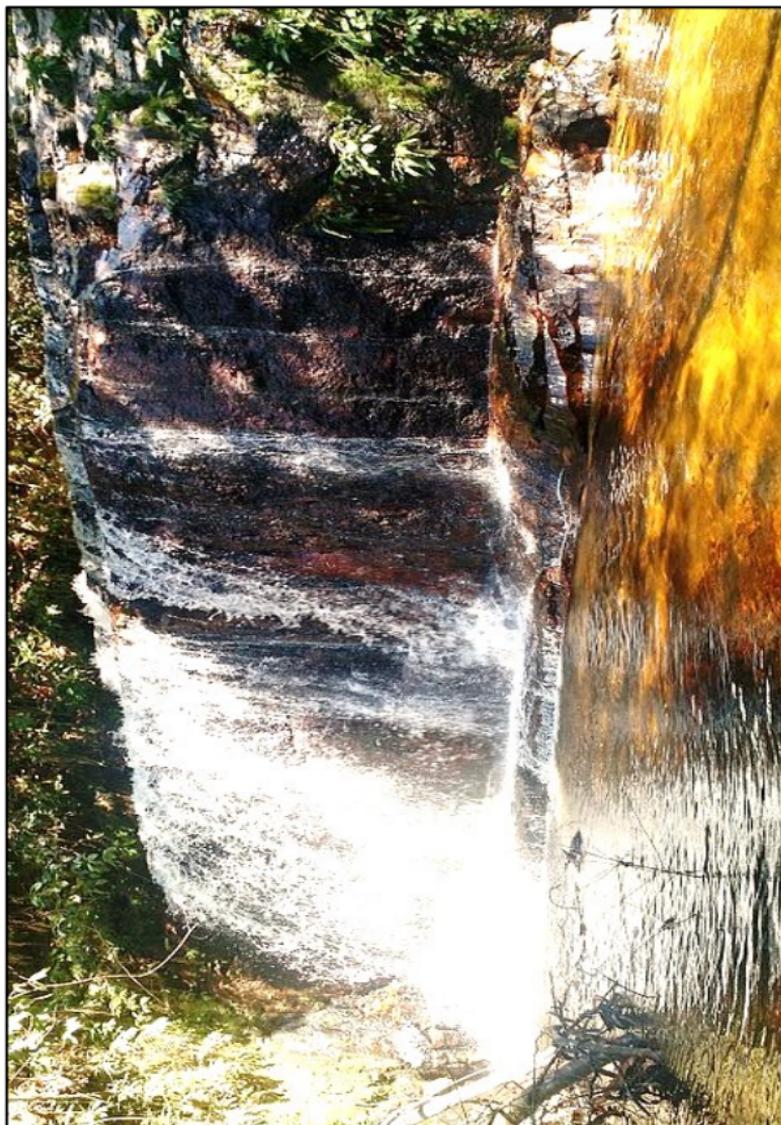
Fonte: IPHAN, 2020.

Cachoeira do Abraão – Porto Acre



Fonte: Acervo dos Organizadores, 2023.

Cachoeira da Formosa – Cruzeiro do Sul Parque Nacional da Serra do Divisor



Fonte: Agência de Notícias do Acre, 2021.



ORGANIZAÇÃO ESPACIAL ANTRÓPICA

Lugar, Território, Região e Paisagem



NEM PARAÍSO PERDIDO, NEM INFERNO VERDE

Os movimentos populacionais têm sido testemunhados e registrados há milhares de anos. O nomadismo, a peregrinação populacional, a migração, o exílio, a diáspora e o trânsito de diferentes grupos ocorrem por diversas razões naturais e sociais.

Esses deslocamentos proporcionam encontros culturais, socializações e conflitos que se estendem à reconstrução e reordenamento dos espaços sociais e à reafirmação de práticas representacionais, simbólicas, espirituais e culturais, levando a hibridizações que foram estabelecidas e reinterpretadas.

Durante séculos, os “intelectuais” brasileiros consideraram a Amazônia uma terra remota, inóspita e inadequada para a existência humana.

Sempre que ressurgiram os ideais eurocêntricos de civilização, eles viam a Amazônia como um “mundo perdido” ainda desligado da civilização. Até os sertanistas brasileiros afirmam que há uma desconexão temporal em uma região que tem tudo e carece de tudo (ciência, história, arte, entendimento). É como se esta fosse uma terra sem pátria, com uma essência cruel e soberana, por isso é uma terra nômade, uma

mistura de paraíso perdido e inferno verde. Como se existisse na oposição entre a condenação dos poderosos do chamado “mundo civilizado” e a vida sofrida das pessoas comuns – que vivem em “uma terra sem lei e sem ordem”.

Ao longo do século XX, vários grupos étnicos migraram para a “Amazônia acreana”: judeus, ciganos, japoneses, sírios, libaneses, sudaneses, haitianos e outros. Outros grupos também foram territorializados, e seus descendentes permanecem no espaço geocultural, engajando-se em andanças desejadas e indesejadas: são soldados de plantão, escravos fugitivos, ex-escravos, presos libertos, capoeiristas, criminosos, prostitutas, povos indígenas.

Em meados do século XX, na ideologia nacional, o Acre era apenas “uma vaga expressão geográfica, um deserto empantanado a estirar-se sem limites”. As políticas públicas conseguintes expropriaram a terra dos que nela habitavam e retirou de muitos de seus moradores o direito à posse e à propriedade.

AS MESORREGIÕES ACREANAS

A atual divisão territorial acreana é composta por 22 municípios desde o ano de 1992.

O IBGE, em 1989, formulou a subdivisão brasileira em microrregiões, mesorregiões e macrorregiões geográficas. O Acre foi subdividido em duas mesorregiões (Vale do Acre e Vale do Juruá) e cinco microrregiões (de Cruzeiro do Sul, de Tarauacá, de Sena Madureira, de Rio Branco e de Brasiléia).

A primeira fase do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre (ZEE/AC) redefiniu as microrregiões como “Regionais de Desenvolvimento”. Em 1999, através do ZEE, foram criadas 05 regionais (Alto Acre, Baixo Acre, Purus/Iaco, Tarauacá/Envira e Juruá); e, 05 microrregiões (Rio Branco, Brasiléia, Sena Madureira, Tarauacá e Cruzeiro do Sul).

Na região do Vale do Acre, foram criadas três microrregiões: Rio Branco, Brasiléia e Sena Madureira. Uma delas inclui as cidades de Xapuri, Brasiléia, Assis Brasil e Epitaciolândia. A outra engloba Rio Branco, Bujari, Porto Acre, Senador Guimard, Capixaba, Plácido de Castro e Acrelândia. A terceira é composta por Sena Madureira, Manoel Urbano e Santa Rosa do Purus.

Já na região do Vale do Juruá, foram criadas mais duas áreas: Uma incluindo Tarauacá, Feijó e Jordão; e a outra abrangendo Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Rodrigues Alves e Porto Walter.

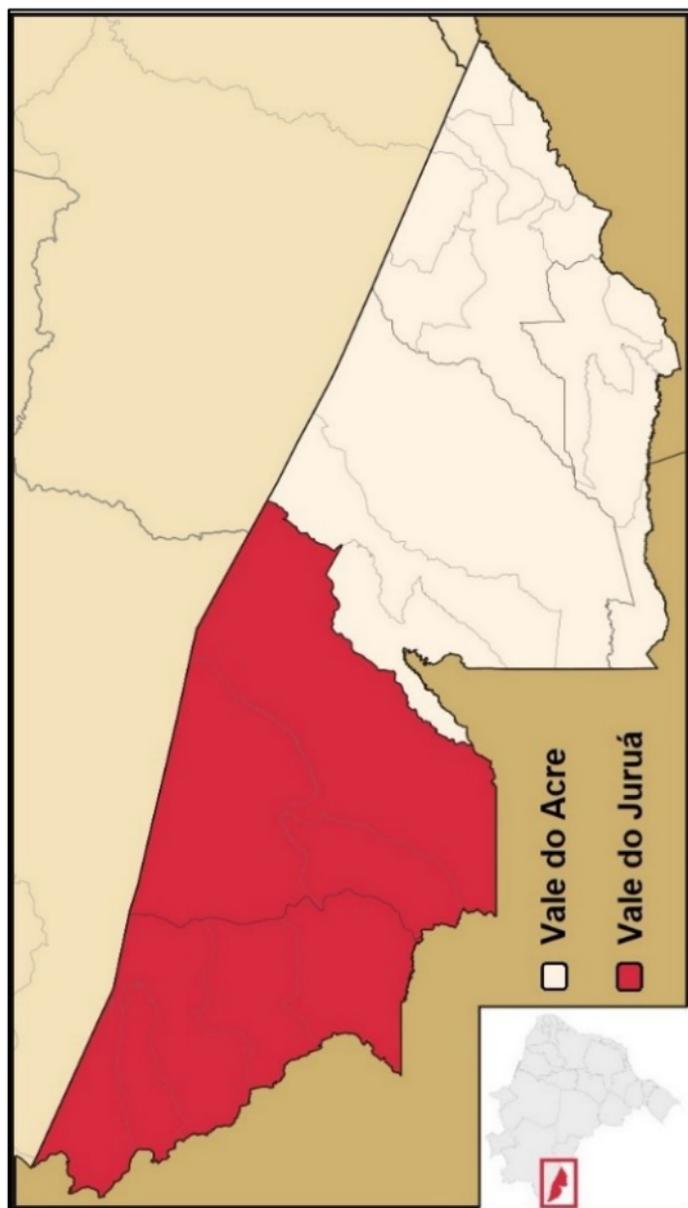
Essa nova organização teve como objetivo tornar mais fácil cuidar de cada área, melhorar o desenvolvimento do estado e também salvaguardar as áreas fronteiriças com o Peru e a Bolívia, pois existem locais mais isolados que precisam de maior atenção, tanto por parte do governo brasileiro como do acreano.

Divisão territorial por mesorregiões, regionais e municípios

Mesorregiões e regionais	Municípios	Área Territorial (Hectares)	Participação na área do Estado (%)
Mesorregião Vale do Acre		7.867.520,10	47,94
Regional Purus	Manoel Urbano	4.053.180,00	24,70
	Santa Rosa do Purus		
	Sena Madureira		
Regional Baixo Acre	Acrelândia	2.225.048,80	13,56
	Bujari		
	Capixaba		
	Plácido de Castro		
	Porto Acre		
	Senador Guiomard		
	Rio Branco		
Regional Alto Acre	Assis Brasil	1.589.291,30	9,68
	Brasiléia		
	Epitaciolândia		
	Xapuri		
Mesorregião Vale do Juruá		8.544.851,10	52,06
Regional Juruá	Cruzeiro do Sul	3.194.472,80	19,46
	Mâncio Lima		
	Marechal Thaumaturgo		
	Porto Walter		
	Rodrigues Alves		
Regional Tarauacá-Envira	Feijó	5.350.378,30	32,60
	Jordão		
	Tarauacá		
Acre		16.412.371,20	100,00
<p>O Acre possui 22 municípios</p> <p>Organizados em 2 mesorregiões</p> <p>Organizados em 5 regionais</p>			

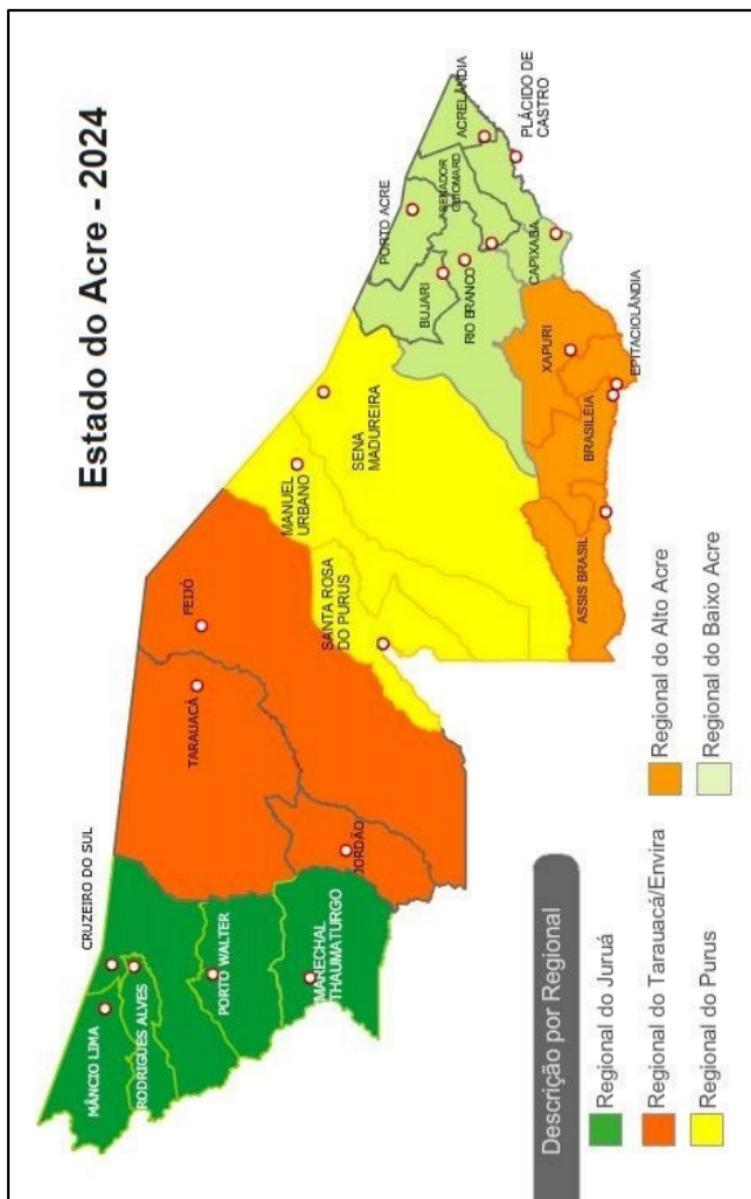
Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE, 2015.

Mesorregiões acreanas



Fonte: Suporte Geográfico, 2020.

Microrregiões acreanas



Fonte: Memorial dos Autonomistas, 2024.

ACESSO VIÁRIO AO ACRE

Em relação à infraestrutura viária, o estado possui importantes rodovias federais, como a BR-364 e a BR-317, além de outras estaduais, como as AC-010, AC-040, AC-703, AC-475 e AC-090.

As pessoas que vivem no Vale do Juruá, na região oeste do estado, nas cidades como Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo e Porto Walter, têm uma forte ligação com os rios, especialmente com o rio Juruá e seus afluentes.

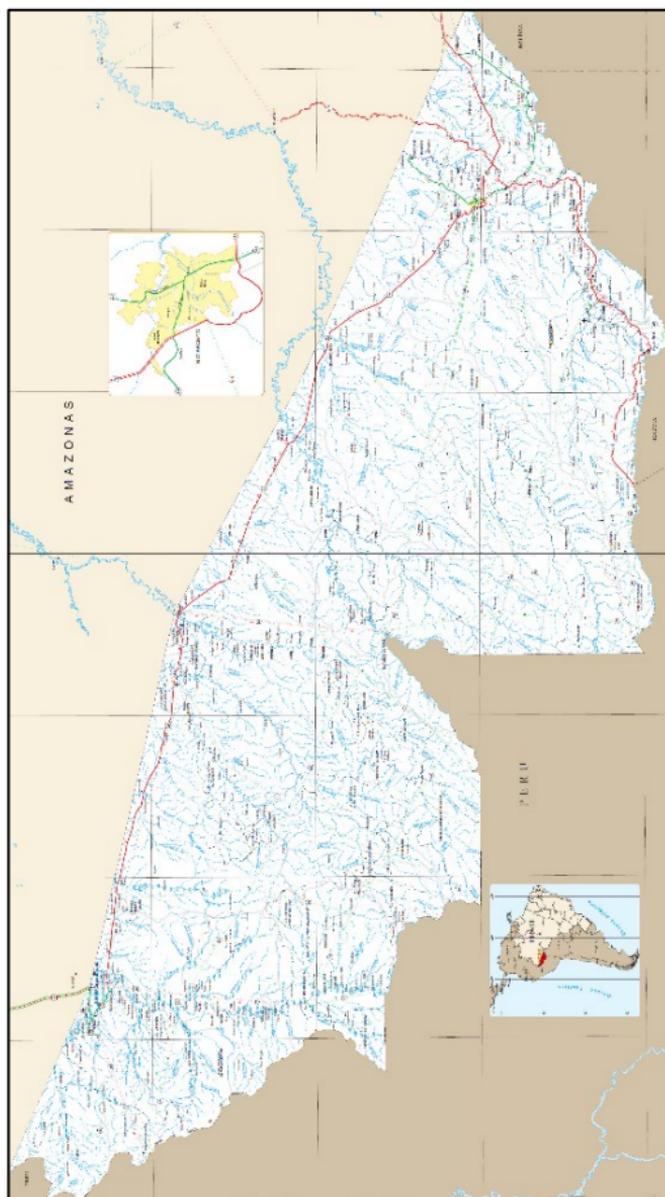
Por décadas, esses municípios ficaram isolados por via terrestre. A BR-364 existe há décadas, mas no período chuvoso é inviabilizada a passagem de veículos em vários trechos. Assim, os habitantes do Vale do Juruá dependem muito do transporte fluvial para se deslocarem e para o transporte de mercadorias, já que suas viagens pelos rios são mais comuns do que viagens por rodoviárias estaduais e federais.

Essa região tem uma conexão mais próxima com a cidade de Manaus, no estado do Amazonas, do que com a capital do Acre, Rio Branco. Isso ocorre porque muitos dos trajetos comerciais e de transporte são feitos pelos rios; e Manaus é um importante centro

urbano na região amazônica, oferecendo uma variedade de serviços e mercadorias que são essenciais para as comunidades ao longo do rio Juruá e seus afluentes.

Cabe ressaltar que a pavimentação da BR-364, ainda que rudimentar, diminuiu a ligação com Manaus e fortaleceu a ligação interna no Acre. A rodovia localizada no norte do estado, faz a interligação de leste a oeste e, a partir da centralidade de Rio Branco, proporciona o acesso a outras cidades do interior no vale do Acre.

Rodovias e hidrovias no Acre



Fonte: DENIT (2020) apud ZEE, 2021.

INDICADORES SOCIODEMOGRÁFICOS DA POPULAÇÃO ACREANA

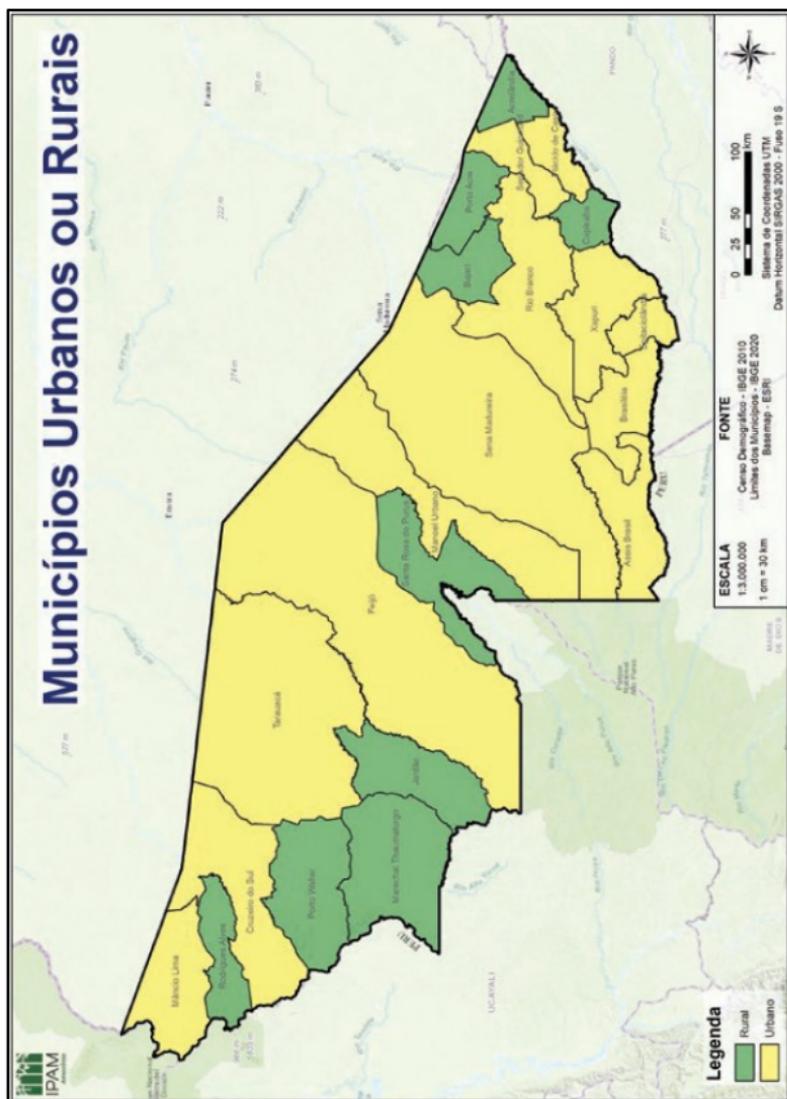
Segundo dados do IBGE, em 2022 a população acreana era de 830.018 habitantes (0,41% da população brasileira), deixando o estado no ranking nacional como o 25º estado brasileiro mais populoso do país, sendo sua densidade demográfica de apenas 5,06 h/Km². O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2021 foi de 0,710, enquanto o rendimento nominal mensal domiciliar per capita foi de R\$ 1.095.

A área urbanizada do território acreano em 2019 era de aproximadamente 216,14Km².

O Estado do Acre apresenta uma população distribuída em seus 22 municípios. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população total do estado em 2000 era de 557.526 habitantes, dos quais 367.864 eram homens e 364.929 eram mulheres. Desses, a maioria morava em cidades (áreas urbanas), totalizando 532.080 pessoas, enquanto 200.713 habitavam áreas rurais.

Em 2010, houve um aumento populacional significativo, elevando o total para 732.793 indivíduos. Em 2022, esse número passou a ser de 830.018 pessoas.

Classificação dos municípios em urbano e rural de acordo com critérios do IBGE



Fonte: DENIT, 2020.

ACRELÂNDIA

Dados do censo 2022 do IBGE apontam os indicadores socioeconômicos do município de Acrelândia.

Área: 4.979,073 km².

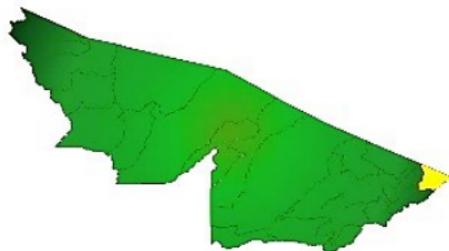
Gentílico: acrelandense.

Aniversário: 28 de abril.

Em Acrelândia, a população em 2022 era de 14.021 habitantes. A densidade demográfica, em 2022, de 7,74 h/Km².

A taxa de escolarização (6 a 14 anos) sendo de 95,1%. O IDHM, em 2010, foi de 0,604. O PIB per capita de R\$ 19.525,15, em 2020; com salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2021, no valor de 1,9 salários mínimos; 45,6% da população vive com menos de 1/2 salário mínimo por mês.

Acrelândia apresenta área urbanizada de 7,37km². 10,9% das residências têm esgotamento sanitário adequado. 7,3% das vias públicas são urbanizadas. O índice de mortalidade infantil é de 1,266%.



ASSIS BRASIL

Dados do censo 2022 do IBGE apontam os indicadores socioeconômicos do município de Assis Brasil.

Área: 1.811,613 km².

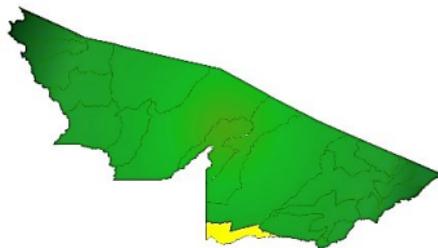
Gentílico: assis-brasiliense.

Aniversário: 14 de mai.

Em Assis Brasil, a população em 2022 era de 8.100 habitantes. A densidade demográfica, em 2022, de 1,63 h/Km².

A taxa de escolarização (6 a 14 anos) sendo de 85,1%. O IDHM, em 2010, foi de 0,588. O PIB per capita de R\$ 12.864,39, em 2020; com salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2021, no valor de 2,3 salários mínimos; 47,1% da população vive com menos de ½ salário mínimo por mês.

Assis Brasil apresenta área urbanizada de 2,04km². 23,1% das residências têm esgotamento sanitário adequado. 0,0% das vias públicas são urbanizadas. O índice de mortalidade infantil é de 1,395%.



BRASILÉIA

Dados do censo 2022 do IBGE apontam os indicadores socioeconômicos do município de Brasiléia.

Área: 3.928,174 km².

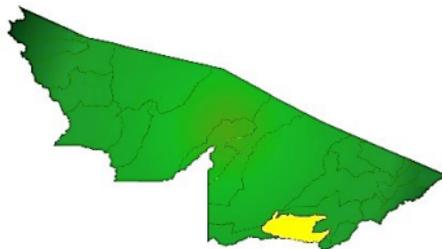
Gentílico: brasileiro.

Aniversário: 03 de juho.

Em Brasiléia, a população em 2022 era de 26.000 habitantes. A densidade demográfica, em 2022, de 6,62 h/Km².

A taxa de escolarização (6 a 14 anos) sendo de 90,2%. O IDHM, em 2010, foi de 0,604. O PIB per capita de R\$ 17.981,49, em 2020; com salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2021, no valor de 1,8 salários mínimos; 45% da população vive com menos de 1/2 salário mínimo por mês.

Brasiléia apresenta área urbanizada de 6,63km². 28,4% das residências têm esgotamento sanitário adequado. 2% das vias públicas são urbanizadas. O índice de mortalidade infantil é de 0,759%.



BUJARI

Dados do censo 2022 do IBGE apontam os indicadores socioeconômicos do município de Bujari.

Área: 3.034,869 km².

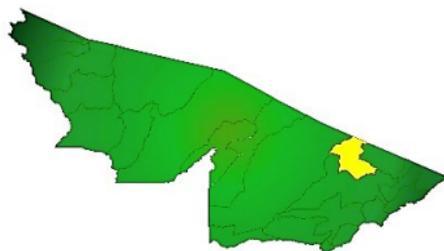
Gentílico: bujariense.

Aniversário: 28 de abril.

Em Bujari, a população em 2022 era de 12.917 habitantes. A densidade demográfica, em 2022, de 4,26 h/Km².

A taxa de escolarização (6 a 14 anos) sendo de 91,1%. O IDHM, em 2010, foi de 0,589. O PIB per capita de R\$ 17.640,84, em 2020; com salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2021, no valor de 1,5 salários mínimos; 44,6% da população vive com menos de ½ salário mínimo por mês.

Bujari apresenta área urbanizada de 6,37km². 18,9% das residências têm esgotamento sanitário adequado. 9,2% das vias públicas são urbanizadas. O índice de mortalidade infantil é de 1,245%.



CAPIXABA

Dados do censo 2022 do IBGE apontam os indicadores socioeconômicos do município de Capixaba.

Área: 1.705,824 km²

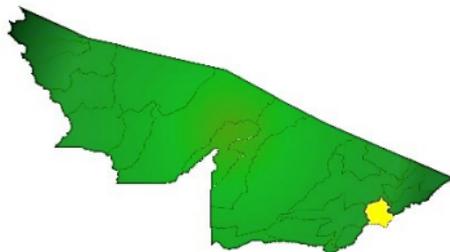
Gentílico: capixabense.

Aniversário: 28 de abril.

Em Capixaba, a população em 2022 era de 10.392 habitantes. A densidade demográfica, em 2022, de 6,09 h/Km².

A taxa de escolarização (6 a 14 anos) sendo de 92,6%. O IDHM, em 2010, foi de 0,575. O PIB per capita de R\$ 12.101,71, em 2020; com salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2021, no valor de 2,1 salários mínimos; 44,6% da população vive com menos de ½ salário mínimo por mês.

Capixaba apresenta área urbanizada de 5,84km². 133,2% das residências têm esgotamento sanitário adequado. 9,8% das vias públicas são urbanizadas. O índice de mortalidade infantil é de 0,526%.



CRUZEIRO DO SUL

Dados do censo 2022 do IBGE (2010) apontam os indicadores socioeconômicos do município de Cruzeiro do Sul.

Área: 8.783,470 km²

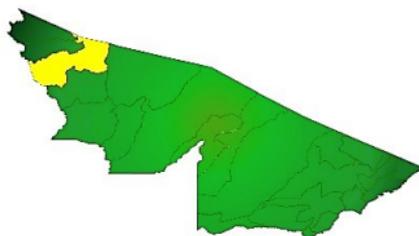
Gentílico: cruzeirense.

Aniversário: 28 de setembro.

O segundo município mais populoso do estado. Em Cruzeiro do Sul, a população em 2022 era de 91.888 habitantes. A densidade demográfica, em 2022, de 10,46 h/Km².

A taxa de escolarização (6 a 14 anos) sendo de 94,6%. O IDHM, em 2010, foi de 0,664. O PIB per capita de R\$ 17.024,21, em 2020; com salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2021, no valor de 1,8 salários mínimos; 44,2% da população vive com menos de ½ salário mínimo por mês.

Cruzeiro do Sul apresenta área urbanizada de 26,91km². 12,7% das residências têm esgotamento sanitário adequado. 3,7% das vias públicas são urbanizadas. O índice de mortalidade infantil é de 1,064%.



EPITACIOLÂNDIA

Dados do censo 2022 do IBGE apontam os indicadores socioeconômicos do município de Epitaciolândia.

Área: 1.652,674 km²

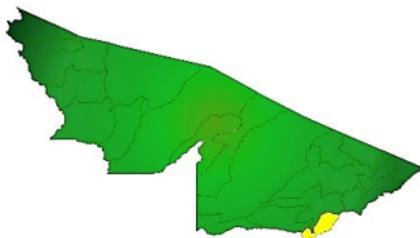
Gentílico: epitaciolandense.

Aniversário: 28 de abril.

Em Epitaciolândia, a população em 2022 era de 18.757 habitantes. A densidade demográfica, em 2022, de 11,35 h/Km².

A taxa de escolarização (6 a 14 anos) sendo de 93,7%. O IDHM, em 2010, foi de 0,653. O PIB per capita de R\$ 23.156,18, em 2020; com salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2021, no valor de 1,7 salários mínimos; 42,9% da população vive com menos de ½ salário mínimo por mês.

Epitaciolândia apresenta área urbanizada de 4,93km². 21,4% das residências têm esgotamento sanitário adequado. 11% das vias públicas são urbanizadas. O índice de mortalidade infantil é de 1,706%.



FEIJÓ

Dados do censo 2022 do IBGE apontam os indicadores socioeconômicos do município de Feijó.

Área: 27.976,874 km²

Gentílico: feijoense.

Aniversário: 21 de dezembro.

Em Feijó, a população em 2022 era de 35.426 habitantes. A densidade demográfica, em 2022, de 1,27 h/Km².

A taxa de escolarização (6 a 14 anos) sendo de 82,9%. O IDHM, em 2010, foi de 0,539. O PIB per capita de R\$ 11.263,93, em 2020; com salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2021, no valor de 1,7 salários mínimos; 51% da população vive com menos de ½ salário mínimo por mês.

Feijó apresenta área urbanizada de 6,60km². 9,3% das residências têm esgotamento sanitário adequado. 2,1% das vias públicas são urbanizadas. O índice de mortalidade infantil é de 3,169%.



JORDÃO

Dados do censo 2022 do IBGE apontam os indicadores socioeconômicos do município de Jordão.

Área: 5.357,227 km²

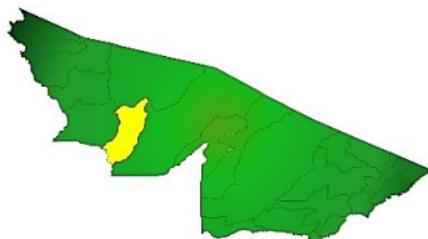
Gentílico: jordãoense.

Aniversário: 28 de abril.

Em Jordão, a população em 2022 era de 9.222 habitantes. A densidade demográfica, em 2022, de 1,72 h/Km².

A taxa de escolarização (6 a 14 anos) sendo de 71,3%. O IDHM, em 2010, foi de 0,469. O PIB per capita de R\$ 10.020,96, em 2020; com salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2021, no valor de 1,6 salários mínimos; 48% da população vive com menos de ½ salário mínimo por mês.

Jordão apresenta área urbanizada de 2,02km². 4,3% das residências têm esgotamento sanitário adequado. 1,2% das vias públicas são urbanizadas. O índice de mortalidade infantil é de 1,951%.



MÂNCIO LIMA

Dados do censo 2022 do IBGE apontam os indicadores socioeconômicos do município de Mâncio Lima.

Área: 5.451,617 km².

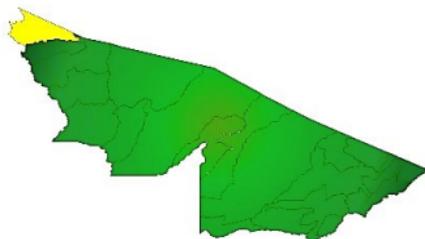
Gentílico: mancio-limense.

Aniversário: 30 de maio.

Em Mâncio Lima, a população em 2022 era de 19.300 habitantes. A densidade demográfica, em 2022, de 3,54 h/Km².

A taxa de escolarização (6 a 14 anos) sendo de 94,9%. O IDHM, em 2010, foi de 0,625. O PIB per capita de R\$ 11.955,02, em 2020; com salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2021, no valor de 1,8 salários mínimos; 48,7% da população vive com menos de ½ salário mínimo por mês.

Mâncio Lima apresenta área urbanizada de 7,43km². 8% das residências têm esgotamento sanitário adequado. 4,7% das vias públicas são urbanizadas. O índice de mortalidade infantil é de 1,905%.



MANOEL URBANO

Dados do censo 2022 do IBGE apontam os indicadores socioeconômicos do município de Manoel Urbano.

Área: 10.630,600 km².

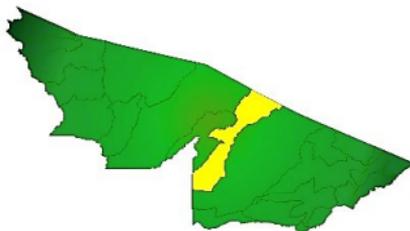
Gentílico: Manoel-urbanense.

Aniversário: 14 de maio.

Em Manoel Urbano, a população em 2022 era de 11.996 habitantes. A densidade demográfica, em 2022, de 1,13 h/Km².

A taxa de escolarização (6 a 14 anos) sendo de 78%. O IDHM, em 2010, foi de 0,551. O PIB per capita de R\$ 14.342,93, em 2020; com salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2021, no valor de 2,1 salários mínimos; 46,9% da população vive com menos de ½ salário mínimo por mês.

Manoel Urbano apresenta área urbanizada de 2,40km². 12,8% das residências têm esgotamento sanitário adequado. 2,8% das vias públicas são urbanizadas. O índice de mortalidade infantil é de 0,714%.



MARECHAL THAUMATURGO

Dados do censo 2022 do IBGE apontam os indicadores socioeconômicos do município de Marechal Thaumaturgo.

Área: 8.190,953 km²

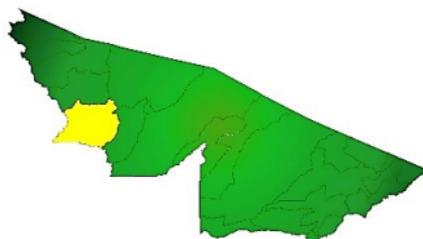
Gentílico: thaumaturguense.

Aniversário: 05 de novembro.

Em Marechal Thaumaturgo, a população em 2022 era de 17.093 habitantes. A densidade demográfica, em 2022, de 2,09 h/Km².

A taxa de escolarização (6 a 14 anos) sendo de 90,8%. O IDHM, em 2010, foi de 0,5,1. O PIB per capita de R\$ 11.116,99, em 2020; com salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2021, no valor de 2,6 salários mínimos; 50,6% da população vive com menos de ½ salário mínimo por mês.

Marechal Thaumaturgo apresenta área urbanizada de 4,38km². 7,4% das residências têm esgotamento sanitário adequado. 1,3% das vias públicas são urbanizadas. O índice de mortalidade infantil é de 0,898%.



PLÁCIDO DE CASTRO

Dados do censo 2022 do IBGE apontam os indicadores socioeconômicos do município de Plácido de Castro.

Área: 1.952,555 km².

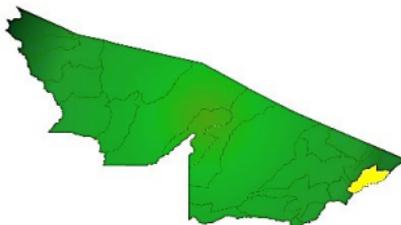
Gentílico: placidiano.

Aniversário: 30 de março.

Em Plácido de Castro, a população em 2022 era de 16.560 habitantes. A densidade demográfica, em 2022, de 8,48 h/Km².

A taxa de escolarização (6 a 14 anos) sendo de 93,6%. O IDHM, em 2010, foi de 0,622. O PIB per capita de R\$ 13.377,82, em 2020; com salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2021, no valor de 2 salários mínimos; 45,2% da população vive com menos de 1/2 salário mínimo por mês.

Plácido de Castro apresenta área urbanizada de 5,04km². 14,3% das residências têm esgotamento sanitário adequado. 2% das vias públicas são urbanizadas. O índice de mortalidade infantil é de 2,456%.



PORTO ACRE

Dados do censo 2022 do IBGE apontam os indicadores socioeconômicos do município de Porto Acre.

Área: 2.604,417 km².

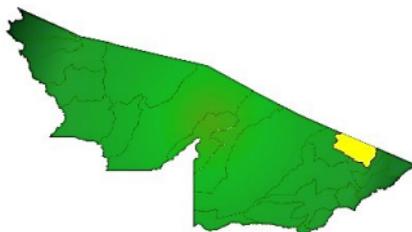
Gentílico: portoacrense.

Aniversário: 24 de janeiro.

Em Porto Acre, a população em 2022 era de 16.693 habitantes. A densidade demográfica, em 2022, de 6,41 h/Km².

A taxa de escolarização (6 a 14 anos) sendo de 90,4%. O IDHM, em 2010, foi de 0,576. O PIB per capita de R\$ 12.948,19, em 2020; com salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2021, no valor de 2,1 salários mínimos; 48,3% da população vive com menos de ½ salário mínimo por mês.

Porto Acre apresenta área urbanizada de 5,56km². 11,5% das residências têm esgotamento sanitário adequado. 0,2% das vias públicas são urbanizadas. O índice de mortalidade infantil é de 1,939%.



PORTO WALTER

Dados do censo 2022 do IBGE apontam os indicadores socioeconômicos do município de Porto Walter.

Área: 6.446,385 km².

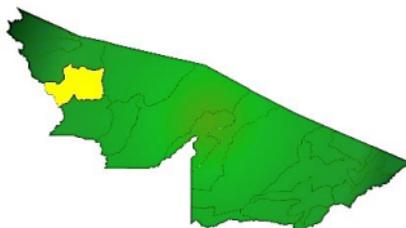
Gentílico: portowaltense.

Aniversário: 25 de junho.

Porto Walter, a população em 2022 era de 10.735 habitantes. A densidade demográfica, em 2022, de 1,67 h/Km².

A taxa de escolarização (6 a 14 anos) sendo de 93,3%. O IDHM, em 2010, foi de 0,532. O PIB per capita de R\$ 10.640,19, em 2020; com salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2021, no valor de 1,6 salários mínimos; 48,9% da população vive com menos de ½ salário mínimo por mês.

Porto Walter apresenta área urbanizada de 2,65km². 0,4% das residências têm esgotamento sanitário adequado. 2,5% das vias públicas são urbanizadas. O índice de mortalidade infantil é de 1,394%.



RIO BRANCO

Dados do censo 2022 do IBGE apontam os indicadores socioeconômicos do município de Rio Branco.

Área: 8.835,154 km².

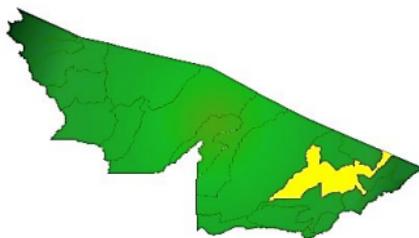
Gentílico: rio-branquense.

Aniversário: 28 de dezembro.

Rio Branco, a capital do Acre, em 2022 era o município mais populoso com 364.756 habitantes. A densidade demográfica, em 2022, de 41,28 h/Km².

A taxa de escolarização (6 a 14 anos) sendo de 95,1%. O IDHM, em 2010, foi de 0,727. O PIB per capita de R\$ 23.171,69, em 2020; com salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2021, no valor de 3,3 salários mínimos; 36,4% da população vive com menos de ½ salário mínimo por mês.

Rio Branco apresenta área urbanizada de 87,42km². 56,7% das residências têm esgotamento sanitário adequado. 20,4% das vias públicas são urbanizadas. O índice de mortalidade infantil é de 1,497%.



RODRIGUES ALVES

Dados do censo 2022 do IBGE apontam os indicadores socioeconômicos do município de Rodrigues Alves.

Área: 3.076,342 km²

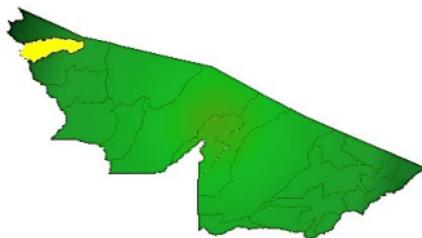
Gentílico: rodriguesalvense.

Aniversário: 28 de julho.

Em Rodrigues Alves, a população em 2022 era de 14.938 habitantes. A densidade demográfica, em 2022, de 4,86 h/Km².

A taxa de escolarização (6 a 14 anos) sendo de 94,6%. O IDHM, em 2010, foi de 0,567. O PIB per capita de R\$ 10.474,43, em 2020; com salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2021, no valor de 2,1 salários mínimos; 51,9% da população vive com menos de ½ salário mínimo por mês.

Rodrigues Alves apresenta área urbanizada de 4,36km². 8,1% das residências têm esgotamento sanitário adequado. 9,6% das vias públicas são urbanizadas. O índice de mortalidade infantil é de 1,441%.



SANTA ROSA DO PURUS

Dados do censo 2022 do IBGE apontam os indicadores socioeconômicos do município de Santa Rosa do Purus.

Área: 6.155,858 km².

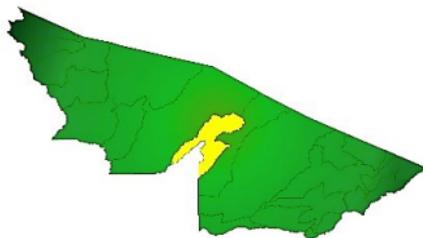
Gentílico: santarosense.

Aniversário: 28 de abril.

Em Santa Rosa do Purus, a população em 2022 era de 6.723 habitantes. A densidade demográfica, em 2022, de 1,09 h/Km².

A taxa de escolarização (6 a 14 anos) sendo de 63,8%. O IDHM, em 2010, foi de 0,517. O PIB per capita de R\$ 12.525,97, em 2020; com salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2021, no valor de 2,3 salários mínimos; 48,3% da população vive com menos de ½ salário mínimo por mês.

Santa Rosa do Purus apresenta área urbanizada de 2,31km². 2,5% das residências têm esgotamento sanitário adequado. 0% das vias públicas são urbanizadas. O índice de mortalidade infantil é de 4,698%.



SENA MADUREIRA

Dados do censo 2022 do IBGE apontam os indicadores socioeconômicos do município de Sena Madureira.

Área: 23.759,512 km².

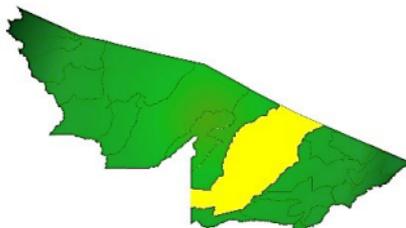
Gentílico: sena-madureirense.

Aniversário: 25 de setembro.

Em Sena Madureira, a população em 2022 era de 41.349 habitantes. A densidade demográfica, em 2022, de 1,74 h/Km².

A taxa de escolarização (6 a 14 anos) sendo de 85,4%. O IDHM, em 2010, foi de 0,603. O PIB per capita de R\$ 12.490,26, em 2020; com salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2021, no valor de 1,7 salários mínimos; 46,3% da população vive com menos de ½ salário mínimo por mês.

Sena Madureira apresenta área urbanizada de 8,61km². 12,5% das residências têm esgotamento sanitário adequado. 4,2% das vias públicas são urbanizadas. O índice de mortalidade infantil é de 1,946%.



SENADOR GUIOMARD

Dados do censo 2022 do IBGE apontam os indicadores socioeconômicos do município de Senador Guiomard (Quinari).

Área: 2.320,169 km².

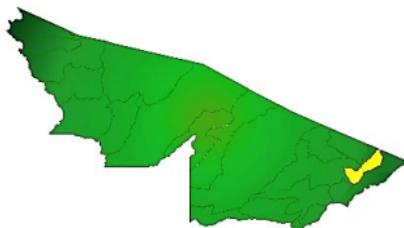
Gentílico: guioense.

Aniversário: 14 de maio.

Em Senador Guiomard, a população em 2022 era de 21.453 habitantes. A densidade demográfica, em 2022, de 9,25 h/Km².

A taxa de escolarização (6 a 14 anos) sendo de 95,6%. O IDHM, em 2010, foi de 0,640. O PIB per capita de R\$ 15.389, em 2020; com salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2021, no valor de 1,9 salários mínimos; 41,6% da população vive com menos de ½ salário mínimo por mês.

Senador Guiomard apresenta área urbanizada de 6,51km². 22,4% das residências têm esgotamento sanitário adequado. 4,2% das vias públicas são urbanizadas. O índice de mortalidade infantil é de 1,496%.



TARAUACÁ

Dados do censo 2022 do IBGE apontam os indicadores socioeconômicos do município de Tarauacá.

Área: 20.169,485 km².

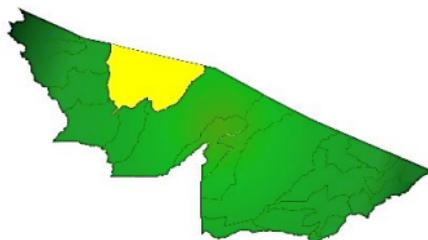
Gentílico: tarauacaense.

Aniversário: 24 de abril.

Em Tarauacá, a população em 2022 era de 43.464 habitantes. A densidade demográfica, em 2022, de 2,15 h/Km².

A taxa de escolarização (6 a 14 anos) sendo de 85,6%. O IDHM, em 2010, foi de 0,539. O PIB per capita de R\$ 12.046,86, em 2020; com salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2021, no valor de 2,1 salários mínimos; 47,4% da população vive com menos de 1/2 salário mínimo por mês.

Tarauacá apresenta área urbanizada de 7,50km². 9,3% das residências têm esgotamento sanitário adequado. 0,8% das vias públicas são urbanizadas. O índice de mortalidade infantil é de 1,981%.



XAPURI

Dados do censo 2022 do IBGE apontam os indicadores socioeconômicos do município de Xapuri.

Área: 5.350,586 km².

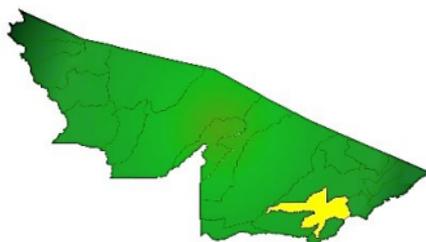
Gentílico: xapuriense.

Aniversário: 22 de março.

Em Xapuri, a população em 2022 era de 18.243 habitantes. A densidade demográfica, em 2022, de 3,41 h/Km².

A taxa de escolarização (6 a 14 anos) sendo de 87,7%. O IDHM, em 2010, foi de 0,599. O PIB per capita de R\$ 14.903,31, em 2020; com salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2021, no valor de 1,8 salários mínimos; 45,9% da população vive com menos de ½ salário mínimo por mês.

Xapuri apresenta área urbanizada de 3,23km². 27,7% das residências têm esgotamento sanitário adequado. 4,5% das vias públicas são urbanizadas. O índice de mortalidade infantil é de 1,899%.



PIB dos municípios do Acre, em 2021.

Município	PIB (R\$ 2021)	Partic. no estado	PIB per capita (R\$)
Rio Branco	R\$ 10.955.675	51,3%	R\$ 26.119,0
Cruzeiro do Sul	R\$ 2.058.630	9,6%	R\$ 22.934,8
Senador Guimard	R\$ 779.672	3,6%	R\$ 33.253,9
Sena Madureira	R\$ 748.094	3,5%	R\$ 15.860,2
Tarauacá	R\$ 711.884	3,3%	R\$ 16.279,1
Brasiléia	R\$ 685.636	3,2%	R\$ 25.278,8
Epitaciolândia	R\$ 644.542	3,0%	R\$ 33.960,8
Plácido de Castro	R\$ 601.471	2,8%	R\$ 29.854,1
Feijó	R\$ 567.040	2,7%	R\$ 16.207,6
Capixaba	R\$ 512.353	2,4%	R\$ 41.722,6
Porto Acre	R\$ 471.315	2,2%	R\$ 24.623,3
Xapuri	R\$ 454.981	2,1%	R\$ 22.902,5
Acrelândia	R\$ 398.725	1,9%	R\$ 25.362,6
Bujari	R\$ 300.830	1,4%	R\$ 28.455,4
Mâncio Lima	R\$ 269.205	1,3%	R\$ 13.704,9
Total	R\$ 20.160.053	94,3%	R\$ 24.525,2

Fonte: IBGE e IGP-DI, 2023.

FORMAÇÃO TERRITORIAL DO ESTADO DO ACRE

O estado do Acre possui uma história marcada por mudanças significativas em sua paisagem. Ao longo do tempo, passou por transformações que resultaram na criação de novos municípios.

As terras acreanas foram incorporadas ao território brasileiro em 1903, sendo administradas por prefeitos departamentais que respondiam diretamente ao Governo Federal no Rio de Janeiro.

O Acre teve sua primeira divisão em 1904. Depois da elevação do território a estado, no ano de 1976, foram estabelecidos cinco novos municípios e, posteriormente, por volta de 1992, diversas vilas foram elevadas à categoria de municípios. Atualmente, o Acre conta com 22 municípios, divididos em duas regiões principais: Vale do Juruá e Vale do Acre.

A OCUPAÇÃO DAS TERRAS NO TERRITÓRIO ACREANO

A “ocupação” das terras em que se situa o atual território do Acre foi cheia de conflitos desde seu início. A área onde hoje estão situadas as cidades de Rio Branco, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul eram habitadas por diferentes povos indígenas. Eles viviam às margens dos rios, principalmente dos rios Acre, Purus e Juruá, e de seus respectivos afluentes.

No século XIX, foi aperfeiçoado o processo de vulcanização da borracha para fazer pneus de carros, o que possibilitou a ocupação da região com o começo da formação territorial das terras que viria se tornar o Acre.

No final do século XIX, o Brasil incorporou o Acre depois de muitas lutas, conflitos armados e ações diplomáticas.

A produção de borracha teve altos e baixos, então os seringueiros começaram a plantar e cultivar espécies vegetais para sua subsistência.

No entanto, essa exploração também levou a abusos e condições de trabalho

desumanas, o que gerou ainda mais conflitos e tensões sociais.

A terra de onde antes se extraíam os produtos se tornou ela mesma a mercadoria a ser negociada, causando vários litígios e disputas pela posse.

Vários trabalhadores rurais se destacaram na luta pela manutenção da floresta em sua forma natural, e como local de suas vivências, seus territórios de vida. Eles denunciaram os desmatamentos e os conflitos pela posse de terras na região da Amazônia Sul-Occidental.

OS NORDESTINOS NO ACRE

Muitos dos trabalhadores que migraram para a região Sudoeste da Amazônia durante a primeira onda de colonização se dirigiram em massa para as terras que se tornariam o Acre, durante os períodos conhecidos como "surto da borracha". Esses indivíduos, que estavam acostumados a realizar atividades agrícolas em suas regiões de origem, tiveram de se adaptar à prática da extração de borracha na "Amazônia acreana".

A maioria desses indivíduos do Nordeste do Brasil veio para os seringais da Amazônia com a esperança de prosperar e obter uma vida melhor. Devido aos longos períodos de seca na região sul-ocidental da Amazônia, não foi viável cultivar alimentos. Além disso, os donos dos seringais reprimiam as tentativas de plantação nas novas terras, já que estavam interessados apenas na produção de borracha. Apenas algumas famílias de seringueiros conseguiram, mesmo contra a vontade dos patrões, cultivar alimentos para consumo próprio.

Se a colonização do Acre no início do século XX foi realizada pelas atividades não

direcionadas de imigrantes do Nordeste com a finalidade de coletar látex, então, desde então, levas de imigrantes de outras localidades também passaram a ser protagonistas da colonização do Acre.

Os fugitivos da seca no Nordeste vieram para o Acre em busca de melhores condições de vida, mas não conseguiram comprovar suas identidades: seja porque os seringalistas retiveram seus documentos quando chegaram ao Acre e nunca os devolveram, porque muitos migrantes tinham apenas o “batistério religioso” comprovando nome próprio e dos pais, ou, porque nunca tiveram registro de nascimento expedido por órgão competente.

Durante a Segunda Guerra Mundial, um grande número de nordestinos viajou para a Amazônia, especialmente para o Acre. Desta vez pelo esforço de guerra do governo brasileiro, que intentava o aumento na extração de látex dos seringais.

GESTÃO DAS TERRAS ACREANAS

A ocupação territorial acreana foi heterogênea. Primeiramente se deu seguindo o curso dos rios, com agrupamentos populacionais em torno da indústria extrativista. Secundamente, com a terra tomando ares de mercadoria, com a abertura de novas vias terrestres, com o avanço das atividades agropecuárias e com a concentração de projetos de assentamentos, as populações foram se adensando às margens das rodovias.

O território acreano é ocupado percentualmente por 31% de “unidades de conservação”, 14% de “terras indígenas”, 26% de terras particulares, 11% de assentamentos, e, 18% de outros.

Ainda, 85,39% das terras do território acreano estão inseridas na faixa de fronteira. A gestão dos territórios das terras públicas no estado é administrada pelas seguintes instituições: Inbra, SPU, ICMBio, Funai e Instituto de Terras do Acre.

PROJETOS DE ASSENTAMENTO AGRÁRIO NO ACRE TERRITÓRIO

As questões agrárias e de campesinato no Acre estão relacionadas ao histórico de luta pelo direito de permanecer nas terras ocupadas por várias gerações.

Com a expansão da colonização dirigida para a Amazônia, às margens da rodovia Transamazônica, várias tribos indígenas foram expulsas de suas terras.

As questões referentes à colonização acreana podem ser divididas em três aspectos distintos: 1) a “fase de povoamento”, no início do século XX, com pessoas fugindo da seca e se deslocando ao Acre para extração de latex; 2) a “fase de colonização planejada empiricamente”, concomitante à Segunda Guerra Mundial, em 1942, onde levas de migrantes eram encaminhadas para a reativação dos seringais acreanos, através de um plano sistemático de colonização; e 3) a “fase de “colonização dirigida”, nos primeiros anos da década de 1970, com políticas de integração fomentados pelo Governo Federal.

Colônias agrícolas implantadas em Rio Branco entre 1908 e 1950

Nome	Nº de lotes	Ano de implantação
Colônia Gabino Besouro	160	1908
Colônia Deocleciano de Sousa	85	1912
Colônia Cunha Vasconcelos	33	1913
Seringal Empresa	86	1943
São Francisco	84	1943
Apolônio Sales	56	1943
Cecília Parente	32	1946
Souza Ramos	34	---
Juarez Távora	79	1949
Dias Martins	76	1949
Alberto Torres	68	1949
Daniel de Carvalho	---	1950
Cruz Milagrosa	95	1950
Gov. José Guimard Santos	68	1950
Mâncio Lima	49	1950

Fonte: Guerra [1955], 2004.

PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DIRIGIDOS (PAD'S) NO ACRE

O surgimento dos PAD's ocorreu a partir das políticas públicas elaboradas pelo Governo Federal nas décadas de 1970 e seguintes. O Órgão responsável por sua criação foi o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Sua política trazia em si uma proposta de desenvolvimento promissor para a atividade agrícola na Amazônia, baseada nos modelos da agricultura familiar, caracterizados pela pequena produção familiar agrícola.

No entanto, dentro dessa política de colonização rural, foram estabelecidos pelo INCRA a implantação de 06 PAD's a fim de assentar as famílias oriundas dos diversos lugares do Centro-Sul brasileiro descritos a seguir.

O PAD Boa Esperança, localizado no município de Sena Madureira, com uma área de 80.150,95 hectares e 977 famílias assentadas.

O PAD Humaitá, no município de Porto Acre, com 61.179,00 hectares e 949 famílias assentadas.

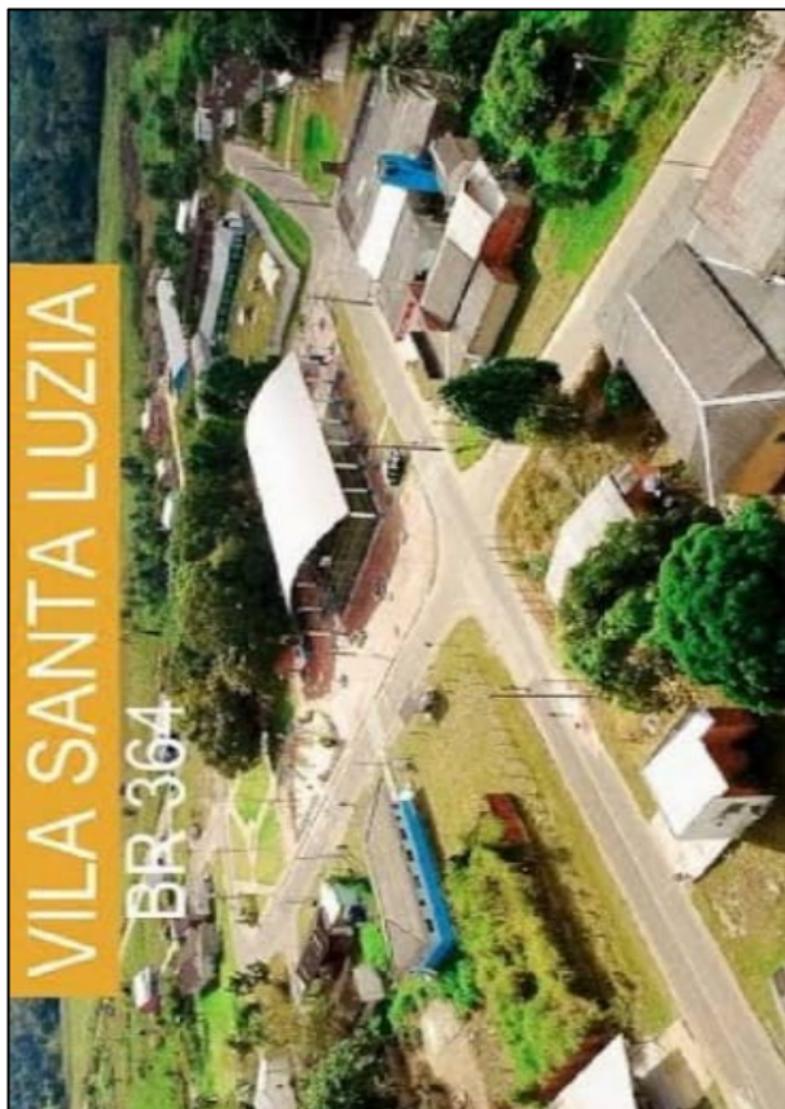
O PAD Pedro Peixoto, no município de Acrelândia (a partir de 1992), com 296.243,87 hectares e 4.654 famílias assentadas.

O PAD Quixadá, no município de Brasília, com uma área de 76.741,37 hectares e 1.017 famílias assentadas.

O PAD Santa Luzia, no município de Cruzeiro do Sul, com uma área de 62.267,88 hectares e 879 famílias assentadas.

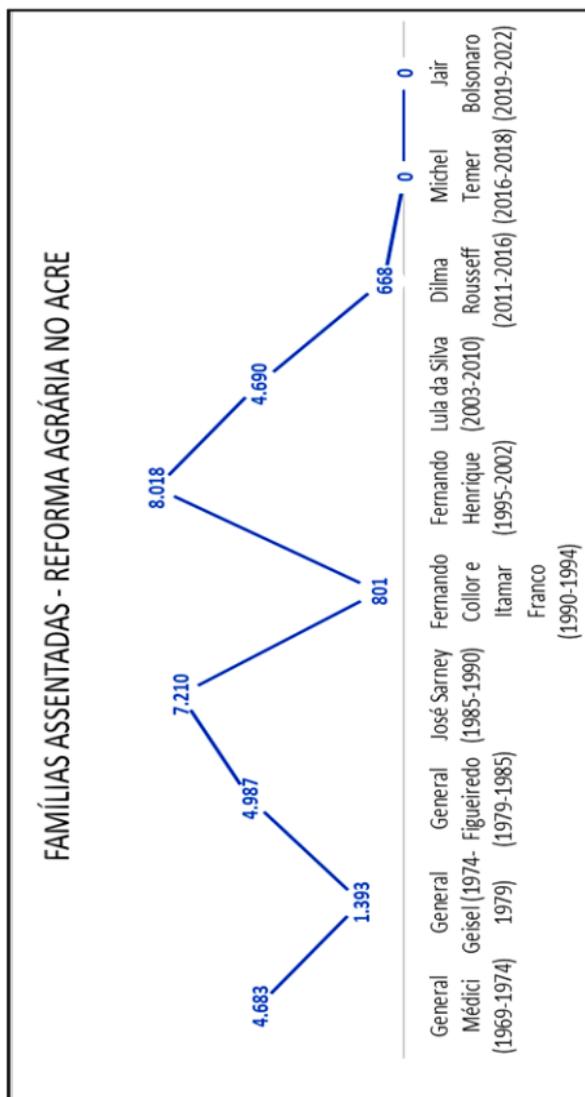
Contudo, mesmo visando combater o enfrentamento de diversos problemas sociais e econômicos, a fim de solucionar o fim dos difíceis obstáculos, os PAD's encontraram várias barreiras para se estabelecerem no modelo da agricultura moderna, ora visado pelos governos brasileiros desde a época de suas respectivas implantações.

**Sede do PAD Santa Luzia em
Cruzeiro do Sul (AC)**



Fonte: www.juruaonline.com.br, 2023.

Nº de famílias assentadas em Projetos de Reforma Agrária no Acre entre 1971 e 2022



Fonte: Elaborado pelos organizadores com base nos dados do INCRA/MDA, 2023.

DESMATAMENTOS NO ACRE

As áreas desmatadas no Acre entre 2008 e 2019 totalizou 2.389.686,6 hectares, representando 14,4 % da extensão territorial do Acre – de acordo com dados geográficos da cobertura da terra para a Amazônia, fornecidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e mapeados pelo Programa de Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes).

Desde o início das medições, em 1988, os anos em que os desmatamentos aumentaram progressivamente, bem acima das médias dos períodos analisados, com recuos intermitentes, foram os anos de 1995 (Governo Fernando Henrique), de 2003 (Governo Lula), e, de 2019 (Governo Bolsonaro).

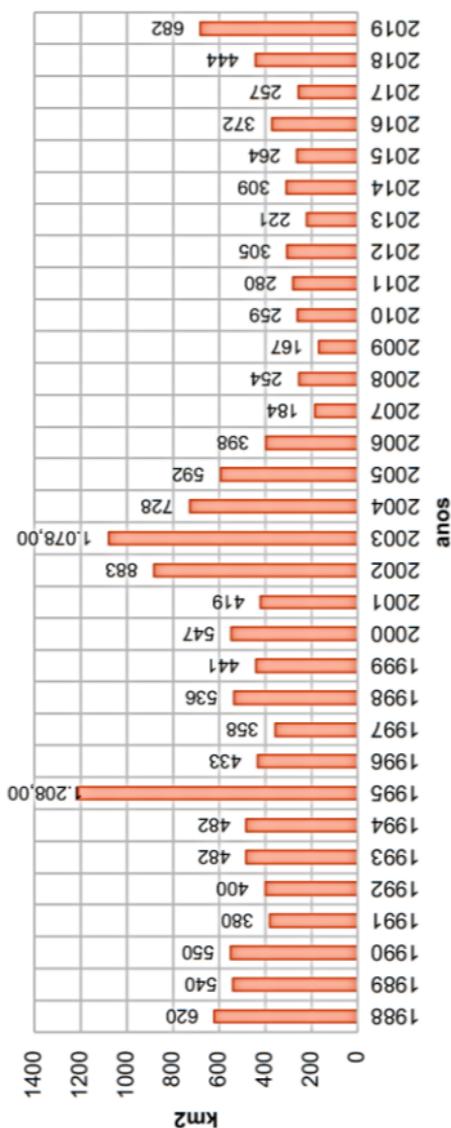
As regionais com maior acúmulo de desmatamentos e modificações antropizadas foram Baixo Acre (44%), Alto Acre (18%), Purus (12%), Tarauacá/Envira (15%) e Juruá (11%).

Os municípios de Rio Branco, Sena Madureira e Feijó possuem a maior extensão de áreas desmatadas em todo o estado, contudo os maiores percentuais de territórios

desmatados estão em Plácido de Castro, Senador Guiomard, Acrelândia e Brasiléia.

Os projetos de assentamentos são a classe fundiária que mais contribuiu com os desmatamentos no estado do Acre, seguidos das propriedades particulares, enquanto as Terras Indígenas e as Unidades de Conservação no estado do Acre são as classes fundiárias que menos contribuem com o desmatamento.

Taxas de desmatamento do Prodes/Inpe para o estado do Acre a partir de 1988 em Km²



Fonte: INPE/PRODES, 2020.

A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA ACREANA

No final da década de 1960 e início da década de 1970, o Acre passou por um movimento importante chamado “expansão da fronteira agropecuária”. Isso aconteceu porque a economia baseada na produção de borracha estava diminuindo, e era preciso encontrar novas formas de desenvolvimento.

Nesse período, houve grandes mudanças na maneira como a região da “Amazônia acreana” se desenvolvia, principalmente por causa das ações dos governos militares e das políticas de incentivo lideradas pelo governador Francisco Wanderley Dantas.

Mesmo sendo um estado pouco desenvolvido e muitas vezes esquecido, o Acre se tornou alvo de políticas de desenvolvimento que visavam investimentos na pecuária e na agricultura para exportação.

Outro fator importante foi a idealização e inicial instalação de criadouros a fim de propiciar suporte à nascente indústria de processamento de proteínas como a “Acreaves”, “Dom Porquito”, “Peixes da Amazônia” e outras que visaram o fomento da produção de processados de proteína animal.

Essas intentavam atender às demandas das empresas que beneficiavam os produtos agrícolas.

Isso auxiliou na mudança da forma de como os recursos naturais e a produção agropecuária eram utilizados e afetou a vida das pessoas que viviam ali, impulsionando, ainda que de forma tímida, o crescimento da produção agropecuária no estado.

O Governo Federal também criou o Sistema Nacional de Crédito Rural em 1965, que ajudou a formar grandes complexos agroindustriais no Brasil. Esses complexos eram controlados por empresas estrangeiras do setor agrícola e incentivavam a produção tanto para o mercado interno quanto para o externo.

Essas mudanças tiveram um grande impacto na forma como a agricultura e a pecuária eram desenvolvidas na região.

Efeitos da agropecuária na floresta



Fonte: Resex, 2019.

OS “SULISTAS” NO ACRE

Durante os anos de 1970 e 1980, o estado vivencia um novo contexto econômico para o Acre, estimulando a venda ou distribuição de lotes de terra às pessoas que viessem de outras regiões do país, principalmente do Centro-Sul.

Com isso, o estado recebeu uma grande quantidade de migrantes vindos de vários outros estados brasileiros com o objetivo de investir e promover a economia agropecuária local.

Muitos dos migrantes que se deslocaram para o Acre eram populações pobres do Centro-Sul. Entretanto, uma minoria de latifundiários se apropriou das terras, expulsando as populações que nela habitavam. Esse momento ficou conhecido como a vinda dos chamados “paulistas”, que seriam grandes empresários dos estados sulistas brasileiros e migrantes rurais vindos para o Acre com objetivo de especular a compra de grandes seringais a fim de serem transformados em campo de pastagens.

Um outro número razoável também de pessoas oriundas em sua maioria das regiões Sul e Sudeste residentes em áreas de florestas ou rurais são direcionadas a ocuparem os

diversos Projetos de Assentamento (PAD's), criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), à época.

A partir daí, teremos uma nova composição étnica, social e cultural na população acreana, com a chegada desses novos habitantes em várias cidades acreanas, através de seus hábitos, costumes, linguajares e formas de vivências diferenciados dos nossos.

AS RELIGIÕES NO ACRE

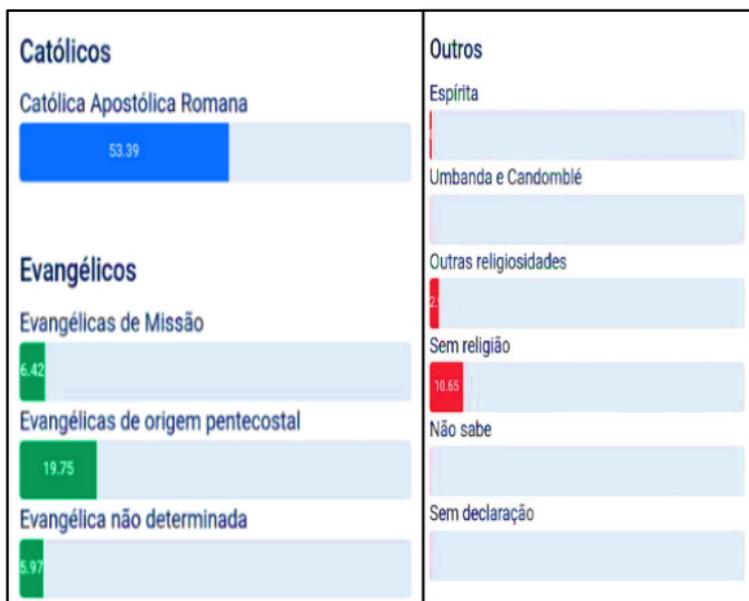
De acordo com dados IBGE (2010), registra-se uma amostragem de informações da população acreana acerca de sua religião. Foram levantados três tipos de segmentos religiosos declarados por seus habitantes: Católicos, Evangélicos e outras religiões.

Em relação aos católicos, 53,3% dos acreanos se dizem devotos dessa religião, tendo sua maior concentração no município de Porto Walter, na região do Vale do Juruá e o menor percentual no município de Plácido de Castro, na região do Vale do Acre.

Já a parcela da população que se professa evangélica apresenta-se com 32,14%, com maior e menor quantidade de adeptos nos municípios de Rio Branco e Porto Walter, nas regiões do Vale do Acre e Vale do Juruá, respectivamente.

Em relação às outras religiões registra-se um percentual de 14,56% daqueles que se identificam como adeptos do espiritismo, umbanda e candomblé, outras religiosidades ou ainda os que não se declaram em nenhuma delas. Nesse segmento não foi possível encontrar informações estratificadas por categorias.

Religiões no Estado do Acre



Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010.

Municípios acreanos com maior e menor percentual de católicos

Mais católicos		Menos católicos	
1. Porto Walter	86,62%	1. Plácido de Castro	40,71%
2. Jordão	80,85%	2. Acrelândia	43,22%
3. Marechal Thaumaturgo	76,73%	3. Rio Branco	44,44%
4. Xapuri	71,36%	4. Capixaba	47,76%
5. Santa Rosa do Purus	69,44%	5. Senador Guiomard	51,87%
6. Tarauacá	69,41%	6. Bujari	52,02%
7. Feijó	68,14%	7. Assis Brasil	53,08%
8. Mâncio Lima	67,62%	8. Epitaciolândia	56,28%
9. Cruzeiro do Sul	66,84%	9. Porto Acre	56,33%
10. Brasiléia	63,37%	10. Manoel Urbano	59,73%

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010.

Municípios acreanos com maior e menor percentual de evangélicos

Mais evangélicos	Menos evangélicos
1. Rio Branco 37,39%	1. Porto Walter 11,90%
2. Capixaba 37,08%	2. Santa Rosa do Purus 13,81%
3. Acrelândia 36,90%	3. Jordão 14,46%
4. Bujari 34,48%	4. Marechal Thaumaturgo 19,19%
5. Epitaciolândia 33,06%	5. Tarauacá 20,62%
6. Senador Guiomard 32,96%	6. Xapuri 21,07%
7. Plácido de Castro 31,23%	7. Cruzeiro do Sul 25,94%
8. Assis Brasil 29,53%	8. Feijó 25,94%
9. Rodrigues Alves 29,34%	9. Brasiléia 26,11%
10. Manoel Urbano 28,85%	10. Mâncio Lima 26,27%

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2010.

OS ESPORTES NO ACRE

Muito embora venha se profissionalizando a partir do início da década de 1980, a história do esporte acreano tem ganhado novos palcos principalmente nos últimos 25 anos, em que o estado tem feito participações e empreendido grandes conquistas com atletas da casa que de forma coletiva ou individual, participaram de vários eventos esportivos, até mesmo a nível nacional.

O profissionalismo no futebol do Acre ganhou maior visibilidade a partir de 1989, e desde então os times locais promovem ou participam em várias competições dessa modalidade, a em nível local, regional ou nacional. Como exemplo, podemos citar o envolvimento das equipes estaduais no Campeonato Acreano, na Copa Verde, na Copa do Brasil e no Campeonato Brasileiro, na Série D.

No Poker, em 2015, o Brasil viu uma equipe mista acreana/rondoniense conquistar um dos mais importantes torneios do jogo de cartas do país, ao conquistar o primeiro lugar no Campeonato Brasileiro de Poker por Equipe (CBPE), com 109 pontos, ficando à frente de Sergipe, com 90 pontos e do Distrito Federal, com 83.

Já no Atletismo, em 2021, uma conquista individual levou o Acre ao topo do atletismo na categoria Master Atletas.

No Jiu-Jitsu, uma das grandes conquistas do esporte acreano aconteceu em 2022, quando um acreano venceu o campeonato sul-americano dessa modalidade, disputado em São Paulo, em 2022.

Por fim, citamos o Tênis de Mesa, onde, em 2022, a delegação acreana participou na cidade de Porto Velho (RO) do 7º TMB Challenger Plus, conquistando dez medalhas em seis categorias diferentes, garantindo pela primeira vez na história a sexta posição na classificação geral do torneio, tendo equipe acreana finalizado o evento com a conquista de duas medalhas de ouro, três de prata e cinco de bronze.

O TURISMO NO ACRE

O turismo no Acre é uma atividade econômica que busca oportunizar aos seus visitantes uma gama de atrações voltadas às pessoas que tenham interesse em conhecer melhor sua história, cultura e natureza, principalmente por turistas oriundos de vários lugares do Brasil e do mundo.

Para isso, existe uma variada oferta de serviços oferecidos nos setores hoteleiro, gastronômico, culturais e ecológicos, tanto na capital como em alguns municípios do interior.

Na mesorregião do Juruá, podem ser encontradas atrações turísticas referentes à história e à cultura das tribos indígenas locais. Essa rota contempla as cidades de Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul, sendo conhecida também como Caminhos das Aldeias.

Na mesorregião do Vale do Acre, destacam-se as atividades turísticas nos municípios de Porto Acre, Rio Branco e Plácido de Castro. Nessa região é possível ver várias praças com homenagens: museus e complexos turísticos contando a história do povo acreano.

Destacam-se as atividades turísticas nas cidades de Xapuri, onde nasceu e viveu Chico

Mendes, e, Brasília, ligada à uma zona de livre comércio na cidade de Cobija, na Bolívia.

A região é contemplada por se localizar ao longo da “Estrada do Pacífico”, interligando o Brasil com o litoral do Peru, passando perto da fronteira com a Bolívia chegando até o Peru e, de lá, dando acesso rodoviário até às margens do Oceano Pacífico.

A área territorial da tríplice fronteira BOLPEBRA (Bolívia, Peru e Brasil) abrange a região do MAP (Madre de Dios, no Peru; Acre, no Brasil; e Pando, na Bolívia). As vivências estabelecidas pelas populações dessas três nações que habitam a zona fronteiriça influenciam na integração e interlocução dos povos além de estimular a atividade turística.

Rodovia transoceânica



Fonte: O Alto Acre, 2022.

GASTRONOMIA ACREANA

A culinária acreana é rica em sabores e tradições. Originada do Acre, essa culinária é influenciada pela cultura indígena, cabocla e nordestina, resultando em pratos únicos.

Um dos pratos mais conhecidos é o tacacá, feito com tucupi e acompanhado de goma de tapioca, camarão, jambu e outros temperos, é uma espécie de sopa quente e aromática que conquista o paladar de quem a degusta.

Outro prato tradicional é o pirarucu a casaca, uma espécie de pirarucu assado na brasa e servido com farofa de banana e vinagrete.

A “Baixaria” é outra iguaria presente, cuja preparação consiste na mistura de cuscuz de milho, carne moída, ovo frito e cheiro-verde, sendo “baixaria” um termo que pode variar de significado, dependendo do contexto ou da região.

A mandioca é um ingrediente essencial na culinária acreana e está presente em diversos pratos. Ela é utilizada para fazer a farinha de mandioca, goma de tapioca, beijú e outros.

Também existem pratos de outros países que foram adaptados para a culinária

acrena, como quibe de arroz, quebe de macaxeira, saltenha de batata com frango, rabada no tucupi e charuto de arroz com carne moída.

Além disso, a culinária acreana também é conhecida por suas frutas exóticas, como a pupunha, o cupuaçu, a castanha-do-pará e o açaí. Essas e dezenas de outras frutas são utilizadas na preparação de sucos, sorvetes e sobremesas, trazendo um toque gastronômico especial a esse cardápio tipicamente regional.

A culinária acreana é uma mistura de influências culturais que resulta em pratos saborosos e únicos, sendo, dessa forma, uma arte que transcende o paladar, conectando culturas, histórias e tradições através dos sabores.

CULTURA ACREANA

A cultura do Acre reúne elementos que refletem a diversidade sociocultural de sua população, oriundos das populações indígenas existentes no estado, bem como das influências nordestinas, sulistas e de migrantes de outras nacionalidades.

Essa herança cultural pode ser percebida no cotidiano de sua população através dos seus vários linguajares identificados em seus habitantes, na gastronomia, na música, na dança, na religião, nos mitos e lendas retratados pelos povos da floresta.

Podemos encontrar nas áreas fronteiriças com a Bolívia e o Peru uma mescla de idioma que reúne o português brasileiro com o espanhol falado nessas nações, originando o famoso “portunhol”.

Enfim, podemos dizer que a cultura acreana deriva de um conjunto de tradições, características e costumes de um povo, em todas as suas particularidades, as quais consolidam a forte identidade sociocultural da população.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA ACREANA

Em sua atual configuração política a nível estadual e nacional, através dos poderes executivo e legislativo, o Acre atualmente é representado por um governador e um vice-governador, ambos eleitos por um mandato de quatro anos, podendo permanecer no cargo por mais um mandato em igual período, em caso de reeleição.

O estado é representado em Brasília no Congresso Nacional por 03 Senadores, na Câmara Federal por 08 Deputados Federais e na Assembleia Legislativa por 24 Deputados Estaduais. Já os municípios são representados pelo prefeito, vice-prefeito e vereadores.

Todos os parlamentares podem ser reconduzidos ao cargo em que estão exercendo seus mandatos, em casos de reeleição ocorridos a cada período de 04 anos, com exceção do cargo de senador, que corresponde a um mandato de 08 anos, conforme rege a legislação eleitoral brasileira.

SANEAMENTO BÁSICO NO ACRE

No ano de 2017, o abastecimento de água atendeu a 113.226 casas. A rede de distribuição de água tinha um total de 2.372 km e tratava 171.337 m³ de água por dia. Nas residências, eram usados 63 m³ de água por dia, e houve uma perda de 60,4%.

Com relação ao esgoto, 25.462 casas estavam conectadas à rede de coleta. A rede de coleta de esgoto tinha 288 km, e tratava 8.035 m³ de esgoto por dia.

Em relação ao serviço de água, havia 22 locais onde a gestão era feita por uma rede geral de distribuição, mas não havia órgão regulador do serviço. Na parte administrativa, havia 22 unidades estaduais e 1 municipal envolvidas na prestação do serviço. No caso do esgoto sanitário, havia 1 lugar onde a gestão era feita por uma rede de coleta, e 1 unidade reguladora do serviço. Na administração, havia 1 unidade estadual e 2 municipais envolvidas.

AGRICULTURA ACREANA

Em 2019, a agricultura respondeu por 51,6% (999 milhões) e a pecuária por 41,6% (936 milhões) do VBP da agropecuária do Acre. A cadeia produtiva de farinha de mandioca respondeu por 75,8% do VBP agrícola, seguida da da banana (13,2%), milho (6%), feijão (1,5%), arroz (0,9%), café (0,8%), cana-de-açúcar (0,8%), laranja (0,7%), soja (0,2%) e amendoim (0,1%).

No segmento da pecuária, a bovinocultura de corte respondeu por 95,5% do VBP, seguida da avicultura de postura (2,3%), bovinocultura de leite (1,3%) e suinocultura (0,9%).

A mandioca tem destaque porque tem quase 20 mil lugares só para ela, e todo ano é possível a colheita de mais de 200 mil toneladas, o que dá bastante dinheiro para os agricultores.

O milho também é muito comum de ser plantado, tanto para a gente comer os grãos quanto para alimentar os animais, e isso acontece em vários lugares, então a produção é bem grande.

Há outros produtos que também são importantes na a agricultura e criação de

animais, exemplo do látex líquido, que é bem valorizado e está em muitos lugares onde se planta e cria animais. O cacau é cultivado em 18 fazendas.

Tem muitos outros produtos legais que a gente planta por aqui, como abacaxi, abóbora, milho, feijão, caju, café carambola, coco, cupuaçu, goiaba, limão, manga, mamão, maracujá e outros. Cada um desses tem sua quantidade e valor de produção, mas todos contribuem bastante para nossa economia.

Isso tudo ajuda a diversificar ainda mais a nossa agricultura e criar uma variedade de opções para todo mundo.

A PECUÁRIA ACREANA

Em 2021, a pecuária no estado do Acre alcançou grande produção. Quando falamos sobre criação de animais, há muitos lugares de criação de diferentes tipos, desde bovinos até aves. Com mais de 22 mil lugares criando bovinos, esses animais são bem comuns por aqui, com milhões deles sendo criados para produzir carne e leite.

Além da bovinocultura também há caprinocultura, ovinocultura, avicultura, piscicultura e outros que são importantes para a economia local e deixam as atividades no campo bem variadas.

Destacaram-se, na piscicultura, as produções de alevinos, Curimatã e Curimbatá, Matrinxã, Pacu e Patinga. Outras espécies de peixes também foram produzidas em grandes quantidades.

Em outros setores, destacam-se a criação de bubalinos, caprinos, aves e produção de ovos. O estado também produziu equinos, mel de abelha, ovinos e suínos. Esses dados mostram a diversificação na criação de diferentes tipos de animais no Acre.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – IDEB

Em nosso estado, muitas crianças entre 6 e 14 anos vão para a escola, cerca de 94,6% delas, o que é bom! Mas precisamos melhorar a qualidade do ensino. O índice que mede essa qualidade é chamado de IDEB.

No ano de 2021, muitas crianças foram à escola. Havia um total de 36.443 na Pré-escola, 153.015 no Ensino Fundamental e 40.670 no Ensino Médio. Quanto à docência, na Educação Infantil havia 6.351 professores, no Ensino Fundamental eram 10.308 e, no Ensino Médio 2.202.

Além disso, quanto ao número de escolas eram 560 para pré-escola, 1.329 para Ensino Fundamental e 255 para o Ensino Médio.

Quanto aos números do IDEB em 2021, no Ensino Fundamental I foi registrado 5,4, no Fundamental II foi registrado 4,7, no Ensino Médio o índice foi de 6,1.

FROTA DE VEÍCULOS ACREANA

Em 2022, o Acre tem uma grande variedade de veículos, totalizando 334.377 unidades. Os automóveis são os mais comuns, com 101.550 unidades. Em seguida, vêm as caminhonetes com 32.053 unidades, seguidas dos caminhões com 8.180 unidades. As motocicletas também são muito populares, com 140.911 unidades, bem como as motonetas, com 33.569 unidades.

O transporte público contava com 1.455 ônibus e 445 micro-ônibus. A presença de veículos como chassi plataforma (10 unidades), reboques (4.710 unidades), semi-reboques (2.086 unidades) e até sidecars (60 unidades) demonstrava a variedade da frota, atendendo às diversas necessidades de transporte no estado. Embora não houvesse quadriciclos e tratores de esteira, os tratores de rodas (4 unidades) e triciclos (187 unidades) mostravam a diversidade de veículos presentes no estado.

EMPRESAS ACREANAS EM 2021

Em 2021, a economia do estado do Acre foi bem diversificada, com desenvolvimento de atividades em vários setores. A administração pública apresentou 111 unidades. O setor agrícola e de pesca mostrou-se ativo, com 101 unidades com atividades primárias.

Na atividade de resíduos e esgoto, foram 20 unidades. O segmento de hospitalar incluindo alojamento e alimentação, foi bastante expressivo, totalizando 536 unidades em operação.

A cultura e o esporte tiveram sua participação, com 98 unidades envolvidas nessas áreas de expressão e lazer. As atividades administrativas apresentaram 497 unidades.

O setor financeiro, tem 200 unidades relacionadas a atividades bancárias e de investimento. As atividades imobiliárias destacaram-se, com 117 unidades envolvidas em compra, venda e gestão de imóveis.

As atividades profissionais totalizaram 578 unidades, o comércio e a reparação de automóveis e motocicletas foram fortes, com 4.858 unidades em funcionamento. A construção também foi grande contando com 431 unidades ativas.

Na educação, houve 637 unidades em operação. O setor de eletricidade e gás teve pouca participação, com 15 unidades. Já as indústrias de transformação foram mais fortes, contando com 588 unidades.

As indústrias extrativas totalizaram 21 unidades. Informação e comunicação apresentaram 185 unidades.

Outras atividades de serviços foram numerosas, com 677 unidades em operação. A saúde humana e os serviços sociais contaram com 601 unidades ativas.

Os transporte, armazenagem e correios foram essenciais para a logística e distribuição, com 293 unidades em funcionamento.

BENS E SERVIÇOS NOS DOMICÍLIOS ACREANOS

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015 trouxe informações sobre as casas das pessoas no Brasil. Nos lares, encontramos muitos itens úteis, como filtro de água (14,7%), fogão (96,3%), freezer (15,7%), geladeira (92,1%), máquina de lavar roupa (18,5%), rádio (39,9%) e televisão (90,7%).

Sobre os serviços, descobrimos que cerca de 20,4% das casas têm coleta de lixo direta e 8,6% têm coleta indireta. A maioria tem eletricidade (96,5%) e telefone (87,6%).

Das famílias que moram em casa própria, 73,1% trabalham, enquanto 26,9% não.

Em relação ao sexo das pessoas, descobrimos que 61,7% são mulheres e 38,3% são homens. Na semana da pesquisa, 39,4% dos homens e 60,6% das mulheres estavam trabalhando. Quanto à idade das pessoas, temos uma distribuição: 9,2% têm de 0 a 4 anos, 9,5% têm de 5 a 9 anos, 9,8% têm de 10 a 14 anos, 11,2% têm de 15 a 19 anos, e assim por diante. Entre as pessoas com mais de 10 anos de idade, a maioria estudou por cerca de 11 a 14 anos (24,8%).

Sobre tecnologia, a maioria das casas tem: 82,6% têm computador e 86,7% têm telefone. Na TV, 52,8% usam antena parabólica, 40,1% têm sinal digital e 19,4% têm TV a cabo. Quanto à internet, 46% das pessoas a usaram nos últimos três meses, e a maioria acessou pelo celular (69,2%). Sobre internet e telefones celulares, 7,4% têm tablets.

A maioria das pessoas nasceu na cidade onde mora (70,1%) e no mesmo estado (87,9%).



EVOLUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO- ADMINISTRATIVA ACREANA

Departamentos, Território, Estado



Evolução político-administrativa

A EVOLUÇÃO POLÍTICA DO ACRE

Estado Independente do Acre

(1.889 – interrupções – 1904)

- Luís Gálvez Rodríguez de Arias (14 de julho de 1.889 a 1º de janeiro de 1.900;
- Antônio de Sousa Braga (assume depois do Golpe de estado a de 1º a 30 de janeiro de 1.900);
- Luís Gálvez Rodríguez de Arias (de 30 de janeiro a 15 de março de 1.900);
- Joaquim Vítor da Silva (assume interinamente de 15 de março a 25 de abril de 1.900);

Reincorporação à Bolívia

De 25/04/1.900 a 07/08/1.902

Novamente declarado independente

• José Plácido de Castro
De 07/08/1.902 a 25/02/1.904

TERRITÓRIO DO ACRE (sob administração Federal)

(1.904 – 1.962)

Departamentos

- Decreto n.º 1.181, de 25/02/1.904;
- Decreto n.º 5.188, de 07/04/1.904;
- Decreto n.º 6.406, de 08/03/1.907;
- Decreto n.º 1.820, de 19/12/1.907;
- Decreto n.º 9.831, de 23/10/1.912;
- Adm. Prefeitos nomeados pelo Gov. Federal;
- Depto. Alto Acre – sede em Rio Branco;
- Depto. Alto Purus – sede em Senna Madureira;
- Depto. Alto Juruá – sede em Cruzeiro do Sul;
- Movimento dos Autonomistas – 1.910;
- Em 1.912 é criado o Departamento do Alto Tarauacá – sede em Vila Seabra.

Governo Central

- Decreto n.º 14.383, de 01/10/1920, reorganiza, unifica e institui Rio Branco como Capital;
- São criados os municípios de Rio Branco, Xapury, Purús, Tarauacá e Juruá;
- Administração por Governadores Gerais;
- Extinção dos Departamentos;
- 1.932 – Estatuto dos Autonomistas;
- Lei n.º 366, de 30/12/1.936;
- 1937 – Câmaras Municipais fechadas;
- Decreto Lei n.º 968, de 21/12/1.938 – Cria os municípios de Feijó e Brasília (atual Brasília);
- Partidos PTB e PSD;
- Aníbal Miranda F. da Silva (Gov. Provisório).

ESTADO DO ACRE

(1.962 – atual)

A Efêmera Autonomia (1.962 – 1.964)

- LEI n.º 4.070, de 15/06/1.962 Governador José Augusto de Araújo (PTB)
- Criação de 06 municípios em 1.963: Mâncio Lima, Assis Brasil, Epitaciolândia, Manoel Urbano, Plácido de Castro e Quinari (instalados somente em 1.976 – Lei Estadual n.º 588, de 14/05/1.976).

Período Ditatorial (1.964 – 1.985)

Bipartidarismo

- Edgar Pereira Cerqueira (1.964 – 1.966);
 - Jorge Kalume (1.967 – 1.971);
 - Francisco Wanderley Dantas (1.971 – 1.975);
 - Geraldo Gurgel de Mesquita (1.975 – 1.979);
 - Joaquim Falcão Macedo (1.979 – 1.983);
- Falência dos seringais – Conflitos pela posse da terra – Empates – Mortes – Êxodo rural;
- Lei estadual n.º 1.025, de 28/04/1.992 – são criados 10 municípios: Rodrigues Alves, Epitaciolândia, Acrelândia, Santa Rosa do Purus, Capixaba, Bujari, Porto Walter, Porto Acre, Jordão e Marechal Thaumaturgo;
 - Nova Linha Cunha Gomes (03/02.2008).

Período Democrático (1.982 – atual)

Reabertura Política

- Nabor T. da Rocha Júnior (1.983 – 1.986);
 - Iolanda Lima (1.986 – 1.987);
 - Flaviano Melo (1.987 – 1.990);
 - Edson Cadaxo (1.990 – 1.991);
 - Edmundo Pinto [assassinado] (1.991 – 1.992);
- O Acre passa a ter 22 municípios;
- Romildo Magalhães (1.992 – 1.994);
 - Orleir Cameli (1.995 – 1.998);

Vianismo

- Jorge Viana (01/01/1.999 – 01/01/1.997);
- Arnóbio Marques (01/01/1.997 – 01/01/2.011);
- Sebastião Viana (01/01/2.011 – 01/01/2.019);

Fim do Vianismo

- Gladson Cameli (01/01/2.019 – atual)

Fonte: Lima, 2020; Carneiro, 2014.

A PRIMEIRA DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ACRE (1904)

Sancionada através do Decreto 5.188, de 07/04/1904, o qual definiu a regularização dos limites internacionais do território acreano, bem como a definição das limitações internas com o estado do Amazonas através da linha Cunha Gomes (modificada em 1944 e 2008).

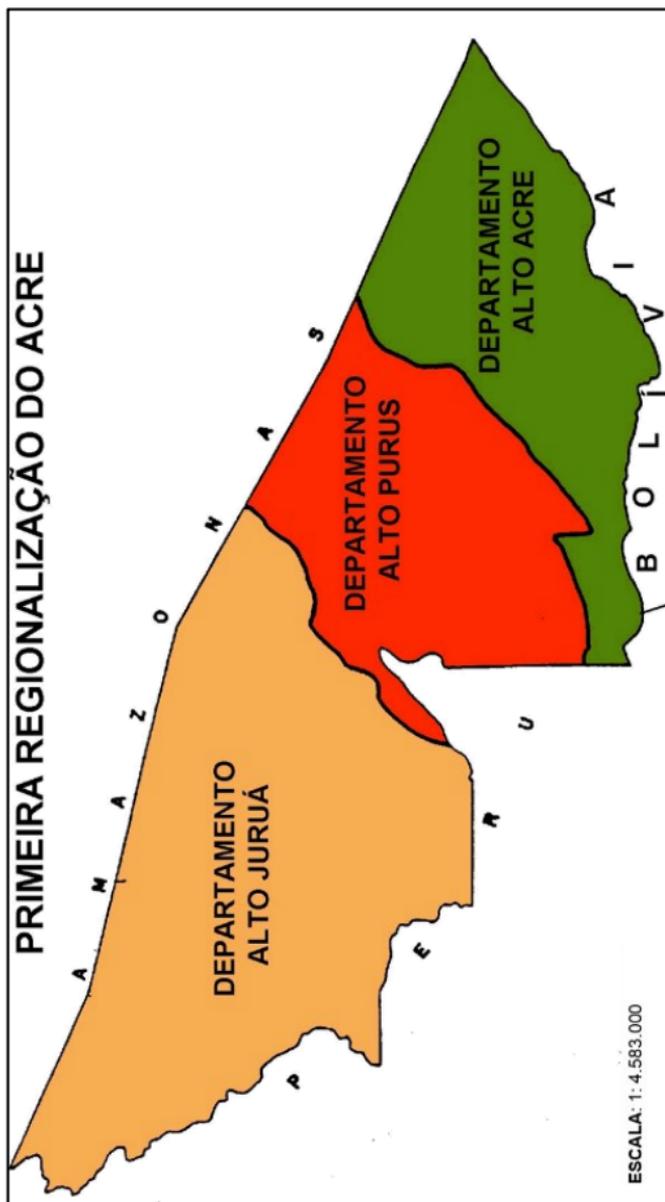
Nesse contexto se dá o estabelecimento de uma forma de administração do Território do Acre, cujas unidades seriam administradas por representantes políticos indicados diretamente pelo Governo Federal.

Por essa razão, o território acreano passa por sua primeira divisão administrativa do Acre, regionalizada em 03 Departamentos: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá.

O Departamento do Alto Acre, com sede em Rio Branco, foi composto pelas seguintes localidades: Rio Branco (antiga Vila Empresa), Vila Brasília (atual Brasília) e a Vila Mariscal Sucre (atual Xapuri). O Departamento do Alto Purus, com sede em Sena Madureira (antigo Seringal Santa Fé).

O Departamento do Alto Juruá, com sede em Cruzeiro do Sul, foi formado pela Vila Seabra (Tarauacá) e o Seringal Porto Alegre (Feijó). Vale ressaltar que cada Departamento era administrado por um prefeito escolhido diretamente pelo Governo Federal brasileiro.

Primeira Regionalização do Acre – 1904



Fonte: Decreto n.º 5.188, de 07/04/1904 [adaptado].

REORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO ACREANO EM 1907

Em 1907, o Decreto n.º 6.406, de 8 de março, instituiu uma Comissão de Obras Federais no Território do Acre, subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, com o objetivo de executar obras referentes à abertura de estradas, desobstrução de rios, construção de edifícios para os serviços das prefeituras e defesa militar, podendo, igualmente, fundar escolas profissionais agrícolas, oficinas, núcleos agrícolas e realizar outros empreendimentos designados pelo Governo Federal.

Dentre os trabalhos realizados pela comissão, que existiu até 1911, destacam-se o estabelecimento de oficinas de carpinteiro, ferreiro, máquinas de lavoura, olaria e mecânica, a elaboração de estudos para abastecimento de água, a construção de prédio de prefeitura, casas de operários e outros edifícios, e a abertura de estradas de rodagem.

O Decreto Legislativo n.º 1.820, de 19 de dezembro de 1907, autorizou o governo a expedir um novo regulamento relacionado à organização do território, a fim de proibir a percepção de quaisquer impostos não

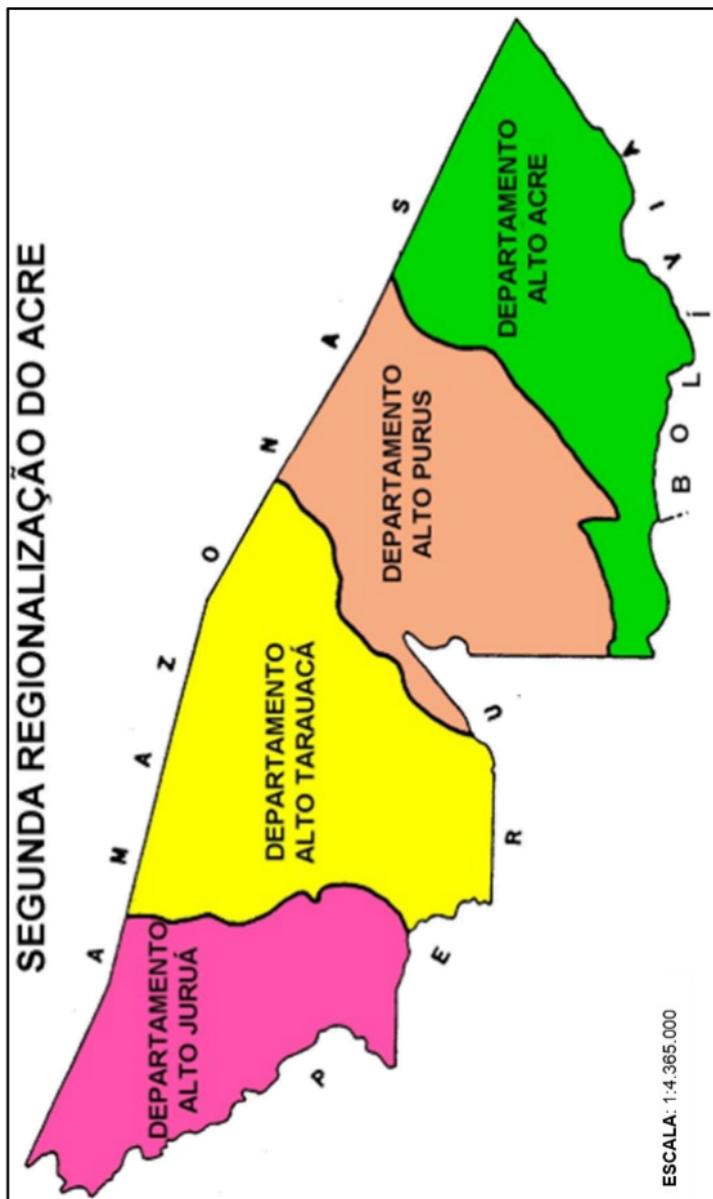
decretados pelo Congresso Nacional; reestruturar os serviços administrativos; organizar a milícia da região sob a imediata jurisdição do Ministério da Guerra; reformular a administração da justiça com a criação de uma seção de justiça federal com o respectivo juiz, de uma comarca em cada prefeitura e de ter, em cada comarca, subdivididos em distritos de paz; além da instalação de um tribunal de apelação em cada sede de prefeitura, e outras disposições.

A SEGUNDA DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ACRE (1912)

Por força do Decreto Federal n.º 9.831, de 23 de outubro de 1912, o Governo Federal dá origem à criação de um novo Departamento, o Alto Tarauacá, bem como institui de cinco municípios: Juruá, Tarauacá, Purus, Rio Branco e Xapuri.

Com isso, foi realizada uma nova configuração regional do território acreano em 04 departamentos: Alto Juruá, que dá origem ao município de Juruá (Cruzeiro do Sul); Alto Tarauacá, que dá origem ao município de Tarauacá (Seringal Foz do Muru/Vila Seabra) e à Vila Porto Alegre (Feijó); Alto Purus, que dá origem ao município do Purus (Sena Madureira); e, o Alto Acre, que dá origem aos municípios de Rio Branco e Xapuri.

Segunda Divisão Política do Acre – 1912



Fonte: Decreto n.º 9.813, de 23/10/1912 [adaptado].

REORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO ACREANO EM 1920

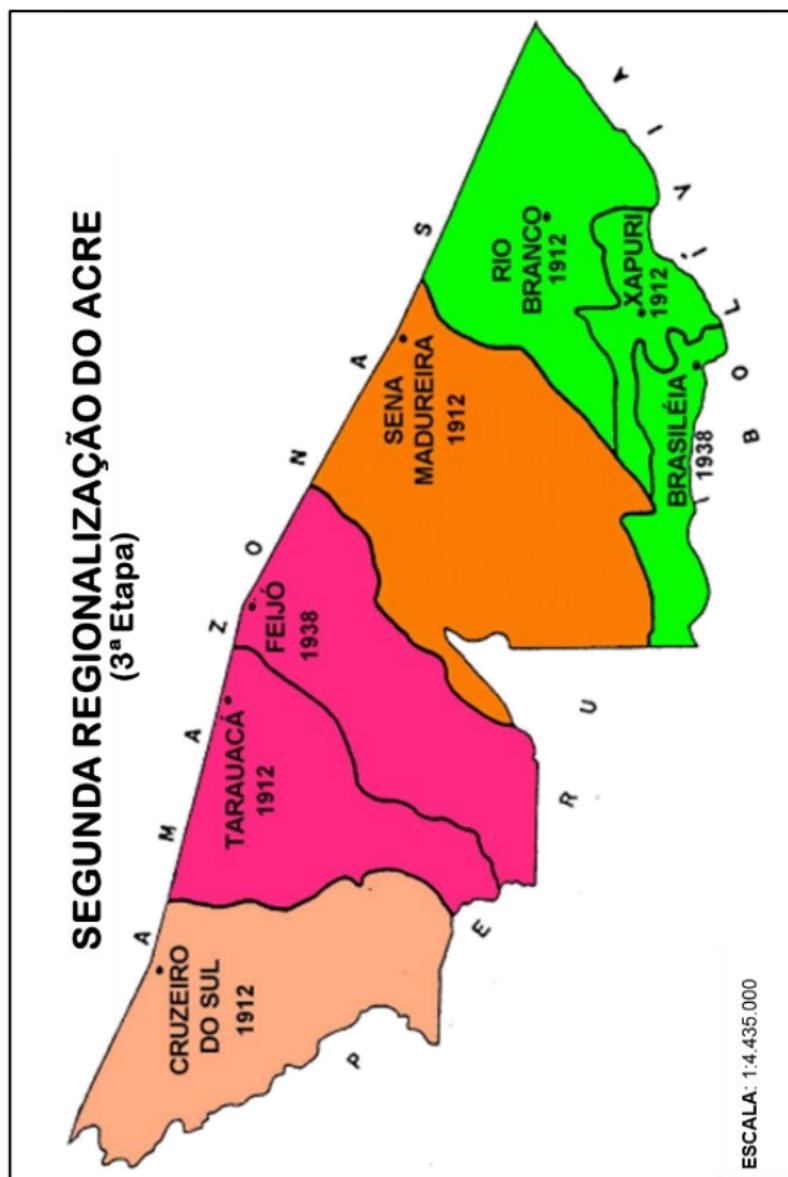
Em 1920, ocorreu a última reorganização do Território do Acre na Primeira República, aprovada pelo Decreto n.º 14.383, de 1º de outubro. Foi determinado que sua administração ficaria a cargo de um governador nomeado pelo presidente da República, a quem caberiam quase todas as atribuições que antes haviam sido entregues aos prefeitos dos Departamentos; esse governador seria auxiliado por três vice-governadores e um secretário-geral.

A base para essa mudança foi a constatação da “falência” do regime das prefeituras, em razão das condições materiais do território, que impediram a implementação de mecanismos administrativos eficientes para as áreas da instrução e saúde públicas, meios de comunicação e agricultura, mantendo o Acre em uma “existência vegetativa”, conforme relato do ministro Alfredo Pinto Vieira de Melo .

O ato estabeleceu a cidade de Rio Branco como a capital do território e atribuiu ao governador a nomeação dos intendentes, antes a cargo do presidente da República. Foi ainda autorizada a criação de novos municípios, desde que atendessem como

condições o rendimento anual de 50:000\$, a delimitação de uma área de 25 km² para construção de sua sede, a demarcação precisa de seus limites e a apresentação, ao governador, de uma petição assinada por, pelo menos, cem eleitores.

Segunda Regionalização do Acre (fase 03)



Fonte: Decreto n.º 14.383, de 01/10/1920 [adaptado].

A REORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO ACREANO EM 1930

O Território do Acre passaria por transformações mais significativas no governo de Getúlio Vargas, iniciado em 1930. A Constituição de 1934 previu o estabelecimento de territórios nacionais, além do Acre, que, assim que alcançasse o número de trezentos mil habitantes e tivesse recursos suficientes para a manutenção dos serviços públicos, poderia ser erigido em estado.

Também conservou o regime de prefeituras autônomas, mantida a unidade administrativa territorial a cargo de um delegado da União, e possibilitou a eleição de dois deputados para representar os interesses da região no Congresso Nacional (Brasil, 1934).

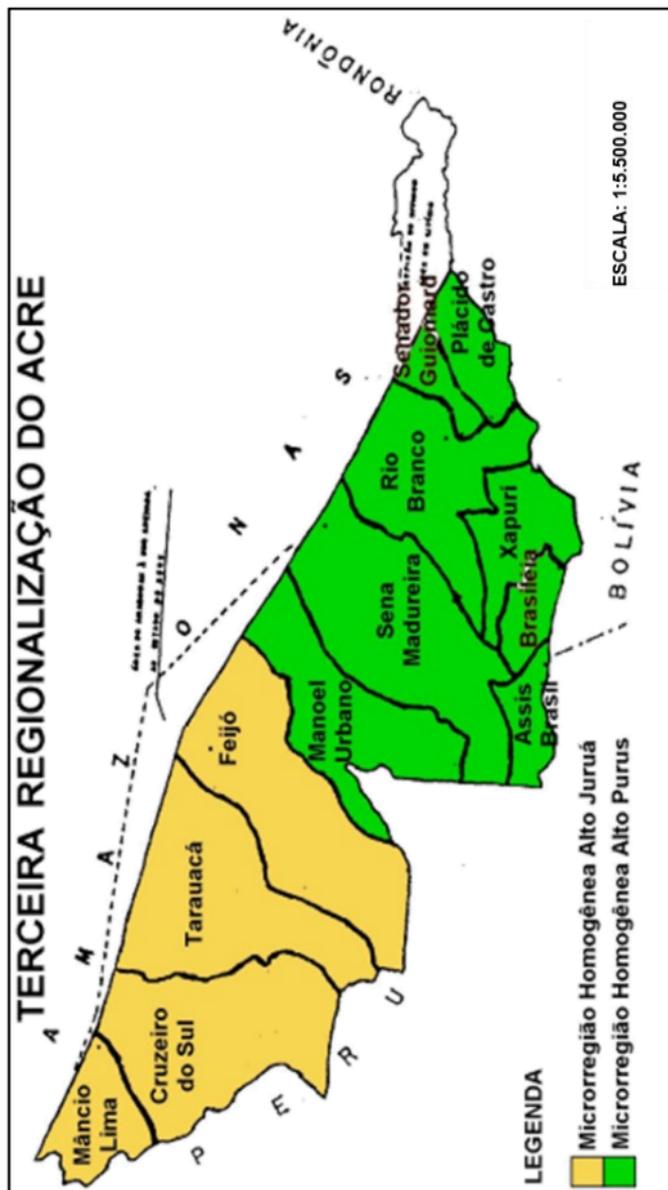
Em 1936, a Lei n.º 366, de 30 de dezembro, dispôs sobre a reorganização administrativa do Território do Acre.

TERCEIRA DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ACRE (1938)

O Decreto Lei n.º 968, de 21 de dezembro de 1938, ocasionou uma nova divisão no território acreano, através da criação de mais dois municípios: Feijó (antigo Seringal Porto Alegre) e Brasiléia (antiga Vila Brasília).

Essa recente mudança refletiu em mais uma configuração do território espacial em 04 Departamentos e 07 municípios: o Departamento do Alto Tarauacá, composto por Tarauacá e Feijó; o Departamento do Alto Juruá, com sede em Cruzeiro do Sul; o Departamento do Alto Purus, com sede em Sena Madureira; e o Departamento do Alto Acre, com sede em Rio Branco, composto pelos municípios de Xapuri e Brasiléia (antigo Seringal Carmen).

Terceira Regionalização do Acre



Fonte: Decreto Lei n.º 968, de 21/12/1938 [adaptado].

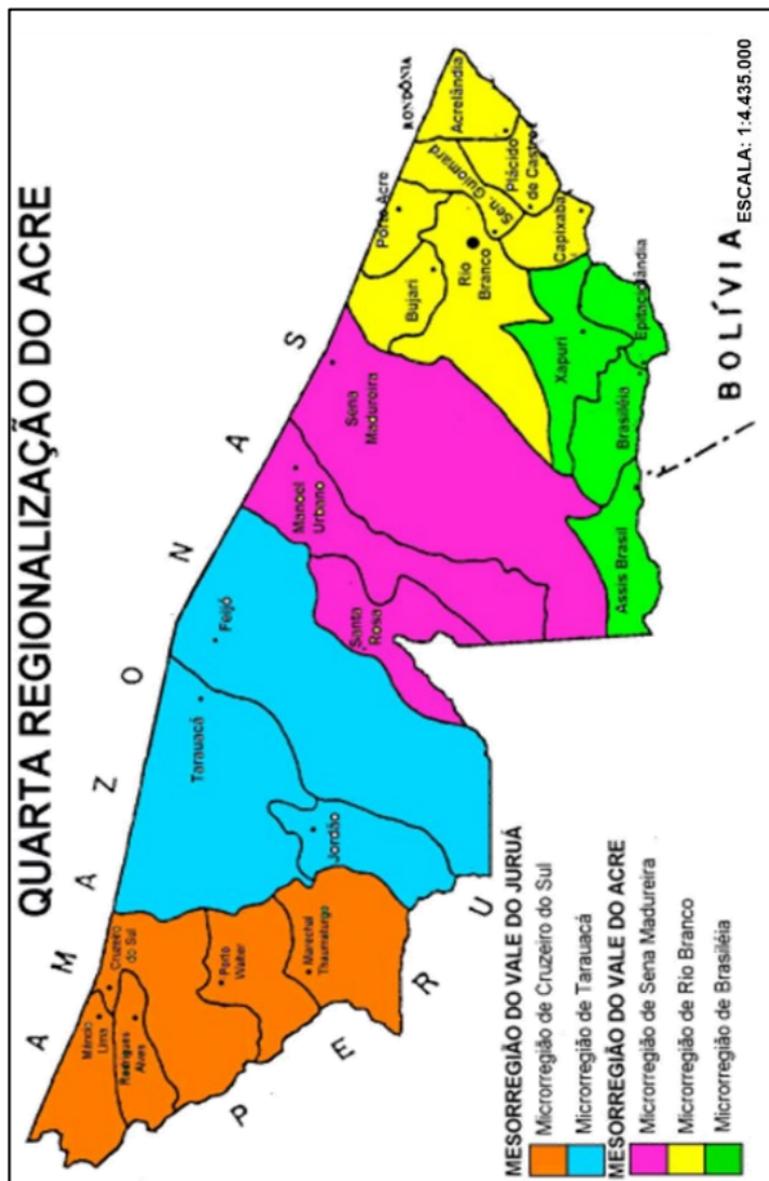
A QUARTA DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ACRE (1976)

Essa nova configuração territorial acreana ocorreu em razão da Lei Estadual n.º 588, de 14 de maio de 1976 sancionada pelo governador Geraldo Gurgel de Mesquita (1974-1978) durante o período da Ditadura Militar.

Com a justificativa de garantir a segurança nacional nas áreas fronteiriças com a Bolívia e o Peru, ocorre a criação de cinco novos municípios no estado, refletindo em uma nova configuração do espaço acreano que passa a ser composto por doze municípios.

Dentre os novos municípios criados estão Assis Brasil, antiga Vila de Brasiléia, na fronteira com o Peru e Bolívia; Mâncio Lima, antiga colônia agrícola e Vila de Cruzeiro do Sul (Japiim), na fronteira com o Peru; Manoel Urbano, antiga Vila de Sena Madureira (Vila Castelo), na fronteira com o Peru; Plácido de Castro, antiga Vila de Rio Branco, na fronteira com a Bolívia e Senador Guimard, antiga colônia agrícola e Vila pertencente ao município de Rio Branco, conhecida como Quinari.

Quarta Regionalização Política do Acre



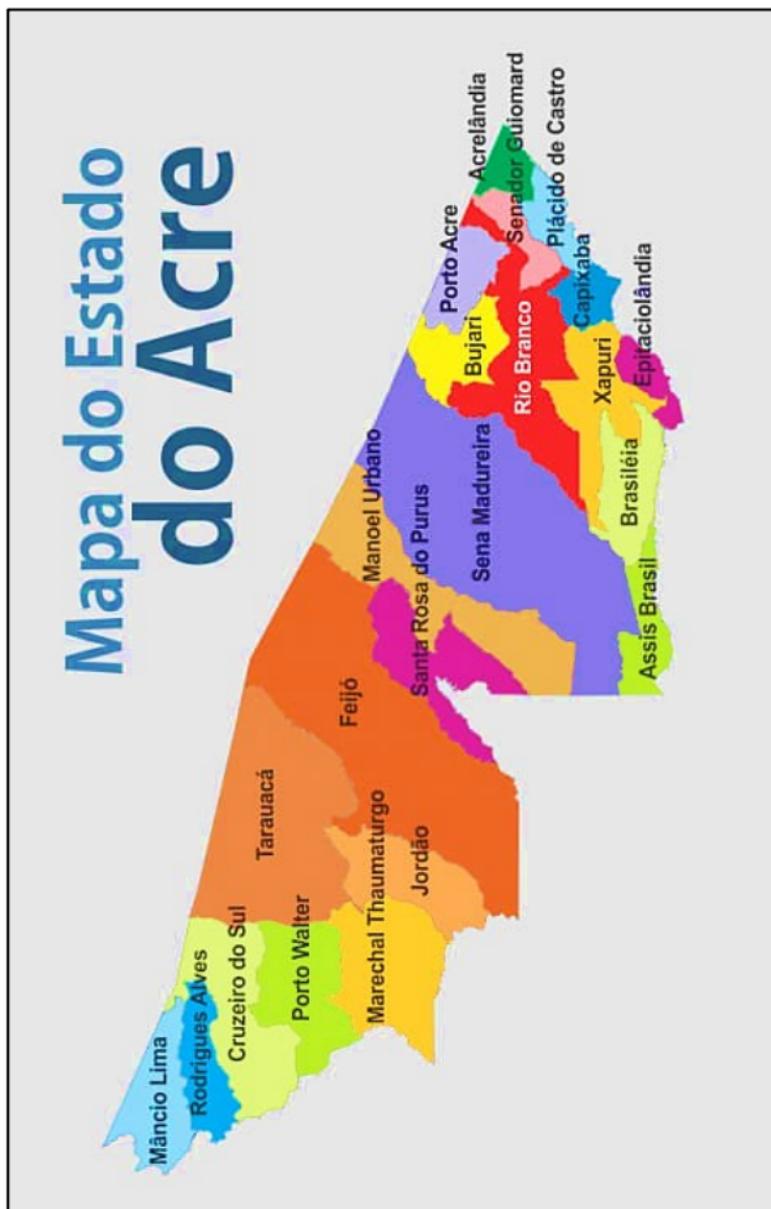
Fonte: Decreto Estadual de n.º 588, de 14/05/1976 [adaptado].

A QUINTA DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ACRE (1992)

A sanção da Lei estadual nº 1.025, de 28 de abril de 1992, gerou Possibilidade do Acre de ganhar até 13 (treze) novos municípios, levando o governo estadual à realização de plebiscitos junto à população residente nas localidades dos possíveis novos municípios, tendo a opção em se emanciparem ou não em relação ao estado do Acre.

Diante disso, treze localidades foram sondadas para se tornarem municípios, sendo que um total de 10, aceitaram a emancipação: Jordão (Vila de Tarauacá), Santa Rosa (Vila de Manoel Urbano), Porto Acre (Vila de Rio Branco), Bujari (Vila de Rio Branco), Capixaba (Vila de Xapuri), Acrelândia (Vila de Plácido de Castro), Epitaciolândia (Vila de Brasiléia), Marechal Thaumaturgo (Vila de Cruzeiro do Sul), Rodrigues Alves (Vila de Cruzeiro do Sul) e Porto Walter (Vila de Cruzeiro do Sul). Três não aceitaram emancipação: Jurupari (Vila de Feijó), Extrema e Nova Califórnia (Distritos de Rondônia). Esse processo resultou na atual divisão política do estado em vinte e dois municípios.

Mapa do Acre de 1992



Fonte: Lei Estadual n.º 1.025, de 28/04/1992 [adaptado].

A “NOVA LINHA CUNHA GOMES”

Em 3 de abril de 2008, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou uma ampliação do território acreano, acrescentando 1,2 milhão de hectares advindos da incorporação de parte dos municípios amazonenses de Guajará, Ipixuna, Eirunepé, Lábrea e Boca do Acre. O IBGE já havia dado um parecer técnico favorável sobre a questão em 1990.

A nova demarcação foi julgada no dia 04 de dezembro de 1996 pelo STF e publicada no Diário Oficial da União de Nº 415-2, em 21 de fevereiro de 1997. No entanto, nenhuma decisão jurídico-política foi feita depois dessa decisão.

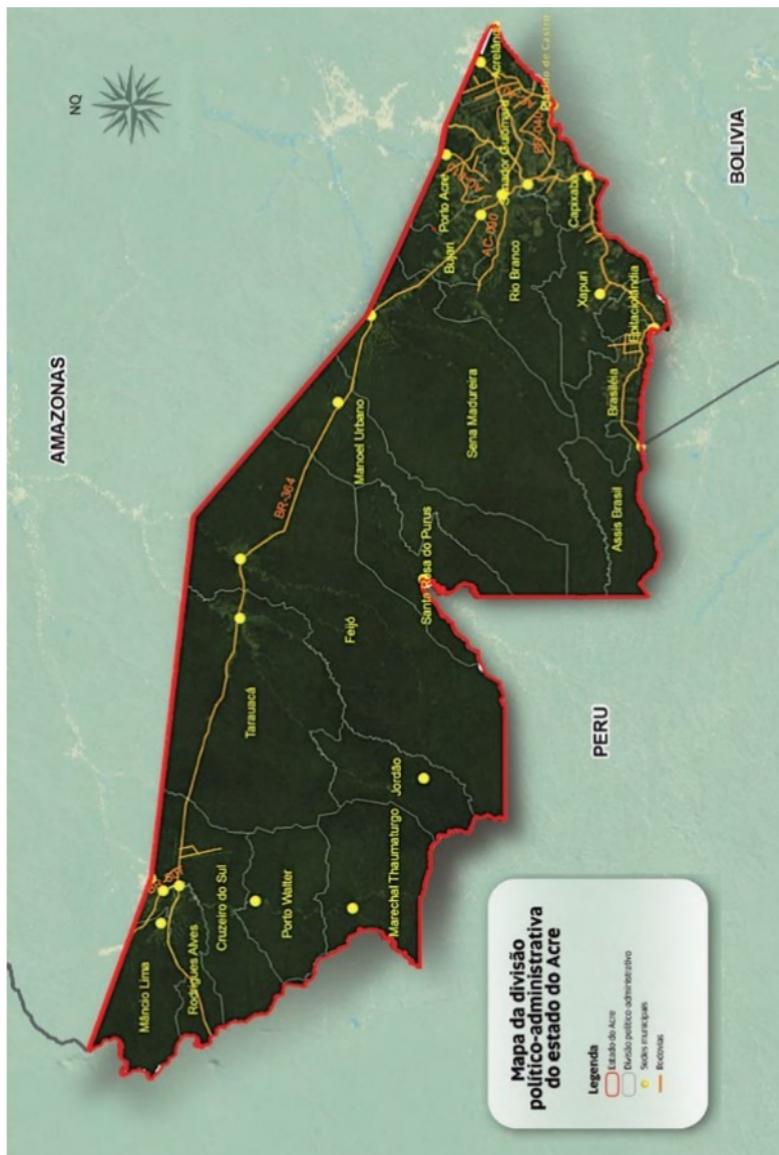
A aparente dificuldade no cumprimento da decisão legal motivou a Assembleia Legislativa do Acre (ALEAC) a criar, no ano de 2004, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os atos legais concernentes à questão dos limites.

A Comissão chegou à conclusão de que o estado do Acre deveria abrir um processo de Ação Civil Pública contra os estados de Rondônia e Amazonas no STF. Com o julgamento, a corte deu ganho de causa ao

Acre e a “nova linha Cunha Gomes” foi implementada.

O estado do Acre está localizado no sudoeste da região Norte do Brasil, com uma área territorial de 164.173,429 km², representando 1,92% do território brasileiro (décima sexta maior área territorial) e 4% da Amazônia Legal, conforme dados do IBGE (2021).

Mapa da divisão político-administrativa do estado do Acre - 2024



Fonte: Elaborado pelos organizadores, 2024 (adaptado).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Zoneamento ecológico-econômico do Acre: fase III**: escala 1:250.000: documento-síntese / Secretária de Estado do Meio Ambiente. – Rio Branco: Semapi, 2021.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre**. Zoneamento Ecológico Econômico: indicativos para a gestão territorial do Acre; documento final – 1ª fase. Rio Branco: SECTMA, 2000.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre – Fase II** (Escala 1:250.000): Documento-Síntese. 2ª ed. Rio Branco: Sema, 2010.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Zoneamento ecológico-econômico do Acre – fase III**: escala 1:250.000: documento-síntese / Secretária de Estado do Meio Ambiente. Rio Branco: Semapi, 2021.

ACRE. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Plano estadual de recursos hídricos do Acre**. Rio Branco: SEMA, 2012.

ACRE. Governo do Estado do. **Caderno das unidades de gestão de recursos hídricos do Acre**. Rio Branco: SEMA, 2014.

ARCOS, F. O., DE LIRA, E. M., & DOS SANTOS ARCOS, H. D. S. (2018). *A geodiversidade do parque nacional da serra do divisor-Acre-brasil*. Revista Presença Geográfica, 5(1), 50-56.

AZEVEDO, Thaumaturgo de. **O Acre: limites com a Bolívia**. Artigos publicados n'Imprensa 1900-1901. Rio de Janeiro: Typographia Jornal do Commercio, 1901.

BEZERA, P. E. L. Compartimentação morfotectônica do interflúvio Solimões-Negro. 2003. 335 f. Tese (Doutorado em Geologia) – Universidade Federal do Pará, Centro de Pós-graduação em Geologia e Geoquímica, Belém, PA.

BRASIL. **Decreto n. 1.181**, de 25 de fevereiro de 1904. Autoriza o presidente da República a administrar provisoriamente o território reconhecido brasileiro, em virtude do tratado de 17 de novembro de 1903 entre o Brasil e a Bolívia, e dá outras providências. *Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil*. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 27 fev. 1904a. Seção 1, p. 931.

BRASIL. **Decreto n. 1.820**, de 19 de dezembro de 1907. Autoriza a expedição de novo regulamento para execução da lei n. 1.181, de 25 de fevereiro de 1904. *Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil*. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 21 dez. 1907. Seção 1, p. 9.116.

BRASIL. **Decreto n. 14.383**, de 1º de outubro de 1920. Reorganiza a administração e consolida as disposições sobre a justiça no Território do Acre. *Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 3, tomo 1, p. 521-586, 1921.

BRASIL. **Decreto n. 5.188**, de 7 de abril de 1904. Organiza o Território do Acre. *Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil*. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 17 abr. 1904b. Seção 1, p. 1.823-1.824.

BRASIL. **Decreto n. 9.831**, de 23 de outubro de 1912. Reorganiza a administração e a justiça no Território do Acre. *Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 165, 1916.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidade e estados**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/>

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. **Censo Demográfico 2000**: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

BRASIL. **Lei nº 4.070**, de 15 de junho de 1962. Eleva o Território do Acre à categoria de Estado e dá outras providências. Brasília-DF, 1962.

BRASIL. MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. *Plano Nacional de Logística: 2012*. Brasília: Ministério dos Transportes, 2012.

CALIXTO, Valdir de Oliveira (org.). **Acre**: uma história em construção. 2 ed. Rio Branco: Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto, 1985.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **História do Acre**: resumo para concurso. Rio Branco: EAC Editor, 2017.

CAVALCANTE, L. M. Recursos naturais e uso da terra: o meio físico. In: PROGRAMA ESTADUAL DE ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ACRE. **Zoneamento ecológico-econômico do Acre fase II**: documento síntese. Escala 1 : 250.000. Rio

Branco, AC: Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável, 2006b. p. 40-43.

CORRÊA, Serzedelo. **O Rio Acre**. Ligeiro estudo sobre a ocupação Paravicini no Rio Acre. Limites, navegação e comércio com a Bolívia. Rio de Janeiro: Casa Mont'Alverne, 1899.

COSTA, P. S. et al. **Inventário de emissões antrópicas e sumidouros de gases de efeito estufa do Estado do Acre: ano-base 2010** /editores técnicos. Rio Branco: Embrapa Acre, 2012.

GUERRA, A. T. **Estudo Geográfico do Território do Acre**. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

IBGE. **Base cartográfica contínua do Brasil ao milionésimo, escala 1:100 000 - BCIM**. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102069>. Acesso em: 18 abr. 2024.

LIMA, Reginâmio Bonifácio de. **Ao Sol Carta é Farol: a luta pela posse das terras acreanas durante a Ditadura Militar**. Goiânia/Rio Branco: Alta Performance/Edufac, 2024.

LIMA, Reginâmio Bonifácio de. **Sobre terras e gentes: o terceiro eixo ocupacional de Rio**

Branco (1971-1982). Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2020.

MORAIS, M. J. **Rio Branco-Ac, uma Cidade de Fronteira: o processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais.** Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, Arivaldo D'Avila de. **Espaço geográfico e desenvolvimento urbano:** as transformações ocorridas no município de Rio Branco a partir do plano diretor de 2006. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2020.

SILVA, Silvio Simione da. **Das microrregiões geográficas às regionais de desenvolvimentos:** regionalizações das terras acreanas e as possibilidades de novos rearranjo, no princípio do século XXI. Uaquiri v. 1, p. 43-69, 2019.

SILVA, Silvio Simione da. **Acre: Uma visão temática de sua Geografia.** Rio Branco: EDUFAC, 2005.

TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre.** 5. ed. Brasília: Edições do Senado Federal, 2009. v. 1-2.



ORGANIZADORES

Autores do E.F. II, E.M., E.S.

e

colaboradores



AUTORES DOS TEXTOS E RECORTES 2023/2024

Autores colaboradores dos 8° e 9° ano do E.F II no CAP/2023

9° anos:

Ana Ester Rocha da Cunha

João Guilherme

Hanna Cecilia

Ana Ketlen

Ana Beatriz da Silva Jácome

Emanuelle Carvalho

Auana Reis, Adriane Maria

Luiza Moreno

João Raphael Menezes Brasil

Ana Clara R. de Sousa

Sophia Santos Assem

Gabriel Afonso Alves

Isabella Cristina Messias de Araújo

Luenna Victória Pereira Alves

Kenedy Aragão Jerônimo

Sara Neves

Auana Matos

Ketlyn Christyne Oliveira

João Raphael Menezes Brasil

Rhian Kaleb

Heitor Vinícius

Maria Clara

Iann Gabriel

Rebeca

Lyan Victor

Ana Gabrielle

Melissa Reis.

8° anos:
Ariel Vinícius Ferreira Monção
Maria Eduarda Kohatsu
Lara Almeida Lacerda
Késia de Souza Lima
Débora Araújo da Silva
Pedro Henrique Lima e Silva Guimarães
Sarah Valeska Araújo Bentes
Luís Gustavo
Katrine Michelle Sales da Luz
Cláudia Kerolayne Pereira de Mello
Ester Viana Sales Souto
Estefany Passaia
Emily Vitória da Silva Maciel
Livia Sarah
Abner Luís Cardoso de Alencar
Gabriel Morais da Silva
Luís Fernando Cavalcante dos Santos Gaiote
Ícaro Gustavo Sarmiento de Souza
Andrey Nascimento Lima
Ramon Caleb Monico de Farias
Samuel Gadelha Cavalcante Rocha
Guilherme Eremith de Souza Neto.

**Autores colaboradores
da 1ª série do E. M. no CAP/2023**

Annalya Freitas,
Brida Karolina Fernandes Paiva,
Brenda Vitória,
Yan Hanan Dantas,
Emanuela Chaves de Lima,
Gabielli Matias Morandi,
João Pedro Noronha,

Júlia Cordeiro dos Santos,
Keuwin Souza,
Mateus Silva,
Sarah Souza Isaac,
Cauane Vitória da Silva Lima,
Henrique Mendes Moura,
Bruno Ayres,
Yasmin Ketlen,
Bianca Messias Rodrigues,
Felipe Bevilaqua,
Flávia do Nascimento da Silva,
Mariana Souza de Araújo,
Gilmar Trindade,
Guilherme Brasileiro,
Isabely Amorim,
João Gabriel Monteiro,
Mariana,
Yasmin Rodrigues Camargo,
Sthephany Valesca, Williane Lima

Colaboradores/digitadores e partícipes dos Cursos de Geografia na Ufac 2023

Ana Estephannye do Nascimento Monteiro
Jonatas de Abreu Cavalcante
Flávia Evelin Cardoso Bezerra
Giovanna Tayssa de Souza
Jaine Paula Nascimento de Moura
João Elias Progênio da Silva
Luis Gustavo Perdigão Sena
Rafael Rodrigues Aragão
Wálesson Castro de Oliveira
Walter Ricardo Palhares Gouveia

Elizabete do Nascimento Cavalcante

Geógrafa. É Professora de Geografia na Universidade Federal do Acre. É Doutora em Geografia (Unir – 2023); é Mestre em Geografia (UFRR – 2015); Especialista em Direito Ambiental e Sustentabilidade (FUNIP – 2024); Especialista em Docência no Ensino Superior (FUNIP – 2023); Especialista em Docência em Geografia e Práticas Pedagógicas (FUNIP – 2023); Especialista em Metodologia do Ensino de Geografia e História (FUNIP – 2023); Licenciada em Geografia (UFRR – 2012). Pesquisadora do Grupo de Estudos Socioculturais da Amazônia. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Sobre Terras e Gentes.

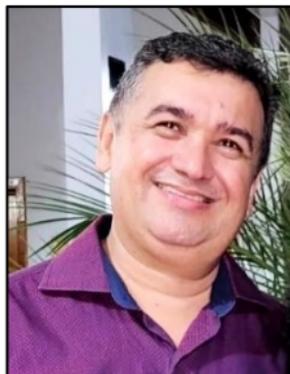


E-mail: Elizabete.cavalcante@ufac.br

Elizabete Cavalcante é a autora de várias obras, dentre as quais: Uma geografia do Acre para estudantes (2025); Análise da vulnerabilidade natural e ambiental aos processos erosivos na bacia de Pacaraima – RR (2023); Os processos erosivos e suas implicações na evolução da paisagem atual da Serra do Tepequém – RR (2015); Rorainópolis: um olhar geográfico (2015); Interpretando a paisagem da Serra do Tepequém – RR a partir de metodologias lúdicas (2012).

Arivaldo D'Avila de Oliveira

Geógrafo e Desenvolvidor Regional. É Professor de Geografia na Universidade Federal do Acre. Mestre em Desenvolvimento Regional (Ufac – 2015); Especialista em Educação Especial Inclusiva (SINAL – 2023); Especialista em Metodologia do Ensino de Geografia (Ufac – 2002); Licenciado em Geografia (Ufac – 1998). Foi Professor Substituto do Magistério Superior nos Cursos de Geografia (Ufac 2000 – 2002/ 2005 – 2007); Professor de Geografia (SEE/AC, 1997 - 2007). Professor Formador do Programa Parfor nos cursos de Pedagogia (Ufac, 2018/2019). Professor do Magistério Superior (Uninorte, 2006 – 2012). Professor e Coordenador do Curso de Especialização de Planejamento e Gestão Escolar e do Curso de Especialização de Psicopedagogia (IVE, 2006 – 2007). Supervisor do Pibid em Geografia na Ufac (2014 – 2017 / 2020 – 2024). É Membro do corpo editorial da revista científica Uaquiri PPG/Geografia (Ufac, desde 2020). Membro do corpo editorial da revista científica South American Journal (Ufac, desde 2014). Membro do Grupo de Estudos em Saúde, Educação e Biodiversidade – Geseb (Ufac, desde 2013). Líder do Grupo de Estudos Socioculturais da Amazônia - Gescam (Ufac, desde 2014).



E-mail: arivaldo.oliveira@ufac.br

Arivaldo Oliveira é o autor de várias obras, dentre as quais: Uma geografia do Acre para estudantes (2025); O livro: da ideia à publicação (2021); Caminhos da Educação: trajetórias, desafios e perspectivas dos 40 anos do Colégio de Aplicação da Ufac (2021); Espaço Geográfico e Desenvolvimento Urbano (2020); Saberes amazônicos: trajetórias e vivências educacionais do grupo Gescam (2020); Espaço geográfico e desenvolvimento urbano : as transformações ocorridas no município de Rio Branco a partir do plano diretor de 2006 (2020); O Ensino da Geografia na Escola Humberto Soares da Costa (2002).

Reginâmio Bonifácio de Lima

Cientista, teólogo e literata. É Professor de História na Universidade Federal do Acre (desde 2013). Autista, negro e sonhador. Pós-Doutor em Patrimônio Histórico e Cultural (PUCRS – 2024). Doutor em História



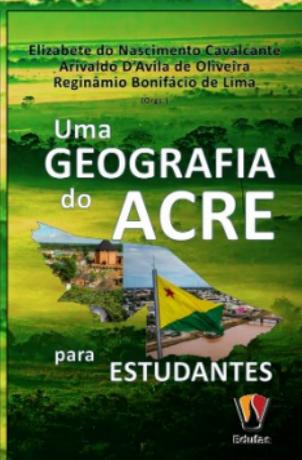
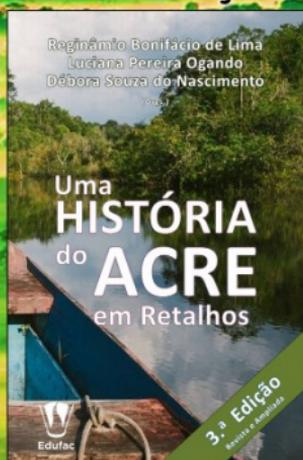
(PUCRS – 2023). Doutor em Teologia (FATEBOM – 2005). Licenciado em História (Ufac – 2001). Membro da Academia Brasileira Virtual de Letras (desde 2008). Sócio efetivo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC (desde 2013). Vice-Coordenador da 22^a. SBPC Jovem (2014). Membro da Academia Acreana de Letras (desde 2015). Pesquisador do Laboratório de Estudos Educacionais e Humanísticos Aplicados da Ufac (desde 2015). Editor de três revistas científicas “Qualis A”. Pesquisador do Laboratório de Pesquisas Arqueológicas da PUCRS (desde 2021). Embaixador da ONBH (2024). Líder do Grupo de Pesquisa Sobre Terras e Gentes, ligado ao CNPq.

E-mail: reginamio.lima@ufac.br

Reginâmio Lima é o autor de várias obras, dentre as quais: Da morte para a vida (1993); Sobre Terras e Gentes (2006; 2020); O Sermão da Montanha (2006; 2010); Retorno à Santidade (2006; 2010); Habitantes e Habitat (2007; 2009); Habitantes e Habitat: a expansão da fronteira (2007); Proerd Rio Branco (2007); Proerd Acre (2008); Memórias de Velhos (2008; 2020); Habitantes e Habitat: Vila do Incra e Porto Acre (2009); Contos e Poesias de Minha Terra (2009); O Monte: em busca do Altíssimo (2010); Israel: testemunhas do reino (2010); Jesus: a missão do Cristo (2010); Matriz curricular para a formação da Guarda Mirim (2013); Uma História do Acre em Retalhos (2014; 2022; 2023, 2024); Literacia: ler, sonhar, viajar (2018); Foi assim (2019); A saga do herói (2019); O livro: da ideia à publicação (2021); Memorial 40 anos do Colégio de Aplicação da Ufac (2021); Caminhos da Educação (2021); Poesias de Amor, desalento e acalanto (2022); Pedra Cinza (2023); Ao sol carta é farol (2024); Uma história do Acre em retalhos (2025); Uma geografia do Acre para estudantes (2025); Uma história do Acre para estudantes (2025); e, dezenas de capítulos de livros e artigos científicos publicados.



Coleção “O Acre em recortes”



Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.
Rubem Alves.

